An aerial photograph of a winding road on a blue surface, possibly a beach or a paved area. The road is light-colored and curves through the blue space. The entire image is framed by a double green border.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ACRE:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE GOVERNANÇA?**

**NATAL - RN
2006**

RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANÇA

**ACRE:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE GOVERNANÇA?**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Desenvolvimento regional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Profº Drº José Antonio Spinelli Lindoso.

**NATAL - RN
2006**

RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANÇA

**ACRE:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE GOVERNANÇA?**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Área de concentração:
Desenvolvimento Regional

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº José Antonio Spinelli Lindoso - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profº Drº Pedro Vicente Costa Sobrinho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profº Drº Francisco de Assis Brandão dos Reis
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Drº João Emanuel Evangelista de Oliveira – Suplente
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Suplente

**NATAL - RN
2006**

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que ficaram no campo de batalha e não puderam estar presentes de corpo nessa luta, mas que certamente enviaram, de onde é que estejam, suas energias para que eu pudesse completar essa longa e difícil travessia.

AGRADECIMENTOS

Aristóteles tinha toda a razão ao afirmar que o homem é um animal político, um ser social. Este trabalho revela exatamente isso. Mostra que um trabalho científico é, sempre, obra coletiva, por mais que estejamos, em alguns momentos, sozinhos entre quatro paredes. Ainda assim, sempre estamos interagindo com alguém que se junta a nós e ajuda-nos na caminhada. Por esta razão, este trabalho perderia seu valor caso não mencionasse aqueles que me ajudaram a remar em meio a tantas ondas e intempéries encontradas no caminho.

Agradeço a Antônio Spinelli, orientador e amigo, pelo estímulo, paciência e perspicácia nas observações, bem como pelas palavras de entusiasmo.

Aos professores, pelo convívio e estímulo nas discussões. Mas, principalmente ao Professor João Emanuel Evangelista, pela leitura e contribuições nesse trabalho.

Ao professor Pedro Vicente, pela cessão de seus trabalhos, a acolhida e as sugestões oferecidas, que contribuíram enormemente para que trilhássemos uma rota mais segura.

Aos meus colegas de curso, Alcides Leão, José Lucena, Gabriela Dowling, Gekebed, Sebastião Faustino, Aline, Gustavo, Chico Dedé, José Carlos, Osicleide, Vitória Vergas, Ana Patrícia Dias, Francisco Dedé, Geovane Girelli, Neyla, Juliana Oliveira, Cristiane Lima, Auxiliadora, Acilino, Tiago, Pablo, Dinarte, que fizeram sugestões e comungaram de minhas angústias.

À Elane Andrade, que me deu apoio em todos os momentos dessa caminhada, lendo e sugerindo alterações.

À Juliana Dantas, Milena Rocha, Roselene, Marina Jardim, Débora, Christian, Silharnei Araújo, que me ajudaram, de forma presente, na coleta dos dados e na realização das entrevistas.

Aos professores da Universidade Federal do Acre (Elder Andrade, Chico Bento, Jacó Picolli e Fernando Peixoto), pelo estímulo e pela força oferecida nesse trajeto.

A Valmir Figueredo, pelo apoio, pela amizade, as lições de vida e humildade que sempre me transmitiu nas nossas conversas.

Aos meus entrevistados que prestaram informações preciosas, que sanaram muitas das dúvidas que tínhamos.

A Edmilson de Jesus, secretário do Programa de Pós-graduação, pela presteza de sempre e as palavras de estímulo.

À Conceição, uma pessoa maravilhosa, que me acolheu de forma sincera e prestativa nessa terra Potiguar, oferecendo-me seu apoio e sua amizade.

Aos amigos, George, José Alicio, Juliana, Izivelto, Elisete, Davilson Cunha, Fátima Menezes, Ingresson, Aureliano, Juliana Belo, Antônio Lázaro, pela força de sempre.

À Eloísa Nascimento, amiga e responsável direta pela realização dessa empreitada. Aquela que me ensinou a dar os primeiros passos nessa estrada de difícil percurso, que é o “fazer ciência”.

À Elinez Rocha fica o meu agradecimento especial, pois ela tem sido a mulher que me ajuda a percorrer esse longo itinerário, suportando minhas chatices e me ajudando a carregar essa tarefa.

Aos meus pais, Cristóvão Mendes de França e Maria da Conceição Alves Cunha, pelos incentivos, amor e carinho que sempre me dedicaram.

À CAPES, por continuar incentivando a produção do conhecimento científico, com apoio e financiamento. Senão, filhos de pobres, como eu, não chegariam até aqui.

Enfim, a tantos outros, que infelizmente não poderei registrar, pois, do contrário, teria que reservar uma dissertação, só para isso. Afinal, são muitos os que me ajudaram nessa árdua tarefa.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Quando eu nasci, um anjo torto, desses, que vive na sombra disse: Vai, Carlos ser gauche na vida”. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Nas duas últimas décadas, o Brasil sofreu importantes mudanças políticas, especialmente no que se refere ao sistema partidário e aos governos. Dentro dessas mudanças, o Partido dos Trabalhadores alcançou significativos resultados tanto no Legislativo quanto no Executivo. Essas conquistas propiciaram ao PT a construção de uma proposta alternativa de administrar o Bem público, designado de Modo Petista de Governar. Na tentativa de examinar isso mais de perto, colocamo-nos ao estudo da Experiência de Governo do Partido dos Trabalhadores no Acre (1999-2002), para saber que características destacavam-se das demais formas de se governar. Para isso, assumimos, como hipóteses, a participação popular, a inversão de prioridades e a ética na aplicação dos recursos públicos; elementos que integram o Modo Petista de Governar. A partir disso, iniciamos o trabalho com o levantamento bibliográfico e, em seguida, a pesquisa de campo, com a análise dos documentos (Plano de Governo, Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentária, Jornais, Leis aprovadas na Assembléia Legislativa, IBGE, PNUD, TSE) e entrevistas semi-estruturadas, com várias personagens da vida política recente do Acre. A sistematização e a análise desses dados revelaram-nos que nossas hipóteses não se confirmaram, pelo menos em parte, pois o PT manteve o *habitus* da velha política local; por outro lado, a administração petista à frente do executivo acreano, conseguiu flexionar a governança para além de uma gestão eficiente, como prescreve o Banco Mundial, mas absorveu muitas demandas de setores progressistas, bem como alargou, no âmbito institucional do Estado, para uma maior participação da sociedade, nos processos decisórios, através da ampliação dos Conselhos, e a resgatando, com isso o legado de toda uma trajetória administrativa que está impressa no chamado Modo Petista de Governar. O que, a nosso ver, configura-se em importantes avanços na forma de governar no Acre.

Palavras-chave: Acre. Partido dos Trabalhadores. Modo Petista de Governar. Governança.

ABSTRACT

About two decades ago Brazil has been suffered some important political changes on its government and supporter systems. In these changes the Partido dos Trabalhadores (Workers support) has been researched significant results as much legislation as executive ways. These conquests propitiate a structure for it to get an alternative motion in order to manage public goods by 'petista' government way. Trying to examine this we can study the Partido dos Trabalhadores government experience in Acre (1999-2002) to know about why the PT government characteristics are different from the others. To do this we assumed to conjecture a popular participation with priorities inversion and ethics in public resources administration. These are the elements of PT government way. This way we started our work making an evaluation of its bibliography. Then we do a field inquiry to analyses documents of the government projects (budget rules law, papers, approved laws, IBGE, PNUD, TSE) and semi-structured interviews with some characters of recent political Acre's life. The scheme and the analysis about these givens disclose that weren't confirmed our hypothesis in part, since PT remained old local politics habitus. In other side the executive administration on PT government has got to inflect the 'Governance'. Further on an efficient management as World Bank dispossess but PT absolve many requests of progressive sectors as well it expanded the society participation to resolutions process. By a cabinets enlargement. So it rescues a total administrative course which is printed in the called petista government way. Personally we think so it means important advancements in this Acre government way.

Key – Words: Acre. Governance. Partido dos Trabalhadores. Petista Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Comparativo da Receita Tributária entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	103
Gráfico 2 - Relação da Receita Total e a Despesa entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	106
Gráfico 3. Evolução dos recursos aplicados em Educação e Cultura entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	114
Gráfico 4. Comparativo (em percentagem) entre receita total e os gastos com Educação e Cultura nos governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)	115
Gráfico 5. Comparativo de recursos gastos em Agricultura –ano a ano - entre governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	123
Gráfico 6. Comparativo do Investimento em Transporte – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	160
Gráfico 7. Comparativo do Investimento em Comunicação – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	161
Gráfico 8. Comparativo do Investimento em Saúde – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	162
Gráfico 9. Comparativo dos Investimentos em Assistência e Previdência Social – ano a ano - entre os Governos:Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	163
Gráfico 10. Comparativo dos Investimentos em Assistência e Previdência Social – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de prefeituras e Governos do PT	38
Tabela 2: Governo e Partido	57
Tabela 3: Resultado da Eleição para Governo do Acre -1982	74
Tabela 4: Resultado da Eleição para o Governo do Acre -1986	74
Tabela 5: Resultado da Eleição para o governo do Acre -1990.....	76
Tabela 6: Resultado da Eleição para o Governo do Acre - 1994.....	77
Tabela 7: Resultado da Eleição para o Governo do Acre - 1998.....	88
Tabela 8: Indicadores de Educação.....	109
Tabela 9: Nível Educacional da População Adulta(25 anos ou mais), 1991 e 2000....	109
Tabela 10. Taxas de aprovação, reprovação e abandono entre 1996 e 1997.....	116
Tabela 11: Acesso a matrícula.....	117
Tabela 12: Estabelecimentos de Ensino.....	117

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

ALEAC – Assembléia Legislativa do Estado do Acre

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Bases

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG's – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PPR – Partido Progressista Renovado

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PP – Partido Progressista

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de outubro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PL – Partido Liberal

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PV – partido Verde

PSL – Partido Social Liberal

PFL – Partido da Frente Liberal

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UE – União Européia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FERRAMENTAS DE VIAGEM	22
2.1 GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA	22
2.2 O MODO PETISTA DE GOVERNAR	30
3 MAPEANDO RIO	40
3.1 IMPRESSÕES DE VIAGEM.....	40
3.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO	59
4 PINTORES E PINTURAS	71
4.1 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A VIA INSTITUCIONAL.....	71
4.2 JOGANDO COM “AS REGRAS DO JOGO”.....	82
5 MUDANDO A PAISAGEM	92
5.1 AS POLÍTICAS DE GOVERNO.....	92
5.2 A REFORMA ADMINISTRATIVA DO APARELHO DE ESTADO.....	96
5.3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	108
5.4 A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	118
6 ANCORANDO O BARCO	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE	159
Apêndice – A	160

RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANÇA

**ACRE:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE GOVERNANÇA?**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Desenvolvimento regional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Profº Drº José Antonio Spinelli Lindoso.

**NATAL - RN
2006**

RAIMUNDO NONATO CUNHA DE FRANÇA

**ACRE:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE GOVERNANÇA?**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Área de concentração:
Desenvolvimento Regional

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº José Antonio Spinelli Lindoso - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profº Drº Pedro Vicente Costa Sobrinho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profº Drº Francisco de Assis Brandão dos Reis
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Drº João Emanuel Evangelista de Oliveira – Suplente
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Suplente

**NATAL - RN
2006**

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que ficaram no campo de batalha e não puderam estar presentes de corpo nessa luta, mas que certamente enviaram, de onde é que estejam, suas energias para que eu pudesse completar essa longa e difícil travessia.

AGRADECIMENTOS

Aristóteles tinha toda a razão ao afirmar que o homem é um animal político, um ser social. Este trabalho revela exatamente isso. Mostra que um trabalho científico é, sempre, obra coletiva, por mais que estejamos, em alguns momentos, sozinhos entre quatro paredes. Ainda assim, sempre estamos interagindo com alguém que se junta a nós e ajuda-nos na caminhada. Por esta razão, este trabalho perderia seu valor caso não mencionasse aqueles que me ajudaram a remar em meio a tantas ondas e intempéries encontradas no caminho.

Agradeço a Antônio Spinelli, orientador e amigo, pelo estímulo, paciência e perspicácia nas observações, bem como pelas palavras de entusiasmo.

Aos professores, pelo convívio e estímulo nas discussões. Mas, principalmente ao Professor João Emanuel Evangelista, pela leitura e contribuições nesse trabalho.

Ao professor Pedro Vicente, pela cessão de seus trabalhos, a acolhida e as sugestões oferecidas, que contribuíram enormemente para que trilhássemos uma rota mais segura.

Aos meus colegas de curso, Alcides Leão, José Lucena, Gabriela Dowling, Gekebed, Sebastião Faustino, Aline, Gustavo, Chico Dedé, José Carlos, Osicleide, Vitória Vergas, Ana Patrícia Dias, Francisco Dedé, Geovane Girelli, Neyla, Juliana Oliveira, Cristiane Lima, Auxiliadora, Acilino, Tiago, Pablo, Dinarte, que fizeram sugestões e comungaram de minhas angústias.

À Elane Andrade, que me deu apoio em todos os momentos dessa caminhada, lendo e sugerindo alterações.

À Juliana Dantas, Milena Rocha, Roselene, Marina Jardim, Débora, Christian, Silharnei Araújo, que me ajudaram, de forma presente, na coleta dos dados e na realização das entrevistas.

Aos professores da Universidade Federal do Acre (Elder Andrade, Chico Bento, Jacó Picolli e Fernando Peixoto), pelo estímulo e pela força oferecida nesse trajeto.

A Valmir Figueredo, pelo apoio, pela amizade, as lições de vida e humildade que sempre me transmitiu nas nossas conversas.

Aos meus entrevistados que prestaram informações preciosas, que sanaram muitas das dúvidas que tínhamos.

A Edmilson de Jesus, secretário do Programa de Pós-graduação, pela presteza de sempre e as palavras de estímulo.

À Conceição, uma pessoa maravilhosa, que me acolheu de forma sincera e prestativa nessa terra Potiguar, oferecendo-me seu apoio e sua amizade.

Aos amigos, George, José Alicio, Juliana, Izivelto, Elisete, Davilson Cunha, Fátima Menezes, Ingresson, Aureliano, Juliana Belo, Antônio Lázaro, pela força de sempre.

À Eloísa Nascimento, amiga e responsável direta pela realização dessa empreitada. Aquela que me ensinou a dar os primeiros passos nessa estrada de difícil percurso, que é o “fazer ciência”.

À Elinez Rocha fica o meu agradecimento especial, pois ela tem sido a mulher que me ajuda a percorrer esse longo itinerário, suportando minhas chatices e me ajudando a carregar essa tarefa.

Aos meus pais, Cristóvão Mendes de França e Maria da Conceição Alves Cunha, pelos incentivos, amor e carinho que sempre me dedicaram.

À CAPES, por continuar incentivando a produção do conhecimento científico, com apoio e financiamento. Senão, filhos de pobres, como eu, não chegariam até aqui.

Enfim, a tantos outros, que infelizmente não poderei registrar, pois, do contrário, teria que reservar uma dissertação, só para isso. Afinal, são muitos os que me ajudaram nessa árdua tarefa.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Quando eu nasci, um anjo torto, desses, que vive na sombra disse: Vai, Carlos ser gauche na vida”. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Nas duas últimas décadas, o Brasil sofreu importantes mudanças políticas, especialmente no que se refere ao sistema partidário e aos governos. Dentro dessas mudanças, o Partido dos Trabalhadores alcançou significativos resultados tanto no Legislativo quanto no Executivo. Essas conquistas propiciaram ao PT a construção de uma proposta alternativa de administrar o Bem público, designado de Modo Petista de Governar. Na tentativa de examinar isso mais de perto, colocamo-nos ao estudo da Experiência de Governo do Partido dos Trabalhadores no Acre (1999-2002), para saber que características destacavam-se das demais formas de se governar. Para isso, assumimos, como hipóteses, a participação popular, a inversão de prioridades e a ética na aplicação dos recursos públicos; elementos que integram o Modo Petista de Governar. A partir disso, iniciamos o trabalho com o levantamento bibliográfico e, em seguida, a pesquisa de campo, com a análise dos documentos (Plano de Governo, Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentária, Jornais, Leis aprovadas na Assembléia Legislativa, IBGE, PNUD, TSE) e entrevistas semi-estruturadas, com várias personagens da vida política recente do Acre. A sistematização e a análise desses dados revelaram-nos que nossas hipóteses não se confirmaram, pelo menos em parte, pois o PT manteve o *habitus* da velha política local; por outro lado, a administração petista à frente do executivo acreano, conseguiu flexionar a governança para além de uma gestão eficiente, como prescreve o Banco Mundial, mas absorveu muitas demandas de setores progressistas, bem como alargou, no âmbito institucional do Estado, para uma maior participação da sociedade, nos processos decisórios, através da ampliação dos Conselhos, e a resgatando, com isso o legado de toda uma trajetória administrativa que está impressa no chamado Modo Petista de Governar. O que, a nosso ver, configura-se em importantes avanços na forma de governar no Acre.

Palavras-chave: Acre. Partido dos Trabalhadores. Modo Petista de Governar. Governança.

ABSTRACT

About two decades ago Brazil has been suffered some important political changes on its government and supporter systems. In these changes the Partido dos Trabalhadores (Workers support) has been researched significant results as much legislation as executive ways. These conquests propitiate a structure for it to get an alternative motion in order to manage public goods by 'petista' government way. Trying to examine this we can study the Partido dos Trabalhadores government experience in Acre (1999-2002) to know about why the PT government characteristics are different from the others. To do this we assumed to conjecture a popular participation with priorities inversion and ethics in public resources administration. These are the elements of PT government way. This way we started our work making an evaluation of its bibliography. Then we do a field inquiry to analyses documents of the government projects (budget rules law, papers, approved laws, IBGE, PNUD, TSE) and semi-structured interviews with some characters of recent political Acres life. The scheme and the analysis about these givens disclose that weren't confirmed our hypothesis in part, since PT remained old local politics habitus. In other side the executive administration on PT government has got to inflect the 'Governance'. Further on an efficient management as World Bank dispossess but PT absolve many requests of progressive sectors as well it expanded the society participation to resolutions process. By a cabinets enlargement. So it rescues a total administrative course which is printed in the called petista government way. Personally we think so it means important advancements in this Acre government way.

Key – Words: Acre. Governance. Partido dos Trabalhadores. Petista Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Comparativo da Receita Tributária entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	103
Gráfico 2 - Relação da Receita Total e a Despesa entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	106
Gráfico 3. Evolução dos recursos aplicados em Educação e Cultura entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	114
Gráfico 4. Comparativo (em percentagem) entre receita total e os gastos com Educação e Cultura nos governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)	115
Gráfico 5. Comparativo de recursos gastos em Agricultura –ano a ano - entre governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	123
Gráfico 6. Comparativo do Investimento em Transporte – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	160
Gráfico 7. Comparativo do Investimento em Comunicação – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	161
Gráfico 8. Comparativo do Investimento em Saúde – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	162
Gráfico 9. Comparativo dos Investimentos em Assistência e Previdência Social – ano a ano - entre os Governos:Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	163
Gráfico 10. Comparativo dos Investimentos em Assistência e Previdência Social – ano a ano - entre os Governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de prefeituras e Governos do PT	38
Tabela 2: Governo e Partido	57
Tabela 3: Resultado da Eleição para Governo do Acre -1982	74
Tabela 4: Resultado da Eleição para o Governo do Acre -1986	74
Tabela 5: Resultado da Eleição para o governo do Acre -1990	76
Tabela 6: Resultado da Eleição para o Governo do Acre - 1994	77
Tabela 7: Resultado da Eleição para o Governo do Acre - 1998	88
Tabela 8: Indicadores de Educação	109
Tabela 9: Nível Educacional da População Adulta(25 anos ou mais), 1991 e 2000....	109
Tabela 10. Taxas de aprovação, reprovação e abandono entre 1996 e 1997	116
Tabela 11: Acesso a matrícula	117
Tabela 12: Estabelecimentos de Ensino	117

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

ALEAC – Assembléia Legislativa do Estado do Acre

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Bases

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG's – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PPR – Partido Progressista Renovado

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PP – Partido Progressista

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de outubro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PL – Partido Liberal

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PV – partido Verde

PSL – Partido Social Liberal

PFL – Partido da Frente Liberal

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UE – União Européia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FERRAMENTAS DE VIAGEM	22
2.1 GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA	22
2.2 O MODO PETISTA DE GOVERNAR	30
3 MAPEANDO RIO	40
3.1 IMPRESSÕES DE VIAGEM.....	40
3.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO	59
4 PINTORES E PINTURAS	71
4.1 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A VIA INSTITUCIONAL.....	71
4.2 JOGANDO COM “AS REGRAS DO JOGO”.....	82
5 MUDANDO A PAISAGEM	92
5.1 AS POLÍTICAS DE GOVERNO.....	92
5.2 A REFORMA ADMINISTRATIVA DO APARELHO DE ESTADO.....	96
5.3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	108
5.4 A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	118
6 ANCORANDO O BARCO	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE	159
Apêndice – A	160

1 INTRODUÇÃO

Em 1998, uma coalizão de forças, capitaneada por um partido de esquerda (PT) conquista, através do voto popular, o Governo do Acre e se instala no Palácio Rio Branco depois de sucessivas tentativas malogradas. Com isso, rompe-se um ciclo de décadas de alternância binária no Poder, fosse através do PTB¹ ou PSD, ARENA, PMDB e PDS\PPR\PPB\PP.

A eleição do governo do Partido dos Trabalhadores foi marcada pelo amplo apoio da sociedade civil (sindicatos, movimentos dos seringueiros e Organizações-Não-Governamentais), que daria sentido à eleição de um governo popular e democrático, ao menos no plano teórico, porque fora eco de luta dos vários movimentos sociais que se arrastavam desde a década de 1970. Além disso, o PT pretendia-se como um partido político, diferenciado daqueles que tradicionalmente têm ocupado o poder. Essa diferença estaria, não apenas no programa (Estatuto do Partido dos Trabalhadores, 2004) que aponta na superação do Capitalismo, mas também na transformação quanto à concepção de governo, estimulando as classes trabalhadoras, no sentido de uma efetiva participação no Poder.

No intuito de compreender esse processo detivemo-nos, a partir do *Modo Petista de Governar* (BITTAR, 1992), em investigar, sob que medida, estar à frente do executivo acreano, constitui-se numa experiência inovadora de governança entre as formas de governar no Acre. Haja vista que a história revela-nos que as administrações pretéritas foram, diga-se de passagem, centradas num modelo de gestão autoritária,

¹ O Partido Trabalhista Brasileiro, no Acre, reunia tanto figuras de tendências mais à esquerda quanto à direita.

com pouca ou quase nenhuma participação dos setores sulbateros, na formulação de políticas, como frisa a maioria dos trabalhos que se dedicam ao tema (FERNANDES, 1999; SILVA, 1999; FRANÇA, 2002). Nesse sentido, priorizamos a primeira gestão do Governo da Frente Popular do Acre, 1999-2002, com foco central para a participação e a gestão do Governo. Para isso, o trabalho foi dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, *ferramentas de viagem*, fazemos uma breve discussão do aporte teórico que fundamenta esse trabalho, procurando depurar as divergências conceituais sobre o Modo Petista de Governar e Governança, assim como suas aproximações ao objeto de estudo proposto.

No segundo capítulo, *mapeando o rio*, procuramos fazer uma reconstituição sócio-histórica dos principais elementos que caracterizam e dão origem ao Estado do Acre, a partir das obras de autores regionais que têm a Amazônia como foco, para que os tripulantes não se percam no cenário.

No terceiro capítulo, *pintores e pinturas da paisagem*, buscamos mostrar aos navegantes mais afoitos as multiplicidades dos atores desse processo, com particular ênfase à construção do Partido dos Trabalhadores e sua chegada ao Palácio Rio Branco, depois das chuvas e tempestades encontradas no caminho, bem como sua mudança de rota no meio da viagem.

No quarto capítulo, *mudando a paisagem*, analisamos as políticas adotadas em áreas como: a Reforma Administrativa, Educação e Meio Ambiente, procurando identificar se houve alterações na paisagem.

No quinto e último capítulo, *ancorando o barco*, pretendemos verificar como ocorreu a participação da sociedade no governo do PT.

As formas de governar no Acre, foram, historicamente, marcadas pela característica autoritária (SILVA, 2002), pela oligarquia dos Coronéis de Barrancos, de maneira que o autoritarismo esteve muito presente nos diferentes governos que se alternaram no Poder, antes, durante e depois da vigência do Regime Militar. Outra importante característica dos governos no Acre era a malversação dos recursos públicos, principalmente nos três últimos Governos que precederam o PT. Ou seja, os governos Flaviano Flávio Batista de Melo-1987-1990(PMDB) (FERNANDES, 1999), Romildo Magalhães/Edmundo Pinto² – PDS (1991/1994) e o governo Orleir Cameli (PPB) – 1995/1998, que teve, inclusive, seu avião apreendido nos Estados Unidos, com contrabando, além das acusações de desvio, por parte de um dos seus secretários, dos recursos públicos para pagamento dos Servidores do Estado, no último dia de Governo (Jornal Página 20, 31/12/1998). Além das acusações de devastação de florestas antes mesmo de chegar ao governo, “[...] o mesmo Cameli havia devastado as matas do vizinho rio Amônia, ocupado pelos índios Ashaninka³, com tratores pesados, para retirar madeira.” (ALMEIDA, 2004, p.40).

Contra-pondo-se à realidade acima aludida, nossa hipótese é a de que os elementos que distinguem a administração do Partido dos Trabalhadores das formas precedentes, estariam alicerçados no trinômio: *ética para com a gestão dos recursos públicos, inversão de prioridades e participação popular*.

Em termos metodológicos o trabalho deu-se em dois momentos distintos, a saber: a) primeiro, a revisão teórica de conceitos, como: *o Modo Petista de Governar e*

² Assassinado no dia 17/05/1992, no *Hotel Della Voipe* em São Paulo, quando ia ser ouvido pela CPI do Congresso Nacional sobre o caso Magri e o superfaturamento em obras públicas (Folha de S. Paulo, 18/5/1992).

³ Tribo Indígena que reside na Fronteira do Brasil-Peru.

Governança, bem como da análise da literatura política amazônica, tendo como base de orientação os trabalhos de Pedro Vicente Costa Sobrinho: “Trabalho e Capital na Amazônia Ocidental”; Pedro Martinello: “Batalha da Borracha”; Elder Andrade Paula - “Estado Insustentável: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza”; Homero Costa: “Partidos Políticos no Acre”; Eloísa Winter Nascimento: “PT - Impasses da Esquerda no Brasil”; entre outros; b) segundo, foram feitas pesquisas de campo com a identificação e a análise de documentos (Plano de governo, Plano Plurianual, Balancete Geral, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis aprovadas pelo Poder Legislativo e Jornais); e, por último, entrevistas com os principais atores políticos, imiscuídos no processo, tanto de situação como de oposição.

Os instrumentos metodológicos utilizados foram, principalmente, as entrevistas semi-estruturadas. Não obstante, nossa pesquisa deu-se, também, a partir da análise dos dados empíricos secundários das fontes, como: o IBGE, DIEESE, SEPLAN, Tribunal Superior Eleitoral, PNUD. Apesar disso, é preciso que digamos que este não foi, nem pretendeu ser, um trabalho eminentemente empírico. Mas, sim um constante esforço de combinar os elementos da teoria com os dados empíricos, na tentativa de produzir um conhecimento cada vez mais sólido. Sem que fossemos levados a um puro *teoricismo*, nem ao *empiricismo* (THIOLEENT, 1980). De modo que, procuramos manter uma vigilância epistemológica, suficiente, para não tropeçarmos nas armadilhas do processo de construção do conhecimento. Cada dia limpava nossas lentes, que por vezes ficavam embaçadas pela poeira do dia ou pela lassidão do trabalho.

Nossa opção epistemológica sofre influência do pensamento marxista, de viés gramsciano, por entendermos que a produção do conhecimento só é possível

quando da relevância da *totalidade* (KOSIK, 1976), *isto é*, onde se possam mostrar as imbricações do particular, no geral e vice-versa, assim como da práxis, para qual a teoria e a prática fazem parte de um mesmo processo, não estando, portanto, dissociadas. Além do que, a história, para nós, é viga mestra na produção do conhecimento porque não está dada, mas é construída no dia-a-dia pela *sociedade dos homens* (SEMERARO, 2000). Ainda assim, não fizemos dessa postura uma leitura ortodoxa, onde professamos uma fé; pelo contrário, utilizamos autores e obras que estão bem distantes do itinerário marxista e que contribuíram, sobremaneira, para a consolidação deste trabalho.

A escolha do tema não se deu por acaso; foi fruto de nossas intermináveis andanças pelo Estado do Acre, ao longo de uma década. Apesar de nossa pouca idade, desde muito cedo despertávamos nosso olhar para essas questões políticas, na tentativa de entender sua dinâmica. Contudo, foi a partir de minha adoção da Sociologia Política como Profissão, ainda como Graduando em Ciências Sociais, que a idéia de trabalhar o tema veio-me, claramente e aí, não titubeei. Acatei-o como um desafio e aqui estamos a enfrentá-lo.

O Acre, como um Estado de base econômica eminentemente rural, com características impressas pela organização de produção extrativista e pecuária (CENSO, 2000), teve sua história política marcada pela exclusão da maior parcela da população, onde a política caracterizou-se como um negócio entre diferentes segmentos de sua elite (FERNANDES FILHO, 1998). De modo que, apenas no final da década de 1970 e início de 1980, os trabalhadores rurais ganhavam presença, através de suas lutas pela Posse da terra. É no bojo dessa luta que é organizado e estruturado o Partido dos Trabalhadores.

Contudo, em que pese à tradição elitista do processo político estadual, em 1992 o PT vence o pleito e chega ao poder executivo municipal na capital do Estado e, em 1998, ganha o executivo estadual. Embora alguns estudos tenham se voltado ao resgate desse processo, França (2002) *PT - Alianças e construção de uma Contra-hegemonia no executivo acreano*; Fernandes (2000); Dantas (2003), os trabalhos ainda são incipientes no que diz respeito ao seu significado político e às perspectivas que dele se constrói do ponto de vista da governança (CAMARGO, 2003; BORGES, 2003).

Além do mais, estudar o PT acreano é mergulhar na política recente do Acre, procurando entender os acontecimentos e suas imbricações no processo político, bem como, preencher as lacunas existentes na análise desse processo, para que outras inquietações apareçam e nos levem a prosseguir na empreitada, ou estimulem outros ao desafio da correntezia. Além do mais, compreender o processo político-social em que se dá a gestão do governo do PT, é uma tarefa que, ao nosso ver, põe-se às ciências humanas, pois o Acre está situado numa região estratégica a Amazônia (REIS, 2002; SOUZA, 2002). Em outras palavras, segundo Gramsci (2002), o estudo de um partido político não se restringe a si mesmo, mas faz parte de um enredo complexo e dinâmico; somente percebendo isso, é possível compreendê-lo.

2 FERRAMENTAS DE VIAGEM

Não se deve viajar sem que se presumam as intempéries do caminho, as noites de frios, os dias de calor, o orvalho, o sopro do vento, as tempestades; sem levar, no coração, fios de esperança que nascem a cada manhã, com a aurora, com as estrelas, com os sorrisos das crianças, que pulando corda no meio da rua, descarregam sua inocência. Desta forma, já que vamos viajar, convido-os a seguirem algumas orientações para que não nos percamos no meio do caminho e trilhemos por outra estrada.

A necessidade de uma reflexão teórica, que revisse alguns conceitos elementares para melhor consistência e entendimento do trabalho, para nós, teve importância central para a clareza teórica deste trabalho. Isto, porque são temas e conceitos que precisavam estar lúcidos, tanto na cabeça do autor, que ora se atreve a versar seus comentários sobre temas tão densos, tão inquietantes no próprio debate teórico e prático das Ciências Humanas, como para aqueles que sintam interesse em ler este trabalho. Dessa maneira, nossa reflexão inicia-se navegando pelos os conceitos: *Governabilidade-governança e Modo Petista de Governar*.

2.1 GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA

A idéia de Governabilidade e de Governança têm ganhado espaço na Literatura Política, que tem como pano de fundo os trabalhos sobre o governo, a relação do Estado e a Sociedade, demandas sociais e, sobretudo, a Democracia. Esse

enfoque tem se dedicado ao estudo de uma nova concepção de governo, que tem sido aludida por essa relação. Mas, afinal, o que vem a ser Governabilidade e Governança? Em busca dessa resposta visitamos uma série de autores, que têm em suas obras o referido tema como centralidade.

Antes disso, porém, cabe ressaltar que a partir de meados da década de 1960, observou-se, no mundo, um intenso movimento de discussão no que concerne ao papel do governo e dos movimentos sociais (GOHN, 2003) que trouxeram ao debate a problematização de diversos temas, como: a Democracia, Direitos Humanos, Meio Ambiente, gênero, discriminação racial, etc. De um lado, isso ocorreu, em grande medida, pelos inúmeros movimentos que clamavam por Democracia, principalmente na América Latina; pela crise do próprio Estado de Bem-Estar Social e, por outro, pela concepção de desenvolvimento capitalista vigente em que a natureza não era poupada. Esses movimentos sociais (Ong's, sindicatos, associações) puseram no tabuleiro político a necessidade de um debate na esfera do Governo, que transpunha, inclusive, a sua autoridade formal, demonstrando, com isso, que era necessário repensar o papel do próprio governo, uma vez que emergiam questões que iam além das preocupações restritas a este. Questões essas, que punham no centro do debate a urgência de um diálogo mais efetivo entre o Governo e a sociedade ou uma ação de sujeitos políticos governamentais e não-governamentais, no mesmo plano. Visto dessa maneira, a Governança aparece como forma de equação de conflitos, num plano que extrapola a ação dos Governos ou dos Estados Nacionais.

Nessa perspectiva de Governança, chama a nossa atenção o papel ativo que passa a ter a sociedade civil (WOOD, 2003; BOBBIO, 1999) como um novo protagonista na sociedade contemporânea. Haja vista que ela forjou o debate, para a

construção de uma agenda que fosse além do papel burocrático do Estado e do seu papel de regulador ou reproduzidor do Sistema. Essa atitude requereu uma nova relação entre sociedade e governo, que pensasse o governo sob um prisma mais amplo, onde os diversos setores da sociedade tivessem mais espaço na co-gestão e na formulação das próprias políticas públicas. A esse respeito, é notória a relevância das políticas de governo pelo mundo afora que absolveram temas como os Direitos Humanos, a Democracia e o *Desenvolvimento Sustentável* (LEFF, 2000).

Partindo dessa premissa, a idéia de Governança recupera um importante traço na concepção de Estado Ampliado, de Gramsci,

[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política e sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção). (GRAMSCI, 2002, p.244, v.3).

Ao propor isto, Gramsci rompe com a idéia de Max Weber, em sua concepção sobre Estado Moderno, como monopólio legítimo do uso da força e da burocracia (WEBER, 1998), e concomitantemente, com aqueles que resumem o Estado à coerção e não operam o elemento hegemônico (Gramsci, 2002) como mote para a dominação ou o rompimento.

Ao trazer para o centro do debate o conceito de sociedade civil, abre-se a perspectiva de tratar a idéia de Governança sob o viés da Hegemonia e contra-hegemonia, numa disputa por onde transitam interesses em lutas, como fica cada vez mais nítido nos fóruns mundiais, seja de caráter econômico, seja social. Ou, ainda, na discussão de temas relevantes para a humanidade, como terrorismo, democracia,

protocolos ambientais que são adotados por diversos governos em suas políticas. Em outras palavras, segundo Cohen (2003), a sociedade civil globalizou-se.

Não pretendemos com isso, atribuir a Gramsci o conceito de Governança. Ao contrário, esse é um termo que, formalmente, não consta em suas obras. Não obstante, essa discussão passa, sem sombra de dúvidas, por dentro de sua obra, em vários momentos, principalmente pela confluência/divergência entre sociedade civil e política, entre dominação e consenso através da hegemonia, abrindo o leque conceitual para uma abordagem da Governança sob o marco privilegiado da sociedade civil, por onde é construída a hegemonia e/ou a contra-hegemonia.

O resultado prático desse intenso movimento capitaneado por diversos sujeitos sociais, foi, segundo Nogueira (2004), que o Estado foi obrigado a se repensar, e mesmo instituições como BID e outras, foram forçadas a reconhecer as limitações de suas reformas liberalizantes na resolução de inúmeros problemas que assolam a humanidade, o que, a nosso ver, constitui-se em importantes vitórias para os setores progressistas da sociedade.

Esse 'novo' modo de pensar as conseqüências da pobreza e as relações entre o econômico e o social freqüenta agendas de governos, de ONGs e de partidos democráticos, tornou-se recomendação expressa de importantes agências internacionais de fomento, como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nunca se reuniram tantos apoios para uma causa tão nobre. O caminho não está inteiramente aberto, e a lógica cega e irracional da globalização capitalista está mais viva que nunca. Mas não deixa de ser motivo de esperança perceber que o campo de batalha está delimitado, e nele pequenas vitórias têm repercussões de impacto incomensurável. (NOGUEIRA, 2004, p.84).

Apesar dessa abertura conceitual que propomos para o entendimento da governança e, por conseguinte, da governabilidade, há um conjunto de trabalhos

(MILANI, 2002) a respeito da teoria da Governabilidade que a definem, segundo Coronado (2002), a partir de duas perspectivas: a primeira, a teoria da Governança está relacionada ao bom governo, à eficiência administrativa e, portanto, voltada pragmaticamente para assuntos de direção governamental, fortemente vinculados ao mercado internacional, tendo como características principais: o monopólio da coerção legal, a administração da justiça e o abastecimento dos bens públicos; para a segunda, a Governabilidade democrática está associada ao processo democratizador do governo nos assuntos públicos mediante a relação do Estado com a sociedade, através de instituições, mas também através das redes de fluxos, por meio da construção da cidadania, a partir de diversos âmbitos que transitam, da escala global à local, tendo por características: a relação entre legitimidade e eficácia, identificação realista das demandas, pacto social de consenso e os temas relacionados ao desenvolvimento, procurando romper a tese *estadocêntrica* que caracteriza a Governança.

Divergências à parte, tem predominado nesse debate sobre a Governança, o conceito do Banco Mundial, que a associa à idéia do *bom governo*, mas não somente, afinal, o Banco Mundial se preocupa com a formação de um consenso hegemônico capaz de dar sustentação às políticas reformistas, com o objetivo de gerar atitudes pró-mercado e injetar sangue novo no capitalismo periférico. Nesse sentido, observa Eli Diniz:

O termo *governance* foi introduzido no debate público internacional como resultado de uma reflexão conduzida principalmente pelo Banco Mundial, tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente. Tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente das dimensões sociais e políticas da gestão pública. Em sentido amplo, capacidade governativa não mais seria avaliada em função apenas dos resultados das políticas governamentais, passando a significar a forma pela qual o governo exerce seu poder. (DINIZ, 1995, p. 400).

Isso se deu, por um lado, em grande medida, pelas diversas crises pelas quais passaram os Estados Nacionais em administrar de maneira eficiente, seus problemas, principalmente os de cunho econômico; por outro lado, pelo avanço de diversas instituições que passaram a atuar de forma ampliada nas esferas locais. Situação que nos parece bastante nítida nas ações de controle, pressão e financiamento externos, pelos diversos organismos internacionais que discutem interesses mais gerais (segurança, narcotráfico, terrorismo, meio ambiente, democracia), como por exemplo, OTAN, ONU, UE, BIRD, FMI, OMC, OCDE, onde o elemento coercitivo é substituído por uma espécie de consenso entre os atores políticos em disputa,

Entendo governança como a capacidade de fazer coisa sem a competência legal para ordenar que elas sejam feitas. Onde os governos, no sentido de Easton, podem distribuir valores autoritariamente, a governança pode distribuí-los de modo não-autoritário, mas igualmente efetivo. Os governos exercem o domínio; a governança usa o poder. Deste ponto de vista o sistema internacional é um sistema de governança. (CZEMPIEL, 2000, p.335).

Por outro lado, é preciso reconhecer que o papel mais ativo da sociedade civil, seja a vinculada diretamente ao mercado, seja aquela ligada aos movimentos sociais que não estão diretamente relacionados ao mercado, tem exigido a satisfação de suas demandas e atuado sobre os governos cada vez mais no sentido de alargar a sua participação.

A sociedade civil está emergindo como resposta aos processos de dominação, marginalização e empobrecimento das maiorias, provocados pelas classes dominantes e os grupos privilegiados, questionando as relações de poder econômico e político da ordem estabelecida. Muitos destes novos movimentos sociais resultam dos efeitos das políticas neoliberais, mas também do exercício

autoritário de poder por parte do Estado e da ineficácia das empresas públicas e privadas para dotar a sociedade de condições de vida adequadas (produtos e serviços básicos, empregos e meios de produção, recursos ambientais). Perante isto, a sociedade civil reclama uma maior participação na tomada de decisões, nas políticas públicas e na autogestão de seus recursos, produtos os quais afetam as suas condições de existência. (LEFF, 2000, p.333).

Essas conquistas de espaços pelos movimentos sociais na política extrapolam a própria representação formal, como ocorre com o Parlamento, ou mesmo com os partidos políticos, ainda que essa esfera de participação seja mediada pelas relações mercantis, pois dentro da lógica da governança não há espaços para mecanismos de participação direta, exceto para conferir legitimidade às ações governamentais e difundir os valores do empreendedorismo, da iniciativa individual, da competição, etc.

O surgimento da sociedade civil, nos assuntos públicos e na gestão de suas condições de existência, deu lugar a novas fórmulas de organização da cidadania. Deste modo, vêm-se constituindo organizações não governamentais e associações civis de cunho diverso. Estes grupos iniciaram novas modalidades de atuação e procedimentos para apresentar as demandas legítimas da população. (LEFF, 2003, p. 334-35).

De modo sucinto, a Governabilidade e a Governança trazem para o debate, não somente novos sujeitos históricos, mas problematiza, põe em evidência o caráter excludente do Estado, no tocante à participação social no processo decisório, ainda que sob a trama da democracia representativa (HIRST, 1992). Ainda assim, não podemos deixar de reconhecer que isso se constitua em avanços para uma sociedade que foi marcada pela exclusão de parcelas significativas da população nos processos decisórios. Em outras palavras, esse avanço consiste em que, instituições como o

Banco Mundial seja obrigado a reconhecer o terreno da democracia como um campo no qual deve se dar a disputa pela hegemonia.

Outra abordagem importante para uma melhor distinção entre governabilidade e governança é, segundo Castro Santos (2001), aquela representada pela tradição huntingtoniana que associa a governabilidade à capacidade de fortalecimento das instituições, para responder a sobrecarga da demanda da sociedade, uma vez que o baixo grau de institucionalização política poderia produzir o seu inverso, principalmente nos países em desenvolvimento, posto que, em tais sociedades, a participação política de novos sujeitos sociais precedeu até mesmo a plena institucionalização política, o que geraria, em alguma medida, uma situação de permanente instabilidade. Em certo sentido, por essa tradição, a Governabilidade seria incompatível com formas mais participativas de governos democráticos. Enquanto que,

[...] o termo *governance* tem sido utilizado em anos recentes pelas agências multilaterais de financiamento (FMI, Banco Mundial) para referir-se à maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais pelo país para o desenvolvimento (World Bank, 1992). O bom governo (*good governance*) prevê o exercício do poder de forma a promover desenvolvimento sustentável, equidade socioeconômica e garantia dos direitos humanos. O viés normativo implícito é o que considera a democracia como requisito indispensável para o bom governo. Assim, se o remédio prescrito por Huntington para a crise de governabilidade em países em desenvolvimento no Pós-guerra Fria era o autoritarismo, a rota de sucesso para o desenvolvimento no mundo pós-bipolar é democrática. Dessa forma, o conceito de *governance*, como usado na literatura recente de reforma econômica vincula eficácia e processo decisório democrático. (CASTRO SANTOS, 2001, p.739-40).

Diante desse quadro, podemos aferir que há uma predominância na literatura sobre Governança baseada, fortemente, na idéia do Banco Mundial, de *efetividade* e *eficiência* do governo e de suas políticas, a *accountability*. Contudo, colocamo-nos do lado daqueles que procuram compreender a idéia de governança como governabilidade

democrática, onde a democracia seja a viga mestra; os sujeitos sociais possam pressionar o Estado na agenda de governo e, portanto, nas políticas, onde a esferas de participação sejam ampliadas para outros fóruns de debate, em que os setores subalternos tenham suas demandas ouvidas e respondidas. Governança para nós é a conjunção da eficiência, da legitimidade, da capacidade governativa (CASTRO SANTOS, 2001) e da Democracia; mais governabilidade democrática que Governança, propriamente dita. Além do mais, é preciso reconhecer que, mesmo que a idéia de governança tenha sido forjada dentro dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI) como forma de expansão de suas influências, principalmente sobre os países periféricos, não podemos negar que uma outra governança é possível, uma vez que a tensão de forças entre os sujeitos tem dado vitórias importantes aos setores subalternos. Se eles serão assimilados pela Ordem, só o tempo dirá, pois a história não está dada, mas está por fazer.

2.2 O MODO PETISTA DE GOVERNAR

A rigor, o “Modo Petista de Governar” é um tema que reúne um amplo debate nos trabalhos realizados por militantes e intelectuais, dentro e fora do PT, acerca das conquistas e experiências nos diferentes governos locais do Partido dos Trabalhadores, ao longo de duas décadas, cujo objetivo central é verificar que elementos ensejam uma forma diferenciada de governo, quando o Partido dos Trabalhadores alcança os executivos municipais, estaduais e federal.

Que elementos dariam subsídio a uma forma específica de administrar, que mereceria a denominação de Modo Petista de Governar? Em busca dessa resposta procuramos a literatura existente acerca do tema e encontramos uma série de obras dentro da coleção Pensamento Petista (Fundação Perseu Abramo, 2004), que abordam o tema.

O Modo Petista de Governar seria fruto direto das inúmeras experiências de governo do PT, em nível local, isto é, nas administrações municipais, principalmente a partir de 1988, momento em que o Partido dos Trabalhadores elege um número significativo de prefeituras, seja a pequena Cedral (SP) ou grande Porto Alegre (RS).

O desafio, portanto, estava posto ao Partido dos Trabalhadores. Como governar uma máquina pública gestada pelo Estado burguês, que se apresenta como síntese dos interesses gerais, mas na realidade funciona como reprodutor dos interesses das elites de Norte a Sul desse rincão? Como combinar o programa do Partido com o programa de Governo? Como construir uma cultura democrática? Como garantir a governabilidade após as eleições? Como corresponder às expectativas de curto prazo da população? Como inverter as prioridades de governo para o conjunto amplo da sociedade? Enfim, as respostas a essas interrogações marcaram a construção de um Modo Petista de governar, que se afirmaria:

[...] Pela necessidade de alterar o próprio modelo de legitimação do Poder local, baseando-se numa cultura política dos coletivos e individuais; [...] Pelo fortalecimento político real do Legislativo e desmonte dos procedimentos que transformam os vereadores em despachantes do executivo; [...] Pelo reconhecimento do caráter estratégico da ética para afirmação de uma política transformadora, resgatando o mais absoluto respeito à moralidade no trato com a coisa pública; [...] Pela instituição do direito à participação, combinando elementos de democracia representativa aos da democracia participativa, aprofundando as formas de controle da sociedade sobre as prefeituras, como aquelas desenvolvidas, em todas as prefeituras petistas, por ocasião do orçamento participativo municipal através de conselhos, audiências públicas e

plenárias nos bairros. (CADERNO ESPECIAL DE TEORIA E DEBATE, 1992, p. 25).

Se, por um lado, esse conjunto de medidas apresenta uma espécie de orientação pedagógica contida nas diferentes experiências de governos do Partido dos Trabalhadores; por outro, se apresenta como forma de reformar o papel do próprio Estado no que tange à consolidação de uma proposta democrática de governo que induza algumas linhas de ações que levem em conta,

[...] a história (tradição local), resgatando os conflitos e opondo-se à história oficial que confunde a identidade municipal com a vida do cacique local; captar os fatos decisivos na construção de uma identidade local, de modo a resgatá-la no sentido da produção de um imaginário que realce os valores dos direitos e da cidadania; reelaborar a tradição local, sobretudo abrindo espaços para interpretações alternativas às produzidas pelas elites; produzir uma nova identidade municipal como síntese de um processo de reconstrução da história, da potencialização de suas vocações naturais, da incorporação da população na construção de uma nova cultura democrática, pluralista e baseada no reconhecimento dos direitos do cidadão. (CADERNO ESPECIAL DE TEORIA DEBATE, 1992, p.29/30).

Portanto, esses traços seriam os mais marcantes no “*Modo Petista de Governar*” e, sobremaneira, na formulação de qualquer Bandeira de Governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, bem como nas ações práticas do governo, como dissecaremos mais adiante.

Em que pese tudo isso, o “*Modo Petista de Governar*” sofreu alguns percalços, principalmente na relação partido/administração, que merecem ser frisados, como, por exemplo: a escolha dos quadros do Executivo pelo loteamento entre as tendências do Partido ou pela indicação do Prefeito; a administração e a relação com o conjunto da sociedade.

Esses impasses foram, sem dúvida alguma, práticas apontadas na gama de trabalhos sobre o “Modo Petista de Governar” que merecem ser observadas com maior ênfase, pois aí se encontram traços importantes para a viabilidade de uma proposta político-partidária, diferenciada daquelas que tradicionalmente ocuparam os poderes executivos nesse país.

Retornando à discussão, no que concerne à prática de governo do Partido dos Trabalhadores, cabe ressaltar a concepção das políticas adotadas em vários setores, como: *habitação, saúde, meio ambiente, gênero, educação, cultura, desenvolvimento econômico, finanças e orçamento*, procurando identificar os elementos que fazem do *Modo Petista de Governar* uma proposta alternativa às demais formas existentes de gestão de governo. O que se tem observado é que o Partido dos Trabalhadores procura, em todos os setores da administração, fazer com que o critério de formulação e implantação das políticas de governo seja fruto da *participação democrática e popular, da gestão proba dos recursos públicos e da inversão de prioridades*. Mas, no nosso entendimento, isso não ocorre de forma linear e não isenta as administrações petistas, por exemplo, da improbidade administrativa, “Suas administrações também foram contaminadas, em alguns casos isolados, pelo mecanismo de corrupção política, pelo nepotismo e pelo carreirismo”. (KUCINSKI, 2001, p.185).

Apesar disso, convém ressaltar que:

O Modo petista de Governar é mais do que uma inversão de prioridades administrativas, com a implementação de políticas públicas redistributivas a favor dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população. O que diferencia o projeto petista de poder dos demais é que este identifica na sociedade civil, com sua pluralidade de interesses, opiniões e na cidadania dos trabalhadores e dos movimentos sociais, os atores privilegiados na formulação

das políticas de governo e na constituição de uma nova ordem social e política. O modo petista de governar é, portanto, uma proposta de transformação das condições existentes de vida social por iniciativa dos homens e mulheres historicamente excluídos do poder sócio-político. (KUCINSKI, 1992, p.210).

Dessa maneira, o Partido dos Trabalhadores inaugurara uma forma de gestão que não apenas atende às demandas sociais, mas cria uma estrutura de governo que executa o processo, como fora, por exemplo, as secretarias de *Cultura, Meio Ambiente, Mulher, Esporte, Juventude*. Estas bandeiras deixaram de ser ações secundárias nas agendas de governo e passaram a fazer parte da sua agenda central, como os demais setores da Administração. Ou ainda, a partir de ações, como o Orçamento Participativo, que não é necessariamente uma invenção criada pelo Partido dos Trabalhadores.

As experiências de OP surgiram no Brasil, na década de 1970, com as experiências inovadoras de Lages e Joinville, em Santa Catarina, que logo foram digeridas pela nova institucionalidade partidárias surgidas quase no fim da ditadura militar. (OLIVEIRA et al, 2003.p. 124).

O Orçamento Participativo de Porte Alegre é movido por um duplo direcionamento, como aponta Oliveira et al (2003): administrar cidades com restrições impostas pelo modelo neoliberal e garantir a redistribuição de renda nessas condições; construir um diálogo com a sociedade à moda do Partido Comunista Italiano no pós-guerra, de maneira a obter uma militância ativa como forma de garantir o Poder em condições adversas, é um verdadeiro obstáculo.

Apesar de um consenso em torno de alguns pontos sobre a idéia de um “Modo Petista de Governar”, como, por exemplo, a *participação democrática e popular*,

a ética no tratamento da coisa pública e a inversão de prioridades, o fato é que essa concepção de Governo ainda é objeto de muitos debates, tanto dentro, como fora do Partido dos Trabalhadores. Segundo Genro (1999), o Modo Petista de Governar não pode estar circunscrito ao *bom governo*, pois isso também é possível fora da Esquerda, mas a contribuição que um governo local ou regional pode oferecer a uma estratégia socialista-democrática. Embora isso seja objeto de tensões dentro do próprio PT. O campo conservador, que tenta tratar o governo de forma demarcatória, como se estivesse nos 50 ou 60 do século passado e, a outra, campo neo-reformista, que compreende o governo como organizador ou prestador, ou mero articulador de políticas sociais; ou seja, um governo que se transforma numa grande comunidade solidária, para fazer uma política de proteção aos setores excluídos da população. “Nosso governo deve ser um governo que se integre numa estratégia à médio e/ou longo curso, cujo sentido é a disputa pela hegemonia”. (GENRO, 1999, p.15)

Já para Rodrigues:

[...] dizer que o PT é uma instituição em processo de construção não significa abdicar da necessidade de que tenha definições claras sobre uma estratégia de construção do poder popular, de construção do novo, de algo que justifique sua existência, que o diferencie dos demais partidos, que não se coloque na mesmice de apenas administrar a crise do capitalismo, mas, ao contrário, o negue enquanto modo social de produção e aponte saídas que representem uma visão de mudança estrutural da sociedade atual na perspectiva da realização do sonho socialista. Dessa forma, mesmo supondo que essa relação conflituosa de forças de concepções de práticas diferenciadas se dá dentro de um campo muito grande de unidade, resolvidas por mediações dialéticas e não meramente formais, podemos afirmar que hoje não há um modo petista de governar, mas modos petistas de governar. (RODRIGUES, 1999, p.27).

Dito isto, fica claro que há certas singularidades no que tange à compreensão do que seja, de fato, o Modo Petista de Governar. Talvez isso ocorra porque o Partido

dos Trabalhadores seja composto por diversas tendências (LACERDA, 2002), que se diferenciam, tanto tática como estrategicamente dentro do PT, podendo levar ou não à defesa do Socialismo, ou mesmo a sua total negação.

Apesar disso, observamos que há certa unidade na compreensão da forma diferenciada de governar, mesmo dentro do PT, principalmente na década de 90, que apontará, como profere Celso Daniel: “binômio inversão de prioridades e participação popular” (1999, p. 184). Seria conveniente, para uma reflexão de viés marxista, não entender o Modo Petista de Governar como algo em si, mas como um *Modo Petista de Governar em construção*. Isto significa não tratá-lo como conceito fechado, e sim aberto a novas possibilidades de inovação em suas gestões. Sem com isso negar suas experiências exitosas na concepção e na execução de políticas sociais como, por exemplo, o modelo de Orçamento Participativo construído em Porto Alegre, a Bolsa Escola em Brasília no Governo Cristovam Buarque (1994-1998) que se tornaram referência às políticas sociais no Brasil, bem como para outros governos.

Assim sendo, contrariando a tese de Dirceu (1999) de que o Modo Petista de Governar estaria superado, diríamos que, pelo contrário, o que se impõe às administrações petistas são os novos desafios, principalmente diante de um Estado que é cada vez mais neoliberal (PETRAS, 1999) e, por conseguinte, com espaço reduzido para a atuação do Estado como promotor do bem estar social. Sem contar as mudanças que transcorrem no seio da sociedade e que apontam para novos desafios nas gestões públicas, em um mundo em que, cada vez mais, há uma concentração do Capital e, conseqüentemente, o aguçamento da Exclusão Social para níveis jamais vistos. Estes são os desafios a serem enfrentados pelo Partido dos Trabalhadores em um terreno arenoso.

Outra discussão que, mesmo não sendo uma reflexão sobre o Modo Petista de Governar, parece-nos bastante oportuna, é o debate feito por Souza (2004), no tocante ao que ele vai denominar de *função programática e função governativa dos partidos*, particularmente do Partido dos Trabalhadores. Nesse trabalho, o autor demonstra, através da análise dos documentos partidários do PT, que há, de 1979 até 1987, uma relevância do aspecto programático do PT e pouca discussão da função governativa, que passa a ter maior visibilidade a partir das eleições de 1988, momento em que o PT ganha 36 prefeituras. Além disso, demonstra como ocorre a relação de caráter programático e governativo do PT, a partir dos princípios e valores (democracia e socialismo) e das diretrizes (participação popular, inversão de prioridades e mudanças no Estado). Esses pontos serão fundamentais na formulação dos programas de governo do PT à frente dos Executivos. Todavia, é preciso frisar que esses pontos são atravessados pelas interpretações das várias Tendências internas do PT, que debatem entre si. De modo que esses pontos (democracia e socialismo), principalmente, variam de Tendência para Tendência. Ainda assim, o que evidenciamos é que há uma relação da função programática com a função governativa, que influencia, de forma direta, o Modo Petista de Governar, precipuamente, no que tange às diretrizes-base (participação popular, inversão de prioridades e mudanças no Estado) da formulação de suas políticas de governo.

Dito isto, cremos que é possível falar de um Modo Petista de Governar, em construção, que inaugurara uma forma diferenciada de gestar o governo, que vem, ao longo dos últimos 20 anos, ganhando espaço nos cenários local e regional deste país.

Tabela 1: Número de prefeituras e Governos estaduais do PT

Nº DE PREFEITURAS	1982	1985	1988	1992	1996	2000
	2	2	36	54	115	187
Nº DE GOVERNOS	1982	1986	1990	1994	1998	2002
	-	-	-	2	3	3

Fonte: Adaptado pelo autor/Fundação Perseu Abramo-2004.

Contudo, não daria para falar de um Modo Petista de Governar em sentido puro, pois seria desprezar as características impressas em cada situação particular. Por exemplo, a gestão do PT do Acre (1998) é diferente da de Brasília (1994), que é distinta daquela implementada no Rio Grande do Sul (1998). É preciso observar a própria formação do Partido dos Trabalhadores nesses estados. Somente a partir dessa compreensão, é possível captar aquilo que se conceitua como Modo Petista de Governar.

Após essa breve exposição concluímos que existem diferenças claras entre os conceitos de Governança e o Modo Petista de Governar, principalmente quando o tema é a Participação. Isto porque, para o PT, a idéia de participação está fortemente ligada à forma de democracia direta, enquanto a Governança associa-se a idéia de democracia circunscrita aos marcos do mercado. O Modo Petista prega a ruptura, enquanto a Governança trabalha com a idéia de inserção no mercado. Todavia, a Governança tem sido a forma dominante nas diferentes administrações pelos países em desenvolvimento, que seguem a cartilha das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI).

Será possível, então o Partido dos Trabalhadores, no governo, desvencilhar-se dessa redoma e construir uma outra governança, de modo a fortalecer a participação política dos setores subalternos da sociedade, ou, em outras palavras, promover a

invasão do Estado pela sociedade (NOGUEIRA, 2004)?. Só saberemos depois de descermos a montanha e ficarmos frente a frente com o vale, pois do cume todo olhar é estrábico.

3 MAPEANDO O RIO

Há, certo, naquela sociedade principiante, os vícios e os desmandados imanescentes dos grandes deslocamentos sociais – é que ali repontam, como repontaram nos primeiros tempos do Transval e na azáfama

tumultuária do *rush* do *Far West*, ou nas minas da Califórnia. A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia e nula. Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país. (CUNHA, 2000, p.114).

3.1 IMPRESSÕES DE VIAGEM

Quando visitamos os museus, a história parece mumificada e os heróis imponentes, porém chego a duvidar da intrepidez desses heróis, que talvez nem tenham sacado a espada, quiçá cravado-a no coração do opressor. Enquanto isso, os verdadeiros heróis que deram suas vidas no *front* de batalha, nem lembrados são. O fato é que o quadro foi pintado e esqueceram ou omitiram, simplesmente, os legítimos heróis do cenário de luta. Aqueles que, com armas em punho, garantiram a posse da terra e fincaram no ponto mais ocidental do Brasil seu desejo de pertencimento a essa pátria, cujos governantes tripudiavam e negavam importância, até o dia em que, a golpes de faca, escorreu um líquido branco e grudento, de uma árvore chamada *hevea brasiliensis* (seringueira), que serviria como fonte de matéria-prima para diversos produtos industriais (pneus, sapatos, sandálias borracha, etc).

A Amazônia só granjeou o aspecto dinâmico de realizações sociais e econômicas, em notoriedade universal, com o advento da borracha. Antes, ela era uma região tropical e, como as outras, centro fornecedor de especiarias, de bichos exóticos, de poucos produtos cultiváveis [...] Foi a borracha que veio

lançá-la ao renome, como produtora de uma das mais notáveis matérias-primas oferecidas à humanidade, através de uma gama de expectativas e aspirações crescentes. (TOCANTINS, 1982, p.119).

Dessa maneira, foi em razão do extrativismo da borracha, que ocorrera todo o processo revolucionário (COSTA, 1974). “Acre e borracha se confundem no mesmo processo histórico. Sem a borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse outro produto-rei capaz de emprestar a terra à mesma fascinação econômica” (TOCANTINS, 2001, p. 36).

No período que se estende a partir de 1899, quando o espanhol Luiz Galvez Rodriguez de Arias, incentivado e financiado pelo governo do Amazonas, que tinha grande interesse econômico pelo Acre, proclama a *República Independente do Acre*. Dar-se-ia início a uma disputa acirrada pelas terras acreanas com a Bolívia, que culminara na *Revolução Acreana* vitoriosa. Isto porque, aquela iniciada por Dom Luiz Galvez Rodrigues de Arias (SOUZA, 1981) havia sido derrotada pelo governo boliviano, enquanto que esta, conduzida por José Plácido de Castro foi desencadeada no dia 6 de agosto de 1902, cuja vitória no campo de batalha ocorreu no dia 24 de janeiro de 1903, com a tomada de Puerto Alonso⁴, sede da delegação boliviana, conseqüentemente, com a assinatura do *Tratado de Petrópolis*, no dia 17 de novembro de 1903, momento em que o Acre passa a ser Território integrado ao Brasil, e, por conseguinte, administrado pelo governo federal. Contudo, isso não punha fim às disputas pelas terras acreanas, pois do outro lado, os peruanos reivindicavam para si, por interregno do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, a posse das terras acreanas situadas na região do Purus e Juruá. Todavia, segundo Tocantins (2001), a luta não se deu no

⁴ Cidade marco da Revolução Acreana, atual Porto Acre.

terreno de batalha, como ocorrera com a Bolívia. O tratado que dirimia a tensão entre os dois países foi assinado, sem maiores problemas, em 1909.

Como se pode perceber, a história de conquista e construção do Acre foi recheada de acontecimentos, que ganharam um *aparte* em importantes trabalhos de nossa literatura, como nas obras: “Paraíso Perdido” do célebre Euclides da Cunha; “GALVEZ: Imperador do Acre”, de Márcio Souza; “A Conquista do Deserto Ocidental”, de Craveiro Costa. Estas obras trazem, em passos lentos, a riqueza dos fatos que marcaram a conquista e a anexação do Acre ao território brasileiro. Celebrem a saga dos aventureiros que lá aportaram seus sonhos. Diferente daqueles dramas que glorificam os heróis, elas proporcionam uma visão do quadro em sua totalidade, permitindo um olhar mais completo.

Ainda assim, parece-nos não ser possível deslocar o fator econômico como elemento norteador desses acontecimentos. A organização política, econômica e social deu-se, sobremaneira, pelo extrativismo da borracha,

Constituindo-se na principal e, em virtude de sua ação monopolizadora, quase única fonte de riqueza da região e exercendo uma fascinação quase mítica sobre milhares de brasileiros ou alienígenas que para cá debandavam, em busca de fortuna ou para fugir das secas do Nordeste, o ciclo econômico da borracha, propiciou o período de maior expressão política, cultural e sócio-econômico da região Amazônica, gerando condições materiais e de vida nunca dantes experimentadas, propiciando novos espaços vitais para a Nação, além da revitalização de seu organismo social e financeiro. (MARTINELLO, 1985. p.23-24).

Apesar de que essas mudanças não tenham sido tão intensas como se imaginaria, para o conjunto da população amazônica.

[...] o esforço dispendido na comercialização da borracha não resultaram em grandes melhoramentos para a Amazônia, nem em investimentos de monta

nem foram abertos novos horizontes para os empresários locais e nem, muito menos, para a população em geral. Com exceção de Belém e Manaus, principais beneficiárias da corrida da borracha, todo esse cometimento redundou apenas na garantia de fornecimento daquela matéria-prima ao mercado consumidor dos grandes centros, acelerando ainda mais o processo de acumulação do capital centrado naquelas potências imperialistas. (MARTINELLO, 1985, p.27).

O outro traço importante do ciclo, baseado na economia mono-extrativista foi a figura do *coronel seringalista ou coronel de barranco* (MELLO, 1996) que monopolizava e determinava as relações sociais nos seringais; aquilo que era certo ou errado no seu espaço de domínio, em geral, o seringal, a rigor, era uma extensão de terras, quase imaginária, cujos limites não se alcançavam aos olhos. Dali, o coronel seringalista mantinha seu raio de influência sobre a vida política local, através do conluio com outros coronéis seringalistas. Desse modo, se no Nordeste, segundo Freyre (2003), a vida foi organizada em torno da Casa Grande e da Senzala; na Amazônia, sua organização foi construída numa relação vertical: barracão-barracas.

Na Amazônia o nordestino iria quase que copiar as características da civilização patriarcal. Em vez da economia extrativista, também monocultura, como forte acento de patriarcalismo, representado pela figura do patrão, dono do seringal, morador do barracão, casa que é uma cópia bisonha, em madeira e telha, ou madeira e zinco, ou madeira e palha, e ainda madeira e cavaco, das casas-grandes de pedra e cal dos engenhos de açúcar. [...] Barracão, aumentativo para ilustrar a condição social do proprietário, na perspectiva da arquitetura ampliada, na posição de destaque à beira do rio, diferenciando-se da barraca, uma espécie de senzala onde se abriga o seringueiro propriamente dito, o extrator, casebre, paupérrimo, sustentando-se no rústico arcabouço das paixúbas. (TOCANTINS, 2001, p.188).

O seringalista detinha o monopólio econômico de vida nos barrancos do Acre. Todavia, não dispunha do poder político, pelos menos nos primeiros anos do Território. Afinal, com a passagem do Acre para Território, quem escolhia os governantes, na

época, intendentes ou prefeitos dos departamentos, era o governo federal, que o fazia à revelia das elites locais (seringalistas e comerciantes). Atitude que causava o descontentamento dessas elites, cujos impasses desembocaram na criação de um movimento denominado Autonomistas (SILVA, 1998), que pregava a transformação do Território em Estado, bem como a escolha de administradores locais ou mesmo a divisão do Território.

Desde a epopéia de Luiz Galvez no apagar do século XIX, e a partir dos primeiros momentos em que o Acre se constituiu como membro do território nacional, a questão autonomista foi algo que sempre se aventou como uma necessidade por certos grupos internos. Muitos autonomistas começam a se organizar, nesse contexto, no intuito de requererem um direcionamento político da “sociedade acreana” de maneira mais autônoma que passasse preferencialmente por uma decisão final das oligarquias locais e o controle do poder executivo sendo decidido a partir de uma escolha emanada pelos auto-intitulados homens das “classes conservadoras” do Acre. Internamente, as maiores brigas se estabeleceram entre os grupos políticos e econômicos dos vales do Acre - Purús e do Juruá. Onde neste último, ocorreram as mais fortes tentativas de contraposição à unificação departamental e intento separatistas em relação ao vale do Acre - Purús. (SILVA,2002, p.51).

Verificamos, com isso, que o poder constituído no Acre foi marcado, de um lado, pelo autoritarismo, numa relação de subordinação e até de semi-escravidão,

O seringueiro chegava ao Acre já preso economicamente ao patrão. Sócio de indústria ou assalariado, mas com a vida em inteira dependência do barracão, ele devia o preço da passagem e outras despesas de viagem e, ao prestar-se para o início do corte de seringa, recebia fiado uma rede, um rifle, munição, um terçado, dois ou três dólmas de mescla, e mais o rancho, geralmente farinha, banha, jabá, sal, açúcar, feijão, fósforos, querosene, algumas latas de conserva e leite condensado, faca de seringa, tigelinhas para recolher o leite, e outros utensílios próprios para as lidas extrativistas. (TOCANTINS, 2001, p. 189).

De outro lado, pela centralização do poder administrativo através do governo federal, mesmo que tenha havido, a partir da década de 1920, com a união político-

administrativa do Território, uma combinação de interesses entre os governos nomeados pelo governo federal e as elites locais. O que não eliminou o interesse pela autonomia do Acre.

Cabe ressaltar que, o autoritarismo não ocorria apenas pela prática impositiva de nomeação e escolha dos intendentess, interventor (SOUZA, 1976) ou governadores, mas também por suas filiações militares, basta ver as patentes dos governantes que estiveram à frente do governo, de 1920 a 1964 (generais, coronéis, majores e capitães). Além das atitudes ímprobass de muitos, na condução dos recursos do governo e práticas constantes de abuso de poder (SILVA, 2002).

Outra importante característica dos acontecimentos que envolvem o processo histórico acreano, que se estende de 1903 a 1945, foi uma intensa participação político-partidária das elites locais, embora não houvesse uma disputa de âmbito eleitoral, propriamente dita, salvo a partir de 1920, quando passa haver eleições para conselheiros municipais e, em 1933, quando, da eleição para representantes na Câmara Federal.

Antes de 1945 – quando se formam os partidos políticos nacionais – havia no Acre diversos partidos, circunscritos no mais das vezes, a certas regiões: O Partido Autonomista do Alto Acre e do Alto Juruá; Partido Autonomistas do Purus (que lutava pela autonomia do Alto Purus em relação ao Alto Juruá); o Partido Progressista (de Cruzeiro do Sul); Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus (fundado em 1917) e no Alto Acre (fundado em 1918); Partido Evolucionista em Rio Branco (fundado em 1921) o Partido Construtor Acreano (no Alto Juruá). Estes partidos, alguns dos quais com jornais próprios de circulação periódica, tinham uma característica comum: eram organizados pelas elites dos respectivos locais (seringalistas, comerciantes, militares de alta patente, etc) e também por sua efemeridade. (COSTA, 1992, p.48).

Como se pode observar, a vida era bastante intensa na sociedade da borracha sob todos os aspectos. A economia extrativista tivera importantes momentos

de ascensão, principalmente enquanto o Acre detinha o monopólio da produção de borracha em seus seringais, de maneira que:

O território do Acre começará a contribuir com algum vulto para a produção brasileira de borracha em 1904, quando o volume exportado ultrapassa 2.000 toneladas. Já no ano seguinte alcançará 8.000; e em 1907, com mais de 11.000, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do Brasil. (PRADO JUNIOR, 1988, p.237).

A perda do monopólio, em função da produção na Malásia, impulsionada pela Inglaterra, que havia “pirateado” mudas brasileiras⁵ e cultivado-as em seringais malaios, provocou numa perda de produção. O intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, ocasionou, segundo Costa Sobrinho (1992), redução do contingente populacional do Território acreano, que só seria recuperado em função da invasão dos seringais asiáticos, durante a Segunda Guerra Mundial, pelos japoneses.

Esse cenário levou o governo brasileiro a fomentar a vinda de uma quantidade significativa pessoas, na maioria leva de nordestinos, para o Acre produzir borracha e suprir os aliados. Esses migrantes viriam a ser denominados, então, de *soldados da borracha*. Isto, porque, eles poderiam “escolher” entre vir para o Acre ou ir para *front* de batalha na Segunda Guerra (MARTINELLO, 1995).

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, o que parecia levar o Acre para uma crise econômica sem precedentes, em sua breve e rica história, não ocorreu, mesmo com a retomada da produção asiática.

A produção extrativa de borracha não modificou o seu desempenho. Se todo esforço dispendido na chamada ‘batalha da borracha’ elevou a produção da Amazônia das 16, 8 mil toneladas produzidas em 1942, para 22,5 mil toneladas em 1946, atingindo a produção máxima em 1947 com 24,6 mil toneladas, a

⁵ “Sir Henry Wickham roubou setenta mil sementes de seringueira do Amazonas. Disse ao funcionário que eram mudas para o orquidário da rainha. Uma mentirinha vitoriana. Colou.” (SOUZA, 1981.p.46),

década de 1960 apresentou níveis médios de produção aproximadamente iguais. Os resultados para os anos de 1964 a 1965 foram idênticos aos alcançados na fase áurea do extrativismo da borracha. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.103).

Se, por um lado, havia uma intensa vida econômica nos barrancos do Acre; por outro, havia em âmbito nacional, o retorno da democracia como regime político, com o fim da Ditadura Vargas (1937-1945) e, portanto, o retorno ao pluripartidarismo, que, segundo Souza (1992), procurou integrar os elementos centrais da tradição republicana, como: o presidencialismo, o federalismo, o sistema bicameral e a representação proporcional.

Contudo, a vida política do Acre continuava subordinada à vontade do governo federal, pois o Acre, na condição de Território, não gozava de qualquer autonomia, salvo a eleição de representantes para a Câmara Federal. Apesar de que, em se tratando de política partidária, o Acre vai seguir o processo nacional, isto é, a prevalência do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, que dominariam a vida política do Acre de 1945-1962, principalmente nas figuras dos Generais: Oscar Passos (PTB) e Guimard dos Santos (PSD), embora existissem outros partidos, como: União Democrática Nacional (UDN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cabe ressaltar, que, no caso do Acre, no Partido Trabalhista Brasileiro, existia uma grande quantidade de intelectuais de esquerda, que formavam seus quadros, principalmente no final da década de 1950 e início de 1960, quando o Acre passaria a ser estado da Federação (1962).

Ante o reconhecimento do Acre como Estado da Federação e, por conseguinte, adquirindo autonomia político-administrativa, o PTB lança-se na disputa pelo governo do estado, com a candidatura do jovem filósofo José Augusto de Araújo

(MENDES, 1995), ainda que à revelia de certos segmentos ligados a Oscar Passos, personagem até então emblemática, do PTB. Não bastasse esse empecilho posto dentro de seu próprio partido, José Augusto de Araújo tinha um adversário tradicional, com peso político muito forte, o General Guiomard dos Santos (PSD). Ainda assim, o jovem filósofo vence o pleito eleitoral com 53,5. % dos votos válidos, contra 46,5 % de Guiomard Santos⁶, tornando-se o primeiro governador eleito pelo voto no Acre. Seu partido, o PTB, elege 7 deputados estaduais das catorze vagas existentes, 3 deputados federais das 7 vagas existentes e das três vagas para o Senado Federal, consegue duas vagas (Senador Oscar Passos e Adalberto Sena). Sem contar a eleição de todos os prefeitos, dos setes municípios existentes (Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapurí, Brasiléia e Rio Branco).

O governo de José Augusto de Araújo é caracterizado como uma gestão inovadora, por diversas iniciativas adotadas, principalmente pela composição de uma equipe técnica de profissionais vinda de outros Estados (o que lhe rendeu muitos infortúnios, porque em sua campanha havia criticado duramente a vinda de pessoas de fora para ocupar espaços tidos dos acreanos). Estabeleceu um amplo diálogo com setores dos movimentos sociais, inclusive com setores ligados às Ligas Camponesas, a Igreja, sindicatos etc. Formulou uma proposta de governo na área da Educação, com forte influência da Pedagogia de Paulo Freire. Na saúde, continuação de obras dos hospitais. Na reforma agrária, desapropriação de seringais. Além disso, defendeu um

⁶ O curioso dessas eleições é que mesmo derrotado para o governo do estado do Acre, o General Guiomard dos Santos é conduzido ao Senado Federal, haja vista que nesse período a legislação eleitoral permitia aos candidatos disputarem dois pleitos distintos, desde que fosse uma para vaga para cargos majoritários (governo) e outra para cargos proporcionais (Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa).

projeto de modernização que previa, entre outras coisas, a construção da Br-364, construção do aeroporto internacional e conclusão da ponte Metálica, que ligaria os dois lados da capital do Estado, Rio Branco.

Se no cenário político local, as condições de governabilidade pareciam ideais para os propósitos da gestão José Augusto de Araújo, a mesma sentença não valia para o panorama nacional, pois o céu começava a dar sinais de tempestade, *no planalto central*. A renúncia, repentina e nebulosa, de Jânio Quadros, presidente que obteve expressiva votação, era algo estranho. Sucedendo a Jânio Quadro, assumiria João Goulart, que tinha forte relação com idéias mais progressistas; propunha um programa de governo centrado nas Reformas de Base, que incluía, por exemplo, uma reforma agrária ampla. Mantivera contatos com a China comunista, inclusive, visitando-a, antes de chegar à Presidência da República. Tudo isso parecia assustar os *interesses ocultos* (nacionais e estrangeiros) que temiam que o Brasil pendesse para um regime de tipo socialista.

Frente a isso, havia um duro impasse entre as forças conservadoras e os ministros militares do governo Jânio Quadros, que não desejavam, de maneira alguma, que João Goulart tomasse posse como mandatário da Nação. A solução de compromisso encontrada, entre várias forças, para não provocar um caos social no país, foi a instauração de um regime de caráter parlamentar, onde o Presidente da República atuava como chefe de Estado e o Presidente do Conselho de Ministros seria responsável pela chefia do Governo. Atitude explícita, para limitar os poderes do Presidente João Goulart. Entretanto, isso não fora o suficiente para os militares. “Em março de 1964, uma coalizão entre conspiradores militares e civis depôs o Presidente

João Goulart e abriu um novo capítulo na história do autoritarismo brasileiro”. (SKIDMORE, 1988, p.27).

Cabe ressaltar, que o Golpe de 1964 não ocorreu apenas nas circunstâncias que nos remetemos acima, mas, expressa a forma imediata que os setores conservadores encontraram para conter o clamor dos vários movimentos sociais, que reivindicavam por mudanças na ordem social, política e econômica, e se espalhava por todo o país (RIZZO, 1994).

Os *anos de chumbo*, que caracterizam o período do Regime Militar, traziam consigo uma série de restrições à vida política nacional, como: o fechamento do Congresso, através do Ato Institucional nº 5; instituiu o bipartidarismo por meio do Ato Institucional nº 4 (Aliança Renovadora Nacional – ARENA – que agregava os militares, fiéis escudeiros da elite conservadora do país e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB – que era uma espécie de oposição consentida); cassação dos direitos políticos, censura e vigilância sobre os meios de comunicação, etc. Sem contar, do terror ideológico, como expressa trecho de carta do General de Brigada Célio de Medeiros Coelho,

Lembre aos jovens acreanos [...] Estivemos à beira do abismo, onde por pouco não caímos. Livramo-nos dele, como de um pesadelo, ou de uma roupa que está queimando no corpo. O teu futuro periclitou, meu conterrâneo e ainda corres perigo [...] O Brasil estava sendo destruído e quando menos esperasses, teríamos uma ditadura de tipo cubana. Não imaginas o que isso seria! [...] O teu amanhã, os teus sonhos de jovens livres e idealistas seriam destruídos [...] As instituições ameaçadas e até mesmo a tua integridade física e moral. Eu vi de perto fogueira, como vi também 1935 e 1938. (CARTA AOS ACREANOS, 1964).

Não obstante, no caso do Acre, que há pouco fora elevado à condição de Estado da Federação e mal experimentara a visão reluzente da paisagem fora da

caverna, como o filósofo da alegoria platônica no *Mito da Caverna* (PLATÃO, 1997). O Golpe de 1964 soou como música aos ouvidos das elites locais, que aproveitaram para forçar o governo José Augusto de Araújo à renúncia, o que veio a ocorrer em 07 daquele. Com isso, descia pelas águas do Rio Acre, os sonhos de melhores dias para uma população que vinha calejando mãos e pés, desde que o homem se fez homem, nesse recanto de Brasil. Instaurava-se, assim, a “caça às bruxas”,

Logo após o golpe, notícias veiculadas no Jornal O Estado (26/04/64) informavam que o exército tinha realizado prisões e aberto inquéritos policiais contra prováveis comunistas, entre eles estavam Ariosto Pires Miguéis⁷, Hélio Khoury, ambos membros da equipe administrativa do ex-governador José Augusto e acusados de realizarem “atividades comunistas” durante o governo do petebista. Entre os enquadrados também estavam João Moreira de Alencar (vice-presidente das Ligas Camponesas) e Guilharo Geraldo Gonçalves, acusados de distribuírem o folhetim João Boa Morte e o jornal Terra Livre, considerados panfletos de agitação das “massas camponesas”. O próprio jornal afirmava ainda que não podia acrescentar mais detalhes sobre a referida matéria, o que demonstra a filtragem e controle de informações nos poucos meios de comunicação que não foram fechados e que se tornaram subservientes aos ditames dos caudatários do regime militar. (SILVA, 2002, p.95-96).

Com isso, assiste-se a um domínio absoluto, de dezoito anos, da ARENA, à frente dos executivos do Acre. Domínio marcado por ações autoritárias subordinadas aos ditames do Governo Federal, inclusive, com adoção, dentro da política de Segurança Nacional, de um Plano de Ocupação da Amazônia, que tinha, entre outras coisas, o pressuposto da Modernização da Amazônia, sob o viés da pecuária. Modernização que passava pela substituição do extrativismo pela pecuária, mas também pela abertura de estradas e a instalação de indústrias de médio porte. Embora caiba ressaltar, que, no caso do Acre, a modernização passou exclusivamente pela

⁷ Ariosto Miguéis e Hélio Khoury foram presos, quando embarcavam em direção a Brasília; portavam passaporte e pretendiam ir à Bolívia.

mudança na atividade econômica, em função da forte crise pela qual passava o setor extrativista, mas também pela negação desse modelo, como forma de capitanear esse processo de transformação conservadora:

Este contexto de uma economia fundamentalmente extrativista é frontalmente questionado, induzindo-se mudanças a partir do final da década de 60 e início da de 70. O Acre se incorpora na chamada 'ocupação da Amazônia' [...] Novamente, estimulando e viabilizando este processo, está o Estado. O Extrativismo se acha superado no processo de reprodução do capital. A Amazônia é uma nova frente para o capital. Já em meados de 1960 se propala a irracionalidade da extração do seringal nativo, as precárias condições de vida do seringueiro, isolado e sem serviços básicos de atendimento social. É necessário modernizar, incorporar a Amazônia a uma estrutura produtiva racional aos moldes do resto do país. Agrega-se a estas questões a da segurança nacional – se faz premente ocupar os espaços vazios, particularmente junto à fronteira. A reprodução do capital tem novas exigências e o governo assume uma ideologia compatível com ela. O herói de ontem é o parasita da natureza de hoje. (NASCIMENTO, 1985, p.52).

Apesar disso, esse não foi um processo de mudanças tão simples, pois a organização social e econômica centrada no mono-extrativismo da borracha, era o elemento sedimentar, na organização do Estado. Dessa maneira, o governo estadual, orientado pelo Governo Federal, passa a incentivar a vinda das pessoas de outros estados do país, principalmente do Sul, “os paulistas”⁸.

Nesse período, houve uma intensa campanha publicitária, por parte do governo Wanderlei Dantas (1970-1974), incentivando a vinda de pessoas para a *Nova Canaã*, além da expropriação dos seringueiros de suas localizações, pois os investidores queriam encontrar as terras livres. De forma que, segundo Nascimento (1985), um terço das terras do Acre estavam, entre 1972-1974, nas mãos de pessoas

⁸ Expressão que a população local utilizava para designar as pessoas (pecuaristas e latifundiários) que chegavam para negociar terras, vindos principalmente do Sul e Sudeste do país.

de outros estados. Situação que reitera o Estado à condição de facilitador do capital, em detrimento do trabalho.

O Estado brasileiro esteve secularmente enredado na proteção aos interesses dos grupos hegemônicos, com os quais mantém alianças de caráter permanente, estruturadas formalmente por dispositivos legais e aparatos institucionais burocráticos. (LOUREIRO, 2004, p. 322).

Diante desse quadro é preciso distinguir duas questões que, a nosso ver, são fundamentais para compreender o curso dos acontecimentos nesse período. Ou seja, o período que se estende de finais da década de 1960 a meados de 1970, é de ampla consolidação do projeto de expansão da fronteira agropecuária no Estado do Acre, com a expropriação de posseiros e seringueiros das terras até então ocupadas, que viriam a ser “entregues” ou vendidas a baixo custo aos empresários paulistas que lá se instalaram. Processo de expropriação, que transcorreu sem maiores resistências por parte dos trabalhadores rurais ou mesmo seringueiros, salvo os acontecimentos ocorridos no seringal Alagoas, no Alto Tarauacá:

O movimento grevista mais importante da década de 1960 ocorreu também no seringal Alagoas. O Seringal Alagoas localizava-se nas cabeceiras do Rio Tarauacá. Era um dos maiores seringais do Acre, ocupando quase 500 seringueiros em suas colocações. Os trabalhadores do Alagoas eram considerados muito unidos; quando o patrão não queria pagar o preço ajustado, o pessoal grevava. (COSTA SOBRINHO, 1992. p.134).

A outra fase seria aquela que se estende de 1974 ao final dos anos 1980, quando houve uma intensa disputa pela posse da terra entre seringueiros, trabalhadores rurais e os latifundiários. Apesar dos esforços do governo Geraldo Mesquita (1975-1979), que, através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), reconheceu a posse da Terra, pelos posseiros e desapropriou áreas com o objetivo, ainda que tímido, para uma reforma agrária. Mesmo assim, os conflitos não cessavam e continuariam cada vez mais intensos, durante a década de 80.

O movimento de resistência teve início com os seringueiros-posseiros do seringal 'Catuaba', que se encontravam instalados à margem da BR-364. A reação foi de certo modo espontânea, significando uma forma de esboçar resistência contra a expulsão da terra para não se tornar favelado na cidade ou peão de derrubadas nas fazendas. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.154).

Além disso, os sindicatos dos trabalhadores rurais começavam a ter uma maior presença entre os seringueiros, bem como a Igreja Católica do Acre-Purus, que através das Comunidades Eclesiais de Base começava a mediar a penetração da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que terá papel fundamental na organização dos trabalhadores em sindicatos rurais e na resistência contra a expulsão destes de suas terras. A resistência se dava através dos empates⁹, que era uma forma encontrada pelos trabalhadores de impedir o desmatamento ou as queimadas.

Os conflitos mais intensos ocorreram na região do Alto Acre, principalmente nos municípios de Xapurí e Brasiléia. Isto, porque era a região onde as terras eram mais valorizadas. Esses conflitos culminariam com os assassinatos de inúmeras lideranças ligadas aos trabalhadores rurais, sendo os mais conhecidos: Wilson Pinheiro¹⁰ (Brasiléia), membro da CONTAG, assassinado, em 1982, e Chico Mendes¹¹

⁹ Era o método utilizado pelos trabalhadores para conter ou evitar a derrubada ou queimadas, em geral, eles se reuniam em determinados locais e seguiam, munidos de terçado, machados e enxada, para o local onde estava ocorrendo a derrubada da floresta e impedir a execução.

¹⁰ Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, sua morte levou ao Acre importantes lideranças do Partido dos Trabalhadores como Lula e Jacó Bittar, que depois seriam acusados de insuflar o povo no assassinato de um dos acusados da morte de Wilson Pinheiro.

¹¹ Líder seringueiro, sindicalista e membro fundador do Partido dos Trabalhadores no Acre.

(Xapuri), líder seringueiro, em 1988 (RELATÓRIO AMÉRICA WATCH, 1991). Estes trágicos acontecimentos, de um lado, levavam o grito de resistência dos trabalhadores para além das cercanias do Acre, bem como explicitariam, para o mundo, o caráter predatório do modelo adotado para a região, sob a batuta do regime militar.

No limiar dos anos 80, as denúncias contra a destruição da floresta amazônica para o desenvolvimento de atividades agropastoris passam a ocupar um lugar de destaque na pauta de organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Governos e organismos multilaterais sentem-se cada vez mais pressionados para suspenderem financiamentos a programas e projetos que impliquem no desmatamento na região. Além do mais, as políticas destinadas a promover os 'reajustes estruturais' ganham força e passam a restringir seriamente a atuação dos Estados nacionais na indução do desenvolvimento. (PAULA, 2003, p.85).

De outro lado, revelava que, embora em pleno regime militar, não há dominação sem resistências. As críticas feitas pelos movimentos de contestação, tanto ao regime quanto à ordem lá estabelecida, eram cada vez mais intensas e amplificadas para outros setores da sociedade,

No caso da Amazônia as críticas formuladas aos efeitos socioambientais da 'modernização' implementada na região sob égide do Estado desenvolvimentista adquirem uma enorme amplitude. Elas passam a ter, a partir dos anos 80, maior ressonância no bojo da sociedade civil em nível regional, nacional e internacional. Trata-se, sobretudo, de um período marcado por uma mudança de enfoque nas abordagens sobre a temática do desenvolvimento na região: ela passa de 'inferno verde' a 'paraíso dos verdes'. (PAULA, 2003, p.86).

O papel dos sindicatos, da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e da Imprensa (particularmente, do jornal o *VARADOURO*) (COSTA SOBRINHO, 2001), foram fundamentais na organização dos trabalhadores rurais e seringueiros. De forma que, é possível afirmar: no caso da Igreja Católica, ela cumpriu

senão, em plenitude, mas muito próximo disso, a função de um partido político na acepção gramsciana, tanto de caráter progressista, como conservadora (GRAMSCI, 1984). Ela foi uma das organizadoras e mentora intelectual de várias lideranças dos sindicatos dos trabalhadores, no papel da resistência, no Vale do Acre-Purus. Entretanto, no Vale do Juruá, ela exerceria uma ação conservadora, não reconhecendo, inclusive, a legalidade da luta dos trabalhadores, ou mesmo se omitindo do processo, salvo, algumas ações isoladas da Comissão Pastoral da Terra (CPT),

Na outra banda do Acre, na Prelazia do Vale do Juruá, tudo era silêncio sobre da questão terra. O clamor dos humildes não atingiu o Bispo e padres daquelas paragens, que fizeram vistas grossas com relação ao problema. Ainda bem que o próprio isolamento da região se constitui em obstáculo natural à penetração da frente agropastoril. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.166).

Uma das hipóteses explicativas para o comportamento conservador na Prelazia do Vale do Juruá gira, em torno da penetração dos religiosos, de origem alemã (padres, freiras e irmãos), que tinham experimentado os efeitos da Segunda Guerra em seus países, assim como seu vínculo com a Alemanha Ocidental e , portanto, certa aversão às idéias mais progressistas.

Se, por um lado, os acontecimentos sócio-históricos são inúmeros nesse curto espaço da história do Estado, situado na parte mais ocidental do Brasil; por outro, no campo da organização político-partidária, houve um monopólio de governos arenistas à frente do executivo que se estendeu de 1965 a 1982. Um detalhe interessante do domínio arenista sobre o executivo acreano, foi que, à exceção do Cel. Edgar Pedreira de Cerqueira (1964/1966), que sucedeu a José Augusto de Araújo

(1964), todos os governadores foram “eleitos” indiretamente, em pleno regime militar, mas, na prática, foram nomeados pelos militares.

Tabela 2: Governo e Partido

ANO	GOVERNO	PARTIDO
1964-1966	Cel. Edgar Pedreiras de Cerqueira Filho	ARENA
1967-1970	Jorge Kalume	ARENA
1971-1974	Wanderlei Dantas	ARENA
1975-1978	Geraldo Mesquita Gurgel	ARENA
1979-1982	Joaquim Falcão de Macedo	ARENA

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do ACRE/ALEAC

É importante frisar que, esses governos, cada um a seu modo, tiveram suas peculiaridades em suas administrações e reforçaram o rigor do regime militar na região, cometendo todos os atos autoritários possíveis. Entretanto, a gestão do governo Geraldo Mesquita Gurgel é, no mínimo, ambígua. Seu governo é considerado um precursor na história administrativa do Acre,

O estado do Acre, com certeza, foi efetivamente fundado a partir de então, pois o governo Mesquita tomou todas as iniciativas necessárias para estruturar e consolidar o aparelho do estado regional, dando-lhe um novo perfil para cumprir o seu papel de aparato social e político da dominação: não apenas pelo seu viés repressivo, mas também pelo consenso da sociedade. Para isso, passou a utilizar com certa autonomia os aparelhos disponíveis: polícias, justiça, legislativo estadual, demais órgãos do governo etc., sem que tivesse de avocar a todo o momento o poder do estado federativo nacional para intervir nas questões de natureza local [...] O governo procedeu a uma ampla reforma administrativa, buscando modernizar os organismos estaduais tendo em vista uma melhoria do desempenho do serviço público. (COSTA SOBRINHO, 2001, p.140).

No âmbito das relações políticas, comportou-se de forma questionável, num primeiro momento, não se alinhando aos setores seringalistas e aos fazendeiros. Mas,

por outro lado, suspendeu o contrato da Igreja Católica com a Rádio Difusora, que transmitia o Programa “Somos Todos Irmãos”, programa da Igreja Católica que debatia os problemas de ordem social, com a questão da Luta pela Terra. Entretanto, no momento seguinte, segundo Costa Sobrinho (2001), ele denunciou os fazendeiros. Solicitou, ao Governo Federal, providências para a regularização das terras no Acre e, conseqüentemente, desapropriou, com vistas a viabilizar os assentamentos dos colonos. Afastou a direção das polícias vinculadas aos fazendeiros.

Portanto, podemos observar, nesse interregno da década de 1970 – 1980 que o Acre foi palco de inúmeros conflitos entre o capital e o trabalho. Conflitos em que o Estado esteve predominantemente em favor do capital, principalmente como aparelho coercitivo. Por outro lado, observamos também que esse foi um período marcado por inúmeros focos de resistências, que eclodiram no seio da sociedade civil, criticando o regime militar e o modelo de desenvolvimento excludente (a pecuária de corte). Não respeitando, com isso, as particularidades da região e dos setores subalternos, que tiveram que impor, com facões e terçados, seu direito de permanecer ocupando seu pedaço de chão, bem como o direito de escolher os seus caminhos.

Dessa maneira, em que pese nossa pouca ou quase nenhuma maestria para com a arte de pintar, fica aqui expressa nossa intenção de propiciar àqueles que ousarem ler essa dissertação, que a história é feita de forma dinâmica e quase sempre imprevisível.

3. 2 A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO

O sol voltava a brilhar, depois do tenebroso inverno sobre as matas, rios e asfaltos no coração da América do Sul. Os jardins estavam floridos e a primavera sinalizava dias prósperos. Os pássaros voltavam a migrar. As canções expressavam um novo tempo. Assim surgia a década de 1980.

A Ditadura militar já não conseguia conter os anseios, as manifestações de milhões e milhões de pessoas pelo país. Os movimentos sociais eclodiam por toda parte, sussurrando pelo fim dos dias de medo. O governo militar sofria derrota expressiva no Congresso, pois o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ampliou significativamente sua bancada no Congresso, desde 1974.

O resultado da eleição surpreendeu a todos, inclusive, os estrategistas mais otimistas do MDB. O MDB tinha quase dobrado sua representação na Câmara dos deputados elevando-se de 87 para 165. A ARENA caiu de 223 para 199. (SKIDMORE, 1998, p.34).

Na tentativa de conter o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro, o governo militar manipulava as regras eleitorais de maneira que pudesse continuar no comando, como: adoção do multipartidarismo, a partir de 1979, eleição direta para governadores (1982), voto vinculado, que implicaria que, os votos só seriam válidos se fossem dados em todos os níveis para um mesmo partido. Essas tentativas não foram eficazes para a manutenção do governo militar no Poder, pois o governo perdeu a eleição indireta para Presidente, no Colégio Eleitoral, em 1985, quando os militares indicaram o civil Paulo Sallim Maluf (PDS) e a oposição escolheu Tancredo de Almeida Neves (PMDB).

O retorno ao pluripartidarismo serviu para a fragmentação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que funcionava como uma espécie de *guarda-chuva* da

oposição, ou seja, com a instituição do bipartidarismo, o Movimento Democrático Brasileiro abrigou em suas fileiras uma série de lideranças oriundas de outras agremiações partidárias, como o Partido Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional e, mesmo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuavam dentro do PMDB até o retorno de sua legenda à legalidade, em 1985. Dessa fragmentação, outros partidos vieram a surgir, como o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Popular, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores, etc.

Se, de um lado, havia uma intensa efervescência política com o retorno ao regime democrático, por outro, também demonstrava-se a grande crise por qual passava a economia brasileira e que atravessaria toda a década de 1980. A falência de um modelo de desenvolvimento centrada no Estado nacional (TOLEDO, 1999) como promotor desse processo, ruía.

O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro centrado na industrialização por substituição de importações. Tinha o Estado como principal agente indutor do desenvolvimento e foi financiado basicamente pelo estado e pelo capital estrangeiro. O Estado desempenhou o seu papel atuando de diferentes formas, investindo diretamente na economia através de empresas estatais; orientando investimentos privados através de empresas estatais estimulando a iniciativa privada através da concessão de subsídios, créditos favorecidos, reduções ou isenções fiscais, moratórias, e perdão de dívidas; protegendo a empresa nacional contra a concorrência estrangeira; e regulando e intermediando as relações entre capital e trabalho. (BRUM, 1998. P.419),

Esse modelo de desenvolvimento, conforme Melo (1995), foi marcado pelo esgotamento do Estado desenvolvimentista brasileiro, em termos de capacidade de gestão de nosso desenvolvimento, uma vez que as mudanças provocadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelo financiamento internacional direto dos grandes

oligopólios nos espaços periféricos, para o qual o Brasil foi o grande beneficiário em escala global. Essa base ruiu, condicionada, em grande medida, pela reconcentração do capital nos países industrializados, bem como pelo desmoronamento do mercado internacional de crédito, a partir da crise do México, em 1982. Isso afetou os países periféricos, como o Brasil, a Argentina, o México etc., pois as únicas fontes de empréstimos passaram a ser as grandes agências multilaterais, isto é, o FMI e o Banco Mundial. Em outras palavras, o cenário era propício para a fomentação do ideário neoliberal (HARNECKER, 2000), que significou, em outras palavras, a adequação das economias periféricas aos ajustes estruturais propostos pelas agências reguladoras (FMI, Banco Mundial), assim como o encurtamento sistemático da capacidade de regulação do Estado brasileiro na esfera da economia.

No caso do Acre, o conjunto desses acontecimentos foram os mais intensos possíveis, como veremos, a seguir:

No campo econômico, o Acre sofreu uma redução considerável nos repasses do Governo Federal. O que acarretou uma série de problemas para os governos municipais e o estadual. Isto, porque, o modelo de desenvolvimento centrado, tanto no mono-extratativismo da borracha, quanto na pecuária, mostrou-se incapaz de fomentar o desenvolvimento do Estado, deixando-o mais dependente dos repasses do Governo Federal, principal fonte de receita do Estado e dos municípios. Sem contar que os governos que estiveram à frente do governo, pouco fizeram no sentido de engendrar uma alternativa de desenvolvimento para a região que se mostrasse capaz de romper com a subserviência econômica do estado ao Governo Federal, bem como integrasse os vários setores da sociedade na discussão de seus destinos. Apesar das medidas de

descentralização das instituições governamentais, adotadas pela gestão do segundo governador eleito pelo voto popular no Acre, Nabor Teles da Rocha Junior, do PMDB (SILVA, 1998), bem como, as várias iniciativas de seu Governo, na tentativa de alavancar a produção agrícola do Estado, como a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI).

No aspecto político-social, o Acre viveu um momento extremamente rico, não apenas pelo retorno da democracia como regime político. Mas, foi na década de 80 que houve uma intensa dinâmica dos movimentos sociais (sindicatos rurais e urbanos, jornais e organizações não-governamentais) no tocante à formulação de uma proposta de desenvolvimento que eclodia do seu ventre e questionava rigidamente as concepções implantadas para a região, assim como exigia uma participação mais ativa dos setores subalternos, na formulação das políticas de governo. De maneira que o primado gramsciano é válido, no nosso entendimento, até a década de 1960, para a região Amazônica, de uma sociedade com características similares às do Sul da Itália, onde o Estado era tudo e a Sociedade era amorfa. No caso da região, particularmente, a partir da década de 1970, a sociedade civil se mostrou vigorosa e bastante presente na vida cotidiana do povo da região, penetrando em todos os setores. “A segunda metade dos anos de 1970 foi o marco inicial de uma forte movimentação dos setores populares com vistas à sua organização”. (COSTA SOBRINHO, 2001. p.193).

À proporção desses fatos, a vida político-partidária do país e do estado do Acre também sofria alterações significativas no campo institucional. Como resultado do clamor popular, o governo militar, na sua transição “gradual, lenta e segura”, instituiu,

em 1982, o voto direto para escolha dos governadores estaduais. Acontecimento que punha fim ao monopólio partidário, no âmbito do Poder Executivo estadual, até então concentrado nas mãos dos arenistas, haja vista que, no Poder Legislativo estadual, o MDB era maioria, desde 1974, com 5 cadeiras, contra 4, da ARENA. Com isso, alçava os degraus do Palácio Rio Branco o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que passaria, praticamente, uma década à frente do Governo do Acre. Primeiro, com o governador Nabor Junior (1983-1986), que carregava, como principal bandeira de seu governo, a participação, como ferramenta de construção de um novo governo para o Acre. Contudo, como diz Silva:

[...] o governo de Nabor Júnior não pode ser concebido como de “participação”, se levarmos em consideração os pressupostos teóricos que apontam para o significado do termo. Seu governo foi marcado internamente por um alijamento gradativo das forças progressistas e uma ascensão progressiva da vetusta e tradicional maneira de fazer política, do conservadorismo embutido através do apadrinhamento político, empreguismo desregrado, assistencialismo, cooptação e predomínio de uma cúpula de dirigentes refratários a quaisquer tipos de mudanças que pudessem levar a perda de poder político e o surgimento de novas lideranças que fugissem da órbita política da ala dirigente do partido. (SILVA, 1998, p.59).

Em seguida, viria o governo Flaviano Flávio Baptista de Melo (1986-1990), que havia sido prefeito, no período de 1983-1985, por indicação do Governador Nabor Teles da Rocha Junior, isto porque, os prefeitos de regiões da fronteira estavam incluídos na Lei de Segurança Nacional, que previa a nomeação dos prefeitos de forma indireta, pelo governador, com a aquiescência do Presidente da República. Seu governo foi, de um lado, reconhecido por grandes realizações no campo da infraestrutura urbana (asfaltamento de ruas, construção de conjuntos habitacionais) e, por outro lado, pelos escândalos que atravessaram todo o seu período, cujo mais notório foi

a conta “Flávio Nogueira” – que era uma conta “fantasma” em que o dinheiro do pagamento dos funcionários públicos era depositado e, como os juros bancários, naquela época, eram favoráveis, havia grande rendimento e o lucro desse dinheiro desaparecia num “pisar de olhos”, ninguém sabe para onde. Além do que, a relação desse governo com os movimentos sociais foi bastante conflituosa; não havia negociação; de forma que, num dos eventos de greve dos professores, os policiais debelaram o movimento, na base da força.

Em resumo, os governos do PMDB, no Acre, sobressaíram-se, segundo Fernandes (1999), pelo empreguismo e inchamento da máquina administrativa. Situação bastante corriqueira, posto que o estado era o principal empregador. Além do que, não havia qualquer impedimento constitucional para coibir tal prática, haja vista que isso só viria a ocorrer a partir da Constituição de 1988, que determinou o preenchimento de cargos nas esferas dos governos, por meio de concurso público. À exceção dos cargos de confiança, que continuaram ao bem querer de cada governante.

Essa prática, na nossa compreensão, foi crucial para preservação de uma cultura política com facetas clientelistas (BOBBIO et al, 2000), onde a *troca de favores* foi determinante para a manutenção no poder. Questão que justificará a forte influência, na vida política do estado, por parte dessas duas lideranças, por praticamente duas décadas.

Outra circunstância notória na prática governamental dessas administrações, foi a reduzida participação dos setores subalternos na formulação das políticas de governo. Ainda que, no caso do Nabor Júnior (1983-1986) houvesse, na estrutura de governo, significativos quadros intelectuais e partidários que estiveram ligados à luta pela redemocratização do país e, mesmo setores próximos às Comunidades Eclesiais

de Base, como foi o caso do Deputado estadual Manoel Pacífico¹², que foi um dos fundadores das CEB's no Acre. Todavia, o espaço para a participação dos setores da sociedade nas discussões das políticas públicas, não se realizou.

O que ocorreu é que não houve lugar privilegiado para a participação política dos setores populares. Estes setores participaram como espectadores e mais cristalinamente, como massa de manobra. Por isso, fica difícil falar em participação efetiva em uma sociedade marcada e cindida pela desigualdade não só dos bens materiais, mas também dos bens simbólicos. (SILVA, 1999, p.47).

No emaranhado que era o PMDB do início dos anos 1980, composto por diversas tendências (Popular e MR-8) e, mesmo os partidos (PC do B e PCB) que atuavam sob sua órbita, as forças conservadoras do Partido suplantaram as progressistas e deram o tom da administração de Nabor Júnior (1983-1986). Os leões do regime militar viraram camaleões no regime democrático.

Contudo, a grande novidade do cenário político do Acre foi, sem sombra de dúvidas, a formação do Partido dos Trabalhadores. Um Partido que emergiu de baixo para cima, contrapondo-se radicalmente à Ordem estabelecida e defendendo o socialismo democrático como forma de construção de uma sociedade justa incluindo setores que foram mantidos distantes de qualquer participação na vida política do país, como os negros, as mulheres, os homossexuais; assim como temas de grande conotação política como a democracia e o meio ambiente.

Dessa maneira, ainda que não seja nosso foco de análise, na formação do Partido dos Trabalhadores, convém resgatar brevemente os elementos que dão sentido à sua formação; no caso do Acre, para que consigamos compreender o andamento

¹² Pe. Pacífico ligado à Tendência Popular do PMDB.

deste trabalho. De forma que, quando nos reportarmos ao Partido dos Trabalhadores como principal novidade no cenário político acreano, isso se dará porque o PT nasceu a partir dos movimentos sociais subalternos, principalmente através dos sindicatos dos trabalhadores rurais, das Ceb's e intelectuais remanescentes de Esquerda (FERNANDES, 1999). Distinguindo-se, portanto, em sua origem, daqueles partidos que dominaram o cenário político acreano durante praticamente toda a sua história e monopolizaram a vida política do Estado.

Em certa medida, o nascimento do PT enquadra-se naquilo que Duverger designa de origem externa dos partidos, ou seja:

Qualquer que seja a sua origem, os partidos de criação externa apresentam um conjunto de características que se opõe assaz nitidamente aos partidos criados no ciclo eleitoral e parlamentar. De início, os primeiros são geralmente mais centralizados que os segundos. Os primeiros nascem, com efeito, a partir da cúpula, ao passo que os segundos partem da base. (DUVERGER, 1970, p. 30-31).

Todavia, essa idéia do PT como novidade, não é nossa, pois ela está presente em boa parte da literatura sobre o itinerário do Partido dos Trabalhadores (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992, OLIVEIRA, 1994; RODRIGUES, 1990). Entretanto, no caso do Acre, essa novidade ganha maior espaço, em função do Estado ter um histórico marcado pelo autoritarismo, desde o início de sua história. De modo que, os partidos foram criados como forma de manutenção do Poder por parte de suas elites. Salvo o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que embora não tenha um histórico elitista, ficaram durante quase toda sua história na clandestinidade, atuando em certos períodos, principalmente durante o

regime militar, dentro do PTB ou PMDB, pelo menos até 1985, quando voltam à legalidade.

Cabe destacar que, há certa homogeneidade no que concerne à formação do PT nos âmbitos nacional e local, como fruto dos movimentos sociais, principalmente do novo sindicalismo (ALVES, 2000), das Ceb's e de intelectuais de esquerda. No entanto, no caso do Acre, até pela própria dinâmica da população e de sua organização social centrada no meio rural, que representava, em 1980, 56,1% do contingente populacional do estado, o sindicalismo rural foi a base inicial do Partido dos Trabalhadores, inclusive, suas primeiras lideranças estavam vinculadas diretamente aos sindicatos rurais, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes. Não obstante, isso não exclui a presença de outros setores em sua formação, como as Ceb's e intelectuais de esquerda, assim como a atuação do Partido em outros setores da vida social.

O PT, por sua vez, sempre teve hegemonia no movimento comunitário de Rio Branco e no sindicalismo rural. Xapurí é o exemplo mais acabado do predomínio do partido no meio rural. O STR, a Cooperativa Agroextrativista (CAEX), a Secretaria do Conselho Nacional dos Seringueiros, sempre foram dirigidas por militantes do PT. (FERNANDES, 1999, p.81).

O PT do Acre apresenta certas singularidades quanto ao PT no campo nacional, pelo menos em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Estados onde a presença marcante se deu no meio urbano, principalmente através dos sindicatos urbanos, como foi no caso da região do ABC paulista, *célula-mater* do Partido dos Trabalhadores e do novo sindicalismo.

Se isso que, a nosso ver, já inovaria por si só, o caráter da vida político-partidária brasileira, o Partido dos Trabalhadores conseguiu condensar os interesses da

sociedade civil e manter um diálogo permanente com a mesma, em todo o seu processo, inclusive capitalizando suas bandeiras de luta, nos seus programas de governo e em todo seu campo de atuação, sendo uma espécie de germe da vontade coletiva. Em outras palavras,

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que em determinadas condições, determinados representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com ajuda dos grupos aliados e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos". (GRAMSCI, 1984. p.22).

Dessa forma, seria possível afirmar, no nosso entendimento, que o PT, realmente, foi um partido germinado de baixo para cima e, portanto, com vínculos bastante enraizados em setores da sociedade civil, como propala Fernandes (1999),

A imbricação entre as comunidades de base, os sindicatos rurais e o PT é um fenômeno sui-gêneres [sic] do Acre. Era comum, no período, um grupo de pessoas num mesmo espaço físico realizarem, sucessivamente, uma reunião de evangelização; outra para tratar dos assuntos dos sindicatos e, logo em seguida, uma outra para discutir a organização do PT. (FERNANDES, 1999, p.62).

Além disso, o Partido dos Trabalhadores atuava como um partido programático (CERRONI, 19982) capaz de condensar os interesses das classes subalternas na luta,

Uma greve, sem espaço político, esgota-se em si e por si mesma. Com a presença ativadora do PT ela ganha outra dimensão como luta de classes e fator de contrapeso da hegemonia ideológica das classes dominantes. (FLORESTAN FERNANDES, 1991, p.15).

Diferenciando-se, portanto, dos partidos de quadros ou de notáveis, que além de nascerem do topo da pirâmide e do ciclo eleitoral, tinha como propósito meramente a conquista dos espaços de Poder, como são os partidos da burguesia.

As águas dos primeiros dias da década de 1980 apareciam no horizonte como possibilidade de uma nova aurora na realidade política brasileira. Embora, verdade seja dita, essa não tenha ocorrido de maneira convincente, como poderemos observar abaixo. Mesmo assim, no Acre, o surgimento do Partido dos Trabalhadores trazia a possibilidade de se continuar sonhando, o sonho de melhores dias e os dias de melhores sonhos, para aqueles setores subalternos da sociedade que foram afastados historicamente do processo de participação.

Neste capítulo, detivemo-nos à observação dos acontecimentos que deram sentido ao surgimento do Partido dos Trabalhadores no Acre, procurando identificar os elementos que fizeram do PT um partido diferenciado daqueles que brotaram na esteira da via institucional, que tradicionalmente ocuparam o Poder, no estado.

4 PINTORES E PINTURAS

4.1 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A VIA INSTITUCIONAL

O processo de redemocratização do país trouxe para o Partido dos Trabalhadores alguns dilemas, no tocante à participação no “jogo democrático”, isto porque, a questão da democracia para o PT permanecia um tema difuso, “caro”. Aliás, para um partido atravessado por inúmeras tendências, que, a rigor, têm interpretações variadas a respeito da democracia (participação direta, indireta e representativa), o

socialismo democrático como preceitua o Art. 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, permanecia uma incógnita,

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático. (BRASIL, 2001, p.4).

Esse elemento que denominamos por difuso, foi reforçado, a nosso ver, pelo comportamento do Partido dos Trabalhadores frente à eleição indireta, para a escolha do Presidente, pelo Colégio Eleitoral,

Quando o PT se negou a participar da votação no Colégio Eleitoral em 1985 -, por considerar o instrumento espúrio para dar nascimento a uma democracia, numa reedição dos pactos de elite, os que não haviam percebido tiveram que tomar consciência de que algo novo havia surgido no cenário político. (SADER, 1992, p.99).

Ainda que, por isso, naquele momento, o PT revelasse certa aversão pela democracia representativa, que, no fundo, reafirmava o caráter excludente desse tipo de democracia. Essa atitude provocou a saída de inúmeros deputados e lideranças do PT que acreditavam ser relevante, naquela situação; participar da escolha do Presidente, como forma de galgar passos importantes para a construção da democracia no Brasil.

Dito isto, é possível afirmar que o principal dilema do Partido dos Trabalhadores no campo da institucionalidade seria o de como encarar as eleições; como meio ou fim? A esse respeito, há uma série de trabalhos (NASCIMENTO, 1999; SOUSA, 2004; FERNANDES, 1999; NUNES, 2004) que interpretam o período de 1982 a 1988, da adoção da via eleitoral, como uma tática eficiente para promoção do

programa do partido e não propriamente uma estratégia de consolidação e conquista do Poder.

Numa primeira abordagem da atividade eleitoral, em março de 1982, o PT definia o lugar da campanha eleitoral como 'uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respeito para as lutas sociais. (GADOTTI ; PEREIRA apud SADER, 1993, p.13).

No caso do Acre, a tendência à participação nas eleições não seria diferente. Ou seja, as eleições serviriam como instrumento pedagógico para a difusão do programa do partido e suas idéias e, não necessariamente uma luta para conquistar os espaços institucionais do Poder. Dessa maneira, no Acre, o PT seguia as mesmas orientações do Partido no plano nacional. Ainda assim, as eleições de 1982 para governadores, mostraram-se bastante reveladoras para o PT do Acre, pois, “[...] somente em quatro estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Acre) a soma dos votos dados aos partidos menores (PDT, PTB e PT) ultrapassou 5% do total.” (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986, p.81). Além de eleger, em sua primeira aventura eleitoral um Deputado estadual (Ivan Melo), que embora não tivesse um vínculo orgânico com o PT fosse oriundo, justamente, de uma das regiões onde havia maior resistência ao Partido, isto é, no Vale do Juruá. Sem contar, que, ele desbancou seu colega de partido, Chico Mendes, principal liderança do PT, que tinha um forte vínculo orgânico e nos movimentos sociais.

Os primeiros passos do PT do Acre no campo institucional não foram tão promissores, quando comparado o percentual de votos obtidos pelos outros partidos nessas eleições. Entretanto, o PT conseguia, aos poucos, demarcar seu território,

demonstrando para a população que era um partido de Esquerda (SADER, 1995; BOBBIO, 1995) e oposição à velha forma de fazer política no Acre, que privilegiava o clientelismo, o nepotismo, a corrupção, o familismo político. O PT colocava-se contrário a todas essas práticas, defendendo a participação popular na agenda pública de governo e lutando por espaços democráticos de participação. Isso resultou, em alguma medida, na consolidação do Partido dos Trabalhadores como terceira força política do estado, mesmo que sua orientação no campo institucional fosse atividade-meio, naquele momento.

Tabela 3: Resultado da Eleição para Governo do Acre -1982

CANDIDATOS	PARTIDOS (coligações)	VOTOS	%
Nabor Junior	PMDB	36.369	46,6
Jorge Kalume	PDS	33.879	43,6
Nilson Mourão	PT	4.637	5,9
Natalino de Brito	PTB	3.152	4,0

Fonte: Adaptado pelo autor - Nicolau (IUPERJ)

Tabela 4: Resultado da Eleição para o Governo do Acre -1986

CANDIDATOS	PARTIDOS (coligações)	VOTOS	%
Flaviano Melo	PMDB	67.117	61,4

Mário Maia	PDT (PDS/PFL)	40.303	36,3
Hélio Pimenta	PT	2.567	2,3

Fonte: Adaptado pelo autor - Nicolau (IUPERJ)

As tabelas 3 e 4 revelam certa oscilação do PT nas eleições de 1982 e 1986. Na primeira, o PT atinge o percentual de 5,9% dos votos válidos, sendo o terceiro partido mais votado; na segunda o PT diminui o percentual de votos para 2,3%, o que dá uma diferença de 3,6% em relação à primeira. Entretanto, o PT, nos dois cenários eleitorais, tanto em 1982 e 1986 mantém-se como terceira força eleitoral do estado, pelos menos do ponto vista da disputa partidária.

Além disso, o Partido dos Trabalhadores começava a ocupar espaços importantes na vida institucional, como na Câmara de Vereadores de Xapurí, onde em 1988 o PT elegera três vereadores, de um total de nove vagas e Rio Branco, com a eleição de Marina Silva para a Câmara Municipal. Em outras palavras, o Partido dos Trabalhadores começava a ocupar espaços institucionais importantes no cenário político acreano.

Se, por um lado, a participação eleitoral não consistia numa atividade-fim para o PT, tanto plano nacional como local, em grande parte da década de 1980, por outro lado, a partir da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, em 1989, à Presidência da República, essa perspectiva começa a mudar, literalmente. Em parte, porque havia dentro do próprio PT um intenso debate de reorientação (Caderno Especiais Teoria e Debate, 1991) de suas estratégias quanto ao próprio socialismo, e a democracia, bem como pela própria crise das experiências do socialismo real: alemão e soviético (FERNANDES, 2000). Segundo WEFFORT (1992), os acontecimentos de 1989 e 1991

no Leste Europeu tiveram, na ideologia da esquerda, efeitos de um terremoto. Também é dessa data, as muitas mudanças entre tendências dentro do PT. A democracia representativa e o respeito às regras do *jogo democrático*, amadurecia, a cada dia.

No caso do Acre, esse florescer institucional ocorreu, precocemente, a partir da eleição de Marina Silva, para a Câmara Municipal de Rio Branco, em 1988. Isto porque, o mandato de Vereadora exercido por esta, foi algo singular, na história dos Legislativos acreanos, pois sua atuação deu-se reivindicando a participação popular, colocando seu mandato como interlocução com os movimentos sociais no Parlamento, denunciando a corrupção, expondo os privilégios dos vereadores, inclusive, publicizando seu contracheque e abdicando certos privilégios como o auxílio-moradia. Em certo sentido, o mandato de Marina Silva serviu como uma espécie de processo educativo na vida política da Câmara de Vereadores.

Não obstante, o caráter institucional passa a ganhar corpo, deixando de ser atividade-meio, para ser atividade-fim, ou melhor, deixa de ser uma tática e passa a ser a principal estratégia do Partido para a conquista do Poder, principalmente a partir da entrada e da candidatura de Jorge Viana ao Governo do Estado em 1990, onde a Frente Popular (PDT/PV/PC do B/PCB), capitaneada pelo PT, consegue chegar pela primeira vez, em sua história ao segundo turno, assim com na eleição subsequente, em que o PT polarizaria com um PMDB pelo segundo lugar na disputa ao governo.

Tabela 5:Resultado da Eleição para o governo do Acre -1990

CANDIDATOS	PARTIDOS (coligações)	1º Turno		2º Turno	
		VOTOS	%	VOTOS	%
Edmundo Pinto	PDS	35.228	28,6	71.953	54,6

Jorge Viana	PT (PDT/PC do B/PCB)	34.828	28,3	59.769	45,4
Osmir Lima	PMDB	27.252	22,2	-	-
Rubem Branquinho	PL (PFL/PRN/PTR/PTB/PDC/PMN)	23.669	19,2	-	-
Ressini Jarude	PSDB	2.006	1,6	-	-

Fonte: Adaptado pelo autor - Nicolau (IUPERJ)

Tabela 6: Resultado da Eleição para o governo do Acre – 1994.

CANDIDATOS	PARTIDOS (coligações)	1º Turno		2º Turno	
		VOTOS	%	VOTOS	%
OrleiR Cameli	PPR (PP)	79.331	46,8	91.997	53,7
Flaviano Melo	PMDB (PDT-PSDB)	46.280	27,3	79.436	46,3
Tião Viana	PT (PSTU, PPS, PSB, PV, PC do B).	41.830	24,7		
José do Couto Neto	PRONA	2.077	1,2		

Fonte: adaptado pelo autor - Nicolau (IUPERJ)

A partir daí, há uma série de mudanças dentro do Partido dos Trabalhadores, principalmente, no que se refere ao perfil das filiações, pois se antes o PT era um partido composto basicamente por militantes oriundos do movimento sindical rural e funcionários públicos, a entrada de Jorge Viana e de Tião Viana é acompanhada pela adesão de uma série de pessoas da classe média e microempresários, ao PT (DANTAS, 2003). Com isso, o PT vai perdendo o caráter de um partido de massas e vai

incorporando as características de um partido de quadros, não no sentido de reunião de notáveis com vistas à conquista do Poder para a realização de seus interesses ideais, e materiais (WEBER, 1998). Mas o perfil de um partido programático vai perdendo espaço para o pragmatismo, em que o momento eleitoral passa a ser um fim em si. Isto é, se considerarmos o Partido dos Trabalhadores na acepção gramsciana, como um partido de massas, ou de uma não-elite.

[...] o partido que chamaremos de tipo gramsciano deve ter quadros não contrapostos a massa e uma massa não contraposta aos quadros; portanto deve substancialmente ter quadros que querem transformar a massa em quadros e uma massa que aspira subir ao nível dos quadros. A relação entre quadros e massas não é carismática, de abstrata confiança e tampouco de obediência hierárquico-militar. Não é nem o partido-igreja, nem o partido estado-maior e tampouco um clube de homens de qualidade. (CERRONI, 1982, p.38).

O que se observa, é uma ruptura entre os quadros e as massas. Cada vez mais os principais quadros do PT do Acre saem de outras agremiações partidárias ou da cúpula do Poder Institucional, enquanto que um reduzido número eclode ainda dos movimentos de base. Basicamente, essa situação entre quadro e massas começou a ser alterada a partir de final da década de 1980. Ou seja, se no início da década de 1980 havia uma relação dialética entre as massas que almejam ser quadros e os quadros que também eram massas, essa situação mudou significativamente,

[...] as eleições do final dos anos 80 trouxeram vitórias importantes ao PT, também geraram questões sérias para seu futuro. É que políticos profissionais, assessores e funcionários com cargos nos governos petistas tendem a ganhar espaço no partido, em detrimento das bases. Esboça-se a criação de uma estrutura burocrática ligada à ordem estabelecida, justamente aquela que o PT nasceu combatendo. (OLIVEIRA, 1994, p.107).

Se a entrada de Jorge Viana para o PT coincide com a guinada rumo à via institucional para o PT, sua eleição para Prefeito da Capital do Estado do Acre, Rio Branco, trouxe grande euforia para os setores subalternos, pois

No caso do Acre, a vitória do PT nas eleições para a Prefeitura de Rio Branco aumentou a confiança na marcha dos “de baixo” rumo à democratização do poder na esfera da sociedade política e otimismo em relação às novas possibilidades de implementação de alternativas de desenvolvimento. (PAULA, 2003, p.124).

Por outro lado, esse frenesi, por mudanças na vida política e pela possibilidade de uma proposta de desenvolvimento alternativo para a capital e, concomitantemente, para o próprio estado. Afinal, era a oportunidade que uma Frente de partidos progressista, tendo na direção o Partido dos Trabalhadores, tinha para demonstrar à sociedade, que era possível um projeto diferenciado, de desenvolvimento para o Acre. Mas que isso, significava que o Partido dos Trabalhadores tinha capacidade governativa. Contrário ao que tripudiavam os setores da oposição de que o PT não saberia governar e que, no máximo, atuaria no Poder Legislativo. Entretanto, a gestão de governo do PT à frente do executivo municipal, mostrou-se reveladora, pois o PT e a Frente Popular, mesmo não tendo a maioria no *Parlamento Mirim*, conseguiram implantar suas ações através do plano de governo “*Vida Nova na Cidade*”, com várias iniciativas administrativas (FONSECA, 1998) de longo alcance para população, como: na área de habitação, Programa Habitar Brasil; na saúde, o Programa Saúde nas escolas; na cultura, resgate das atividades culturais locais; na área de tributação, houve aumento significativo de arrecadação, na ordem de 365%, o que permitiu um uso eficiente desses recursos e viabilizou a administração do PT, pois a relação com o governo estadual do PPR foi

bastante conflituosa, sem contar que boa parte da mídia estava ligada ao governo; no Meio-Ambiente, implantação dos pólos agro-florestais; no funcionalismo, houve significativas melhorias das condições de trabalho, além da regularização funcional dos mesmos e a atualização do pagamento dos funcionários. Além disso, o governo municipal montou uma equipe mais técnica e menos política, contrapondo-se à velha política, além ainda, do governo não ter se envolvido em nenhum caso de corrupção ou desvio de recursos públicos.

Esses fatores contribuíram, sobremaneira, para difusão, no âmbito do estado do Acre, de que o Partido dos Trabalhadores tinha capacidade administrativa. Fato que se confirma nas eleições de 1996 para Prefeitos, em que o PT conseguiu eleger as prefeituras dos municípios de Tarauacá, Manuel Urbano e Xapurí. Isso fazia crer que estava em curso uma forma diferenciada de gestão no Acre, o *Modo Petista de Governar*. Todavia, não tenha conseguido, apesar dos altos índices de aprovação do mandato de prefeito de Jorge Viana (1993-1996), fazer seu sucessor (FERNANDES, 1999) na capital do Estado.

Esses fatos revelam nitidamente que a opção eleitoral vai, gradativamente, deixando de ser um meio de profusão de idéias e princípios partidários, e passa a ser a principal estratégia para construção de uma proposta democrática e popular do Partido dos Trabalhadores. O calendário eleitoral passa a ser a principal Agenda,

O PT até 1988 estava bastante preocupado pela disputa interna entre suas tendências aqui no Estado, porém, com a eleição de Marina Silva para vereadora e, conseqüentemente, com a ida Jorge Viana para o 2º turno, o PT do Acre passa a operar mais para fora do que para dentro. (Informação verbal)¹³.

¹³ Entrevista concedida ao autor por Francisco Nepomuceno (Carioca), dirigente partidário e articulador político do governo Jorge Viana, em 7/02/2004.

Outro aspecto que revela essa nuance do PT para a via eleitoral, como fim, seria a composição das alianças. O leque de alianças foi ampliado para outros setores da sociedade e das próprias forças partidárias, cujo objetivo era acumular forças nas eleições, para conquistar os espaços do Poder. O que ficaria bastante nítido nas eleições para governador e senador, em 1994, cujo candidato foi Tião Viana, que não levou, mas ficou em terceiro lugar, na disputa. Em contrapartida, nessas eleições, o PT elegeu Marina Silva ao Senado da República, Nilson Mourão e Ronald Polanco à Assembléia Legislativa, além de Sérgio Tabuada pela coligação com o PC do B. É preciso dizer, também, que além da disputa pelo poder, o Partido dos Trabalhadores atuava, pelo menos na composição dessas alianças, no sentido de congregar forças para a conquista da hegemonia.

Dessa forma, significa dizer que, no caso do Acre, o dilema *meio ou fim* acerca da participação eleitoral, parecia estar resolvido, até porque as duas correntes predominantes do Partido dos Trabalhadores, Articulação e Democracia Radical, em que pese às diferenças, apresentavam certa unidade quanto à opção eleitoral como estratégia de consolidação da proposta partidária,

[...] nós conseguimos pelo menos uma coisa importante: as duas principais, isto é, a Articulação e a Democracia Radical têm um convívio maduro e uma visão de Unidade, de maneira que a disputa entre elas ficou muito residual. A Articulação atua com bastante força nos movimentos sociais e sindicais; enquanto que a Democracia Radical tem presença marcante nos espaços institucionais. (Informação verbal)¹⁴.

¹⁴ Refere-se à entrevista concedida pelo Deputado Federal Nilson Mourão (PT) a Marcos Inácio Fernandes em 1997.

Essa opção pela via eleitoral, pelo menos inicialmente, não significou uma ruptura com as bases sociais. O PT continuava disputando a hegemonia dos movimentos sociais e sindicatos com o PC do B, principalmente através da Articulação. Todavia, a eleição já não era um momento episódico na vida partidária do PT, no Acre, era a sua estrela-guia. Ainda que possamos dizer que essa oscilação para via a eleitoral não tenha se constituído num rompimento programático, numa adesão sem limites à disputa do poder pelo poder. Afinal, o avanço do Partido dos Trabalhadores na vida institucional do Acre trouxe significativas mudanças no modo de administrar e nas políticas públicas.

4. 2 JOGANDO COM AS “REGRAS DO JOGO”.

A partida podia começar. Tinham-se os recursos técnicos e os recursos humanos, mas as regras estavam ameaçadas porque podiam ser quebradas, a qualquer momento, de modo que, já se conhecia o resultado antes do apito final. O princípio da incerteza da democracia (PRZEWORSKI, 1994) estava sob suspeita, isto é, se a democracia, entre outras coisas tem na incerteza do resultado eleitoral uma de suas premissas, no Acre, essa não parecia tão clara.

Contudo, convém lembrar que a idéia de democracia não é tão simples como parece, nem tem uma forma que possa ser considerada única. Na Grécia, por exemplo, os gregos a definiam como o *governo do povo*. Entretanto, nem todos eram considerados cidadãos; as mulheres, os estrangeiros e os escravos não participavam da *Ágora*. Na tradição americana, a democracia é concebida como *governo do povo*,

pelo povo e para o povo. Ainda que tudo indique que o que prevaleceu tenha sido a máxima *governo pelo povo*.

Certas correntes do pensamento político entendem por democracia representativa um regime onde há competição; que se dá pela eleição entre atores políticos (partidos que expressam a vontade do povo) que disputam o poder; imprensa livre, instituições fortes como o judiciário e o legislativo; onde todo cidadão possa votar e ser votado; e a vitória seja expressa pelos atores que tiverem alcançado a maioria dos votos (MOISÉS, 1995, SARTORI, 1994). Ou ainda, como se refere Bobbio (2000), um regime caracterizado por um conjunto de regras procedimentais para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.

Nesse caso, no Acre, o sistema democrático estava ameaçado, nos idos finais do século XX. Isto porque, o crime organizado tinha fincado raízes em todas as dimensões da sociedade. Vivia-se um clima de medo, pois as instituições democráticas, como: Judiciário, Legislativo e a Imprensa estavam silenciados pelas ameaças e mesmo pela presença do braço do crime organizado, presente nessas instituições, como foi comprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico (Relatório Final, 2000), que levou à prisão vários personagens dessa trama, como o ex-Deputado federal Hidelbrando Pascoal (PFL). Em outras palavras, havia um cenário que negava plenamente o Estado Democrático de Direito (ALBUQUERQUE, 2000).

De um lado, a democracia conquistada a duras penas por homens e mulheres, que entregaram suas vidas a essa causa, principalmente durante o período de regime militar (1964-1984). Luta que teve, como resultado, o restabelecimento de um regime democrático, com regras claras acerca da disputa pelo Poder; aliás, uma

democracia que ainda caminha a passos lentos na América Latina, pelos menos no que pertine a redução das desigualdades sociais (PNUD, 2004). Do outro, um estado que apresentava um quadro de desigualdade (POCHMANN et al, 2004) cada vez mais acentuada; indicadores sociais e econômicos negativos. Além dos escândalos, na vida política do Estado, como as denúncias de compra de votos envolvendo deputados acreanos na Emenda de reeleição, em 1997, do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), conforme matéria veiculada na *Folha de São Paulo* de 14/11/97, cujo título era *mercado do voto*:

O Ronivon e Maia, em conversas gravadas, diziam ter recebido R\$ 200 mil cada para votar a favor da emenda constitucional da reeleição no dia 28 de maio. O governo federal obteve o apoio de 336 deputados, o mínimo era 308. Os compradores dos votos, segundo Ronivon e Maia nas gravações obtidas pela Folha, foram os governadores do Acre, Orleir Cameli, e do Amazonas, Amazonino Mendes, ambos do PFL que com o PSDB compõe a base de sustentação política de FHC. (MERCADO DE VOTOS, 1997)

Portanto, esse era o ambiente da disputa, em 1998, ao governo do Estado do Acre em que a Frente Popular - PT, PT do B, PSDB, PC do B, PPS, PSB, PL, PDT, PMN, PSL, PTB e PV (FRANÇA, 2002), composta por doze partidos fizeram, a maior coalizão de forças em uma disputa eleitoral no estado. Cabe ressaltar que a idéia de uma Frente Popular do Acre não é nova, ela já existiu nas eleições de 1978,

O ano de 1978 foi tempo de eleições. No Acre, tal qual no resto do país, apenas houve disputa para uma das duas vagas ao Senado Federal; a outra foi preenchida de modo indireto pelo biônico general Guimard dos Santos. Para a Câmara Federal, o Acre teve sua bancada aumentada em dobro, passou de 3 para 6 vagas. Nessas eleições, lideranças ligadas à Igreja foram responsáveis pela criação de um movimento com vínculos políticos com o MDB: Frente Popular do Acre; e daí passaram a apoiar abertamente as candidaturas do advogado Aluízio Bezerra para deputado federal e Sued Chaves para Assembléia Legislativa. (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 102).

Entretanto, a diferença entre esta Frente e aquela que foi consolidada, em 1998, está no fato de que, enquanto a de 1978 foi basicamente composta por tendências ou setores do movimento social, esta foi marcada pela ampla participação dos movimentos sociais organizados ou não, mas principalmente, pela coalizão partidária.

Na tentativa de compreender esse processo, vejamos como ocorreram essas alianças:

O primeiro impasse dessa aliança tão ampla, deu-se internamente, no Partido dos Trabalhadores, em função da coligação ou não com o PC do B e o PSDB. Em relação ao primeiro, o problema ocorrera porque, segundo a avaliação de membros do Partido dos Trabalhadores, o PC do B havia sido um dos principais responsáveis pela não eleição do sucessor de Jorge Viana à Prefeitura de Rio Branco, em 1996; no caso, Marcos Afonso. Isto porque, o PC do B rompeu com a Frente Popular, em 1996, e lançou candidatura própria a Prefeito, Sérgio Tabuada, e, o pior, saiu atribuindo as mais diversas críticas ao PT:

Pessoal, esse debate sobre aliança com o PC do B, é um debate que eu venho travando há muito tempo. Eu fui, naquela eleição de 1992, quando Jorge Viana foi eleito prefeito, aquele que foi contra e a gente perdeu por apenas cinco votos. Por que eu falo hoje sobre o mesmo tema, mas com uma posição diferente; acho que os petistas devem refletir a partir disso, porque como o Jorge colocou para nós essa manhã sobre aquela forma organizada da campanha e sobre como vai ser duro enfrentar esse adversário; é fundamental nós aprendermos com algumas lições de um passado recente e a principal delas foi a campanha de Marcos Afonso em 1996. Enganam-se os petistas que pensarem que o PC do B não contribuiu para que perdêssemos a eleição em 1996, porque o Tabuada tirou apenas 900 votos, e nós perdemos por uma diferença de 1.100 votos. Pra alguns isso aí é matemática. O PC do B cumpriu o papel destacado para o Mauri fazendo críticas duras ao PT e deixando que o Mauri e PMDB fizessem o trabalho limpo. Apesar disso, é preciso ser grande e reconhecer que o PC do B faz oposição cerrada ao governo FHC, assim como, quantas vezes, o Nilson Mourão com a pastoral da Igreja não ficaram junto do

PC do B fazendo oposição também ao Governo Orleir Cameli. Então, essa é razão pela qual eu acho que dentro dessas críticas localizadas nos governos, no movimento sindical e às vezes até no parlamento é fundamental a gente ter grandeza e enxergar a necessidade de uma aliança com o PC do B, mas pensando grande porque o PC do B só quer eleger um deputado estadual e nós queremos muito mais. (Informação verbal).¹⁵

No tocante ao segundo, o PSDB, essa coligação já tinha sido expressa em 1992, quando Jorge Viana (Prefeito/PT) e Regina Lino (Vice-Prefeita/PDSB) venceram a disputa pela prefeitura de Rio Branco. A questão agora era como compartilhar uma aliança com um partido em que o PT mantinha oposição cerrada na esfera federal e, além do mais, como justificar duas candidaturas à Presidência da República no mesmo palanque. Ou seja, os petistas pediriam votos para Luís Inácio Lula da Silva (PT) e o PSDB, para Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Essa Plenária tem que ter a compreensão de que nós somos petistas e que nós vamos fazer campanha para o LULA. E aí eu concordo com o companheiro Edcarlos, o FHC e Orleir são iguais e são mesmos. É por isso que quem vai fazer campanha para o FHC aqui no Estado é Orleir. Nós faremos campanha para o Lula. Entretanto, é preciso que os companheiros entendam que FHC e o PSDB são um mal necessário para que a gente ganhe o governo. Além disso, é preciso considerar que lutaremos contra um poder econômico muito grande, coisa que já sabemos quando perdemos a prefeitura em 1996, mas é preciso olhar mais profundamente o espectro político do Acre. Não esqueçamos companheiros que Orleir Cameli é muito forte no Vale do Juruá, que é o segundo colégio eleitoral, onde na eleição de 1994, nós não tiramos mil votos. Vou mais além, em Sena Madureira, terceiro colégio eleitoral o Orleir também é muito forte porque ligou a estrada Rio Branco-Sena, além da prefeita, sua apoiadora ter asfaltado a cidade quase toda. Portanto, companheiros é preciso analisar esses fatos porque, senão não derrubaremos essa política atrasada que impera no Acre a longos anos. (Informação Verbal)¹⁶.

¹⁵ Refere-se ao comentário de Francisco Nepomuceno (Carioca), na Plenária Estadual do PT realizada em 04/04/1998.

¹⁶ Refere-se ao comentário de Nilson Mourão na Plenária Estadual do PT realizada em 04/04/1998.

Como se observa, o quadro montado para as eleições de 1998, para o governo do Estado do Acre, era bastante complexo em todos os sentidos e trazia para o PT certos impasses, principalmente na consolidação das alianças. Todavia, apesar das intempéries momentâneas ou não, optou-se pela formalização da aliança com o PC do B e o PSDB; os dois pontos mais dramáticos na consolidação da aliança, como fora abordado anteriormente, e elemento, no nosso entendimento, de inúmeras análises a serem realizadas, mas que não é a nossa pretensão neste trabalho. Entretanto, essa coalizão só foi possível porque havia pontos em comum como o embate contra o crime organizado, instalado no estado.

Todas as divergências podem ser articuladas, desde que exista um elemento aglutinador que arque com as responsabilidades de resguardar as posições mais avançadas que se patenteiem como viáveis e necessárias. (FLORESTAN FERNANDES, 1991, p. 80).

E embora houvesse divergências no interior da Frente Popular entre um partido e outro, prevaleceu a unidade. A Frente Popular navegou no mesmo barco em direção ao Palácio Rio Branco.

Do outro lado, o PMDB e o PFL foram para o certame eleitoral, divididos, cada uma das agremiações partidárias apresentou candidatura própria ao governo do Estado. O PMDB apresentou Chicão Brígido como candidato, ex-Deputado federal, que renunciou ao cargo em função das denúncias sobre a venda de votos, naquele episódio da Emenda da Reeleição de Fernando Henrique Cardoso. O PFL apresentava Alécio Dias, pecuarista e, até então, Secretário de Educação na gestão do Governador Orleir Cameli (1995-1998). As duas candidaturas não apresentaram um Programa de Governo empolgante, que viesse a constituir-se num quadro alternativo diante do cenário em que vivia o estado do Acre. Ao contrário, as duas candidaturas

apresentavam forte continuísmo, da velha prática de se fazer política no Acre, que se caracterizou pelo elitismo, clientelismo e o patrimonialismo.

Assim sendo, uma candidatura representada pelos partidos tradicionais locais, no caso, o PMDB e o PFL, apenas reforçaria o caráter conservador e de continuísmo dessa tradição política. Afinal, nenhum dos dois partidos conseguiu modernizar-se politicamente. Suas lideranças mais expressivas continuavam as mesmas, pelo PMDB (Flaviano Melo e Nabor Júnior) e pelo o PFL Alércio Dias, que não chegava a representar uma grande liderança no estado; ainda assim, ele surpreendeu e conseguiu uma expressiva votação, alcançando o segundo lugar na corrida pelo governo do Estado.

A ausência de lideranças competitivas, de um projeto empolgante e da fragmentação das forças tradicionais da política acreana, foram oportunos para a vitória incontestável da Frente Popular do Acre.

Tabela 7: Resultado da Eleição para o Governo do Acre - 1998

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTAÇÃO	VOTOS VÁLIDOS
Jorge Ney Viana Macedo Neves	PT	112.889	57, 70%
Alércio Dias	PFL	51.453	26,30%
Francisco Brígido da Costa	PMDB	28.767	14, 70%
Duarte José do Couto Neto	PRONA	2.536	1,30%
Abstenção		79. 357	28,88%

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral.

Esse quadro demonstra que houve certa subestimação por parte das forças tradicionais, ou, senso de realidade desse momento eleitoral específico. Duas

candidaturas tradicionais nas disputas dividiriam os votos, e foi o que aconteceu: o PMDB obteve 14,70% dos votos válidos e o PFL teve 26,30% dos votos.

O PT do Acre soube compreender que, para um resultado positivo nas eleições de 1998, seria fundamental: a unidade entre os partidos que compunham a Frente Popular do Acre e, segundo, que as eleições passariam pela boa utilização da mídia e do tempo na televisão. Compreensão que fica expressa na fala de um de seus dirigentes: “Eu acho importante uma aliança com o PDT e o PSDB, que, entre outras coisas, é fundamental pelo tempo na televisão, que teremos, para apresentar nossa proposta” (Nepomuceno, Entrevista 26/08/1997). O que foi amplamente demonstrado na campanha do PT, com a utilização dos recursos imagéticos como elemento central no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Ou seja, o PT do Acre parecia crer que,

No mundo contemporâneo, o surgimento e desenvolvimento de uma nova modalidade de comunicação, aqui nomeada de midiática, e a conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação, e, em especial, da interação entre mídia e eleições, pois eles ressignificam em profundidade os termos envolvidos na relação, alterando de modo significativo as configurações dos processos eleitorais como se pretende demonstrar. (RUBIM, 2001, p. 172).

Dessa maneira, seria possível dizer que, a campanha do PT, nessas eleições, satisfaz todos os quatro indicadores utilizados por Azevedo (1998), para analisar a modernização das campanhas eleitorais no Brasil, que são: a profissionalização das campanhas, o uso das sondagens de opinião, a utilização da televisão e a personalização da campanha, principalmente a televisiva, que como dissera Castells: “Para atingir a sociedade, partidos e candidatos precisam agir pela

mídia. Não que a mídia seja o Quarto Poder: é, na verdade, o campo de batalha pelo poder” (1999, p.396).

Não bastasse a utilização desses recursos midiáticos pela Frente Popular, nessas eleições, seu Programa de Governo – “*A vida vai Melhorar*”, trazia grandes expectativas de melhorias na condição de vida dos acreanos, pois estava assentada em duas das grandes questões que tinham a ver diretamente com o cotidiano das pessoas, ou seja, a geração de emprego-renda e habitação. Assim como defendia um modelo de desenvolvimento baseado na concepção da sustentabilidade, que em outras palavras seria a capacidade de inverter o modelo de desenvolvimento predatório empregado na região ao longo de sua história, compatibilizando o uso equilibrado dos recursos naturais com o bem-estar da população, garantindo a sobrevivência das gerações futuras.

Além disso, o PT contava com uma pessoa capaz de proporcionar isso, ou seja, o candidato a Governador, Jorge Viana, que havia tido uma experiência administrativa à frente da Prefeitura de Rio Branco, bem avaliada pela população, contava com uma boa articulação junto aos movimentos sociais e tinha penetração em outros setores médios da sociedade. De forma que, a base da campanha foi feita enaltecendo as qualidades pessoais e administrativas do candidato, o que indica a personalização da campanha. Todavia, cumpre destacar que essa personalização não foi feita de balde, antes mesmo do processo eleitoral, mais precisamente, depois que cumpriu o mandato de Prefeito de Rio Branco (1993-1996), ele percorreu os lugares mais recônditos do Estado do Acre, que talvez somente os primeiros aventureiros daquelas terras conhecessem e obviamente os cidadãos que lá residiam. Travou, nesses lugares, dantes esquecidos, um diálogo com as lideranças locais, o que lhe

permitiu, no nosso entendimento, construir um *feedback* para com a população e as propostas por ele apresentadas durante a campanha. Principalmente num *lócus* em que a cultura política do “aperto de mão” é fundamental para o bom resultado nas urnas.

Tudo isso indica-nos que o PT do Acre soube, na sua trajetória, ao longo desses anos, adaptar-se às regras do jogo democrático e da democracia liberal, aplicando um xeque-mate nos adversários. Embora, entendamos que isso não tenha sido apenas em virtude da acomodação aos instrumentos da competição pura e simples, mas das virtudes de suas experiências administrativas à frente de prefeituras municipais, como já aludimos e pela fragilidade em que se encontravam as forças opostas, ou pela crise de hegemonia dessas. Nessas condições, o terreno é oportuno para surgimento de Messias (QUEIROZ, 1997) ou Césares progressistas ou conservadores (Gramsci, 1978).

5 MUDANDO A PAISAGEM

Depois dessa longa e necessária viagem por rios e igarapés; depois de observarmos toda espécie de fauna e flora, que compõe a diversidade desse cenário, finalmente chegamos à terra firme. De modo que passaremos a analisar o quadro que foi pintado de 1998 a 2002, pelo Partido dos Trabalhadores e a Frente Popular à frente do Executivo Estadual. Para isso, voltaremos nossa atenção para as políticas de governo, implantadas pelo Partido dos Trabalhadores.

5.1 AS POLÍTICAS DE GOVERNO

Como aludimos no capítulo anterior acerca do Programa de Governo do PT: “*A Vida Vai Melhorar*”, este programa trazia, como elemento central, à necessidade de implantação de um modelo desenvolvimento, que levasse em conta as particularidades regionais, mostrando-se como ruptura a outros modelos precedentes. Aliás, modelos que não fomentaram o desenvolvimento, como revela o Índice de Exclusão Social¹⁷,

¹⁷ Esse índice é medido pelos seguintes componentes: Padrão de vida digno, Conhecimento e Risco juvenil.

que em vinte anos passou praticamente inalterado, variando de 0,313 a 0,381 entre as décadas de 1980 e 2000 (POCHAMANN et al 2004).

Muito embora o Programa de Governo apresentado no horário eleitoral enfatizasse muito as necessidades mais pontuais da população, como, por exemplo, a geração de emprego e renda e a questão habitacional, inclusive o quanto de emprego o governo geraria em quatro anos de administração, ou seja, 40 mil empregos seriam gerados e 20 mil casas seriam construídas. De maneira que, a discussão do modelo de desenvolvimento passou distante, na campanha televisiva.

Apesar disso, o que ficou evidenciado depois no Plano Plurianual – 2000/2003 – foi a centralidade da proposta anterior, isto é, as políticas de governo seriam norteadas com vistas ao Desenvolvimento econômico e sustentável e a participação democrática.

O Estado desenvolverá ações de indução e regulação das atividades econômicas prioritárias, com o objetivo de implementar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que incentive o crescimento do emprego e a distribuição da renda. Esse novo papel a ser construído e executado coletivamente com a sociedade está fortemente baseado em uma gestão pública alicerçada na transparência, na democracia, na cultura popular, na solidariedade, na busca da equidade e na socialização do conhecimento e da informação. (ACRE, 1999).

Entretanto, convém lembrar que o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável, ainda é fruto de muitas controvérsias (VINCENT, 1995), no mundo acadêmico e no campo da própria Ecologia. Para muitos, esse é um debate desnecessário, porque seria improvável um modelo de desenvolvimento que fosse baseado na utilização racional dos recursos naturais, na órbita do sistema capitalista, onde predomina a lógica do lucro, a qualquer preço. Enquanto que, para outros seria

perfeitamente possível a combinação dos interesses do capital e do trabalho, bem como a utilização racional desses recursos, como, por exemplo, através do manejo florestal.

Não obstante, esse foi um dos grandes embates dentro das concepções de Desenvolvimento Sustentável que adentraram a Amazônia, principalmente a região acreana, isto é, aqueles que defendiam um modelo preservacionista radical cuja,

[...] a essência seria descrita como reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. (DIEGUES, 1996, p. 30).

De outro lado, os caudatários do conservacionismo defendiam a tese de que,

[...] a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: uso dos recursos naturais para pela geração presente, a prevenção de desperdício e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. Essas idéias foram precursoras do que hoje se chama desenvolvimento sustentável [...] A grande aceitação desse enfoque reside na idéia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável. (DIEGUES, 1996, p. 29).

De todo modo, não é nossa pretensão dar conta das variações do que vem a ser *Desenvolvimento Sustentável*, senão evocá-lo à discussão, para resgatar nossa temática central, a Governança. Isto porque, essa agenda do Desenvolvimento Sustentável foi induzida pela sociedade civil; de um lado, particularmente pelas ONG's, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Conselho Nacional dos Seringueiros e absorvida sob outra ótica na Agenda do Governo da Frente Popular, como estratégia central na

formulação das políticas de governo; e, por outro, pela pressão externa de organismos internacionais como Bird e/ou BID e G-7, que, desde a década de 70, vêm financiando projetos ligados ao desenvolvimento sustentável na região.

Esses elementos põem-nos a refletir a respeito da concepção de Estado, não como simples aparelho da burguesia, mas atravessada pela correlação de forças (POULANTZAS, 1990) antagônicas, que fazem pressão sobre ele, para a viabilização de suas propostas via aparelho governamental. A esse processo, Nogueira (2004) denominou de *cercos aos governos*, ou seja:

O cerco ao estado e aos governos, ao mesmo tempo em que os pressiona, também lhes fornece algumas rotas de fuga. Estabelece uma situação de risco e de oportunidade, seria possível dizer. Os governos que na figura aparecem 'cercados' são governos nacionais, mas eles poderiam ser substituídos, sem muita dificuldade, por governos regionais (estaduais, municipais) ou mesmo pelos 'centros' que governam as organizações. Seja como for, é importante compreender que, hoje, não se pode mais governar apenas com os olhos no território imediato ou apenas levando-se em conta uma dimensão da vida social. O governo se exerce a partir das influências territorialmente diferenciadas. Sofre o assédio de empresas multinacionais, de bancos e de especuladores internacionais bem como de inúmeras operações que estão fora dos territórios nacionais, mas interferem de modo decisivo neles. Da mesma forma, é atacado' por instâncias e regiões subnacionais, por estados, províncias e municípios. Um governo local ou regional passa pela mesma situação: é assediado tanto por blocos e acordos multilaterais (Nafta, Alca, Mercosul, Comunidade Européia), que estão fora de sua lógica territorial, quanto pelas determinações da política econômica dos governos centrais e pelos tremores da Bolsa de Moscou ou do índice Nasdaq. (NOGUEIRA, 2004, p. 127).

Esse fluxo de pressão sobre o governo insufla variadas respostas dos agentes acima citados, cuja mais freqüente tem sido a acomodação do governo às imperativas leis do mercado. Entretanto, isso não implica que os outros agentes de pressão não tenham suas demandas respondidas, pelo contrário, o que se verifica é que tem havido respostas também às outras forças, como: a descentralização e a

participação, ainda que tímidas, tão exigidas, principalmente, pelos setores subalternos da sociedade nas ações governamentais.

Diante desse quadro, surge a questão: como o Governo da Frente Popular cedeu e incorporou essas demandas em suas políticas de governo; e, concomitantemente, saber até onde é possível falar do Modo Petista de Governar no Acre a partir das políticas engendradas pelo Governo do PT. Uma vez que o Partido dos Trabalhadores não só têm raízes históricas com esses movimentos sociais, como pudemos acompanhar, ao longo dessa dissertação; mas absorveu, ao longo da sua história, as bandeiras desses movimentos sociais, nas suas propostas políticas. Para isso, dividimos a análise, a partir de algumas políticas que foram introduzidas pelo Governo do PT, nas áreas: administrativa, educação e meio ambiente.

5.2 A REFORMA ADMINISTRATIVA DO APARELHO DO ESTADO

A primeira medida adotada pela Frente Popular do Acre à frente do governo voltou-se claramente para uma ampla reforma do aparelho de Estado, resgatando seu papel como promotor do bem comum, assim como responsável pela manutenção do Estado Democrático de Direito, que, aliás, no caso do Acre, estava ameaçado pelas ações do Esquadrão da Morte¹⁸, e do desmonte do próprio aparelho de governo.

Entretanto, convém tecermos algumas considerações preliminares acerca do conceito de reforma, isto porque nos parece bastante nítido que as reformas dos aparelhos administrativos no país, seja no plano nacional ou regional, atendem algumas

¹⁸ Grupo de polícias e civis que atuavam de forma criminosa sob o comando de Hildebrando Pascoal, ex-Deputado Estadual e Federal preso pela C.P. I do Narcotráfico.

singularidades, principalmente, em função do crescimento da doutrina do Estado Neoliberal (PAULANI, 2005), que tem avançado como a maré que sobe e vai tomando conta da praia. A diferença é que a maré recua; tão logo chegue a hora. Ela baixa naturalmente. Já a onda neoliberal parece, a cada dia, mais perto de nosso nariz.

Nessa perspectiva, duas questões sobressaem em relação à reforma do aparelho de estado em nosso país: a primeira, ancorada fortemente na reafirmação dos direitos sociais, civis e políticos, que foram fortemente destacados na Constituição Federal de 1988 e; a segunda, aquela que predominou durante a década, de 1990, até os nossos dias, com forte marca neoliberal, isto é, a redução, cada vez mais, do papel do Estado, não só na economia, mas na garantia dos direitos essenciais, para gama da população alijada de qualquer processo de inclusão social, como foram as Reformas Constitucionais, Administrativas, Previdenciárias e o processo de Privatização das empresas estatais, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998-1999-2002).

Para Sallum Jr (2003), esse processo de Reformas foi dividido em duas fases: a primeira, deu-se na década de 1980, marcada pela democratização política formal e a segunda, na década seguinte, foi caracterizada pela liberalização econômica.

Nogueira (2004):

O reformismo vitorioso nos anos 1990 teve tom predominante: sintonizar as economias nacionais, as sociedades e o aparato estatal com uma globalização econômica vista como já estabelecida e impossível de ser criticamente assimilada ou enfrentada. Nesse sentido, tratou-se de um reformismo de tipo passivo, mais adaptativo que criativo. (NOGUEIRA, 2004, p.41-42).

Essa nos parece a tônica dos processos de reforma administrativa do aparelho de Estado, no Brasil, em maior ou menor escala, conforme os particularismos de cada governo.

No caso do Acre e em outros estados administrados por governos petistas, isso se revelou de forma menos intensa, visto que o Partido dos Trabalhadores detinha um debate aprofundado e crítico ao neoliberalismo e acerca do próprio Estado. Debate que já estava presente em muitas das discussões, com relação ao Modo Petista de Governar:

A contraposição a este discurso está na concepção de uma reforma do Estado que, partindo de estruturas e procedimentos constitutivos da máquina estatal, busque sua transformação com base em uma cultura democrática de construção da cidadania e ampliação dos direitos sociais. (CADERNO ESPECIAL DE TEORIA E DEBATE, 1992, p. 20).

Todavia, isso não significa dizer que não houve reformas adaptativas nas administrações realizadas pelo PT. Ao contrário, as reformas administrativas, no caso do Acre, atendem a esses dois elementos, isto é, o criativo e o adaptativo, como veremos mais adiante.

A reforma da máquina estatal ou dos aparelhos de gestão, como optamos nesse trabalho, ocorreu, de um lado, pela reorganização geopolítica e administrativa em cinco regionais (Juruá, Tarauacá-Envira, Purus, Baixo Acre e Alto Acre) levando-se em conta os aspectos culturais e as potencialidades econômicas de cada regional; e do outro, pela reestruturação administrativa do governo e, concomitantemente, pela modernização da máquina estatal, levado a cabo, pela necessidade do resgate do serviço público, que, a rigor, estava totalmente deteriorado por diversas razões, entre

elas: funcionários públicos admitidos no serviço sem prestarem concurso público, à custa dos apadrinhamentos políticos e das relações clientelistas (CARVALHO, 1997), que, diga-se de passagem, imperaram e encontraram brechas até a Constituição Federal, de 1988. A partir daí, essa lacuna para o clientelismo foi minimizada, haja vista que, há registros de contratações irregulares, até 1997.

Essas atitudes políticas trouxeram para os aparelhos de gestão uma série de comportamentos nefastos, que emperravam qualquer tipo de tentativa de racionalização do aparelho de Estado. Até porque, boa parte do quadro funcional que entrou no serviço era inapta para o exercício da função, sem a formação adequada para os cargos. Basicamente, esse era o quadro encontrado na maioria das secretarias de governo, sem contar as práticas, como funcionários fantasmas, pessoas ligadas a determinados políticos que não compareciam ao trabalho, a precariedade do atendimento aos cidadãos, negligência na política fiscal. Enfim, os aparelhos de gestão estavam totalmente sucateados; segundo Soares (2003), em nenhuma secretaria existia um cenário de normalidade administrativa.

O Governo herdou um Estado completamente endividado; segundo Machado (2003), as dívidas com fornecedores giravam em torno de 150 milhões de reais, 7% de precatórios judiciais não pagos, baixa arrecadação de recursos próprios, altos índices de sonegação fiscal e inadimplência, atraso no pagamento dos funcionários públicos, além da dependência dos recursos federais via transferência ou convênios que giravam em torno de 93% da receita total, estimada em 600 milhões de reais em 1999.

Isso nos leva a reiterar o caráter dual da reforma proposta pelo Governo do Acre. De um lado, a necessidade de uma Reforma, não do governo, mas do próprio Estado, impulsionada pela necessidade de resgate das instituições democráticas.

A esse respeito, a nosso ver, a reforma de Estado no Acre contava com aquilo que nós poderíamos chamar de alianças informais entre os setores progressistas de várias instituições, como: o Judiciário, o Legislativo e a sociedade civil organizada, principalmente os Centros de Direitos Humanos da Diocese, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, a CUT e os Ministérios Públicos Estadual e Federal, que se punham ao enfrentamento do crime organizado. Em outras palavras, poderíamos dizer, guardadas as devidas proporções, que se constituíam em novo bloco histórico (GRAMSCI, 2002).

Nesse sentido, o Governo da Frente Popular agiu, com todos os seus tentáculos, na direção de uma renovação dos quadros institucionais, principalmente no âmbito do Poder Judiciário (Ministério Público, Tribunal de Justiça), embora na concepção do Estado Democrático de Direito, na tradição Constitucionalista de Montesquieu, que vela pela separação e ação harmônica entre os poderes. Nesse caso, percebeu-se que houve claramente uma aliança informal e sem contrato assinado na ação do executivo, bem como pela cobrança da sociedade civil na mudança de quadros desses poderes. Resta saber se essa aliança informal, no nosso entendimento, necessária, será capaz de não tornar os outros Poderes subservientes ao Executivo, mas, pelo contrário, garantir a equipotência dos poderes como prescreve o Estado Democrático.

No Acre, a Reforma da Máquina de Governo foi pautada naquilo que Nogueira (2004), denomina de macrocefálica bifrontalidade, ou seja, duas cabeças de gestão: uma de caráter racional-legal e a outra do tipo patrimonial. O que não é inusitado, numa região onde o Estado sempre foi predominante, em relação à sociedade civil; e as oligarquias fizeram da política um negócio entre elites. Nessa

perspectiva, o aparelho de gestão na reforma administrativa atendeu a essa apreensão conceitual, como veremos a seguir.

Em se tratando de reforma administrativa do tipo racional-legal o governo adotou, entre as suas primeiras medidas administrativas por meio da Lei Complementar, Nº 063, de 13 de Janeiro de 1999, a reorganização da estrutura administrativa do Estado do Acre, com prioridade para as atribuições de cada setor da Administração. Em seguida, por meio da Lei Complementar Nº 072, de julho de 1999, revisou a Lei Complementar anterior, organizando as Secretarias de Governo por área temática: Gestão (Secretaria de Estado de Gestão e Coordenação, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Estado de Administração e Recursos Humanos), Desenvolvimento Humano (Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Saúde e Saneamento, Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Estado de Cidadania, Trabalho e Assistência Social), Desenvolvimento Econômico – Sustentável (Secretaria de Estado de Infraestrutura, Secretaria de Estado de Produção, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente).

Essas medidas expressavam a necessidade iminente de garantir eficiência dos aparelhos de gestão coadunada com as idéias explícitas no Plano de Governo “A Vida vai Melhorar”, que afirmava categoricamente a urgência da reforma do aparelho de governo, capaz de assegurar a viabilidade técnica do desenvolvimento sustentável e a garantia da funcionalidade do aparelho estatal.

O segundo ato administrativo do governo do PT, na tentativa de tornar eficiente sua gestão e garantir a governabilidade orçamentária, ocorreu de dois modos. Primeiro, através da Lei Complementar Nº 062, de 13 de janeiro de 1999, que fixava o teto máximo dos salários de ocupantes de cargos públicos em 9 mil reais, bem

como a redução de 20% dos cargos em comissão e função gratificada. Isso reduzia substancialmente as despesas com pessoal, que chegaram, em 1998, a 73% de sua receita, quando a Lei Camata estabelecia que o Poder Público só deveria comprometer 60 % da receita em gastos com pessoal, sob pena do Estado não poder acessar, entre outras coisas, ao Fundo de Participação Estadual (FPE). O segundo, veio por meio da Lei Nº 1.279, de janeiro de 1999, que autorizava o Poder Executivo a aderir ao Programa de Reestruturação e de Ajuste fiscal de Estado. Por essa lei, o Estado tinha condições de renegociar suas dívidas com a União, bem como promover os ajustes fiscais necessários. Com isso, o Governo adotava uma Política Fiscal mais austera e de combate à sonegação, que ficou expressa na Lei Complementar Nº 092, de 1º março de 2001 e que propunha o parcelamento em quarenta e duas prestações dos créditos tributários, impostos e juros.

Essas medidas tinham como foco garantir a governabilidade orçamentária, assegurar o Estado Democrático de Direito, equilibrar as contas públicas e ajustar a máquina administrativa, que se encontrava completamente deteriorada.

Analisando o conjunto das medidas administrativas adotadas pelo Governo da Frente Popular, nesse período, que se estende de 1999-2002, podemos afirmar que todos os outros Atos administrativos derivam dos acima mencionados.

Por exemplo, a reorganização administrativa do aparelho de gestão, não ocorreu apenas no Primeiro Escalão do Governo, mas fez parte de uma Política de Formação e Capacitação dos Servidores Públicos de todas as áreas da Administração Estadual, paralela à modernização da infra-estrutura dos Órgãos do Governo e as mudanças no formato interno das Secretarias.

A fixação de um teto máximo para os servidores públicos estaduais propiciava ao governo uma maior flexibilidade na proposição de uma Política de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todas as Secretárias e órgãos administrados pelo governo, que tiveram, entre 1999-2002, seus PCCS aprovados num duro diálogo. Afinal, com isso, reduzia os altos salários e equiparava os salários menores num patamar razoável. Tal atitude, por um lado, absorvia a demanda dos sindicatos que já se arrastava há alguns anos e, de outro, ajustava, ainda mais, o orçamento do governo com o pagamento do pessoal.

A adesão do governo ao Programa de Reestruturação Fiscal e o parcelamento dos créditos tributários, com a modernização/informatização da Secretaria de Estado da Fazenda, possibilitou ao governo o combate à sonegação fiscal e, por conseguinte, o aumento na arrecadação.

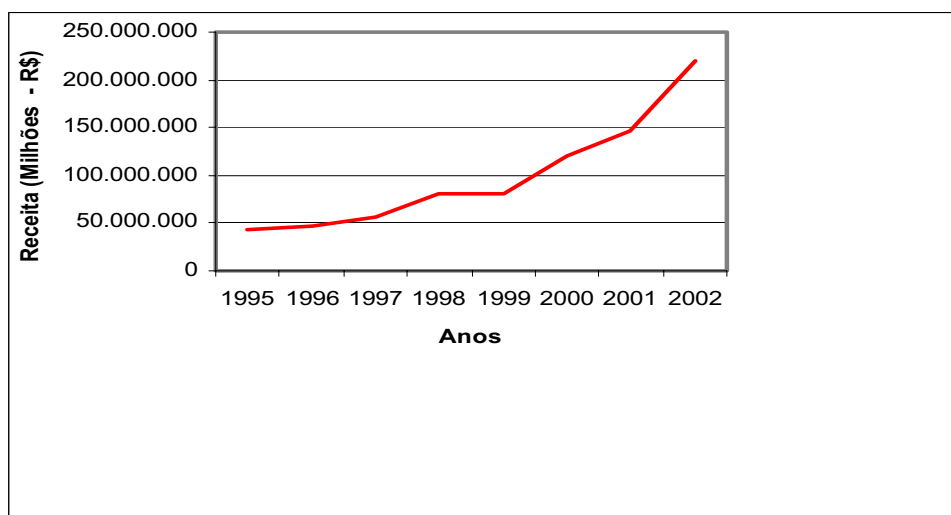


Gráfico 1 - Comparativo da Receita Tributária entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)

Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

O gráfico 1 revela um crescimento da Receita Tributária; entenda-se arrecadação o que o governo realiza através dos impostos e taxas tributárias, constantes, que vai de 1995 a 1998, embora tímidos. Em seguida, apresenta um momento em que, praticamente, não há alteração; que ocorre justamente na transição do último ano do mandato do Governo Orleir Cameli (1998) e o primeiro ano do Governo Jorge Viana (1999). Para, no período posterior, apresentar uma curva de crescimento acelerada bem superior ao período antecedente. Em termos reais, isso significa um aumento de 2,7 vezes em relação ao último ano de Gestão do governo anterior. O que demonstra que tiveram efeito as ações de ajustes realizadas pelo Governo Jorge Viana.

Comparando a reforma administrativa praticada pelo governo Jorge Viana e aquelas introduzidas na década de 1990, particularmente, nos Governos Edmundo Pinto/Romildo Magalhães (1991-1994) e Orleir Messias Cameli (1995-1998), baseando-se tanto nos Planos Plurianuais, como nas Leis Ordinárias e Complementares, verificamos claramente que não foi introduzida, nesses governos, nenhuma reforma administrativa de caráter estrutural. Isto é, suas administrações optaram por um reordenamento na estrutura de governo, realizando mudanças pontuais no interior dos aparelhos. Por outro lado, o governo Jorge Viana (1999) optou por uma ampla reforma administrativa, que envolveu não apenas os aparelhos de gestão, mas a própria concepção de governo, na direção de uma máquina eficiente.

No tocante ao tipo patrimonial-clientelista de gestão, poderíamos dizer que, seria difícil identificar onde ocorreu com maior ou menor frequência, mas seria possível afirmar também, que houve, na composição do terceiro e quarto escalão, onde o preenchimento dos cargos deu-se, visivelmente, em função da composição da própria

aliança e da manutenção de uma base parlamentar sólida na Assembléia Legislativa. O que, a nosso ver, tornar-se-ia um risco para o próprio Governo, pois daria margem ao surgimento de grupos de interesses particulares na esfera do Governo, que poderiam fincar raízes, como fizeram nas administrações pretéritas e fatiaram, literalmente, a gestão, perdendo de vista o caráter público do governo e seus aparelhos.

Nenhuma reforma sustentada da gestão tem como avançar sem articular com uma reforma do Estado em sentido forte e ser por ela direcionada. Quer dizer, a obtenção de ganhos consistentes em termos da modelagem do aparato administrativo público, da assimilação de novas modalidades de gerenciamento e organização, do correto dimensionamento do aparelho estatal, caminha junto com obtenção de ganhos consistentes na dimensão ético-política do estado, ou seja, o Estado não como ônus, mas como parâmetro de convivência civilizada. O Estado-máquina não pode ser eficaz se o “Estado ético” estiver cortado pela corrupção e pelo arbítrio ou apropriado por interesses particulares, por exemplo. (NOGUEIRA, 2004, p.49).

Ainda assim, esse caráter patrimonial-clientelista, diga-se de passagem, não é uma característica peculiar do Acre, pelo contrário, está incrustado no modo de fazer política no Brasil (FAORO, 1979) desde os tempos em que as caravelas portuguesas aportaram nessas terras de massapê. Entretanto, quando analisamos a reforma administrativa posta em prática pelo Governo Jorge Viana, notamos que há alguma novidade nesse tipo de relação. Seu governo, semelhante às administrações de Nabor Júnior (1992-1995) e Flaviano Melo (1996-1990), priorizou o critério técnico para os preenchimentos dos cargos nos escalões superiores e inferiores da Administração. Ou seja, priorizou, entre as reivindicações dos aliados para o preenchimento dos cargos administrativos, aqueles quadros partidários que dispunham de formação pertinente para o exercício da respectiva função, descartando a troca, pura e simples, de favores

predominantes no clientelismo. Embora, isso não tenha sido uma lei válida para todos os setores.

Apesar do Governo da Frente Popular ter efetuado uma ampla reforma do aparelho de gestão, com vista à eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos, tão defendida pelo Partido dos Trabalhadores, não passou imune de acusações como, por exemplo, as de superfaturamento na compra de remédios para Secretaria de Saúde e compra de material para a Secretaria de Educação entre outras. Denúncias realizadas pela oposição que não foram efetivamente comprovadas. Até porque o Governo da Frente Popular contava com a maioria na Assembléia Legislativa e, portanto, as propostas de CPI's não; em nenhuma das tentativas realizadas pela oposição, concretizou-se.

Em resumo, a reforma do aparelho de gestão introduzida pelo Governo da Frente Popular do Acre apresentou-se em duas direções da Governança.

A primeira, operada pelo Banco Mundial, chamar-se-ia de *bom governo*, porque priorizou bastante o aspecto da eficiência e a racionalização dos gastos públicos, conforme preconiza o receituário do Banco Mundial. Afinal, o governo do Acre, de 1999-2002, conseguiu equilibrar as contas públicas, em todas as escalas, principalmente na relação Receitas e Despesas.

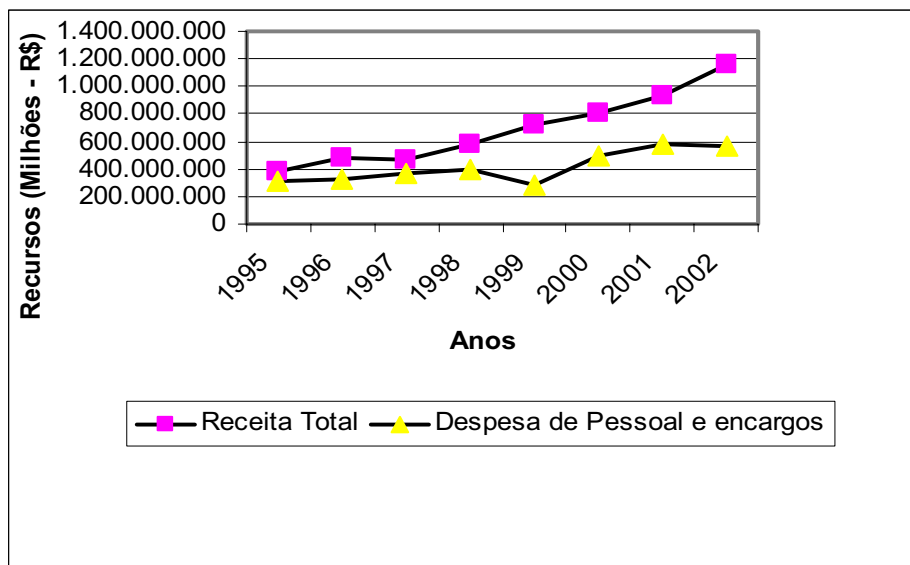


Gráfico 2 - Relação da Receita Total e a Despesa entre os Governos: Orleir Cameli (1995/1998) e Jorge Viana (1999-2002)

Fonte: Ministério da Fazenda /2002.

O gráfico 2 demonstra uma tendência de crescimento constante das Receitas Totais, com uma variação de crescimento pequena no período do Governo Orleir Cameli (1995-1998) e uma variação de crescimento mais acelerada no Governo Jorge Viana (1999-2002). Com relação às Despesas e Encargos Sociais, verifica-se uma escala de crescimento progressivo, em todo o período (1995-2002), com uma leve redução no primeiro ano de mandato do Governo Jorge Viana (1999), seguida de uma constante no crescimento, no segundo e terceiro anos, bem como uma diminuição no último ano. Além disso, a figura demonstra que, na gestão do Governo Orleir Cameli as Despesas de Pessoal e Encargos consumiam parte substancial da receita. Enquanto que, no Governo Jorge Viana (1999-2002), as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais apresenta significativa melhora em relação à Receita Total, nunca ultrapassando os 60% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, na

gestão do Governo Orleir Cameli é visível o comprometimento superior aos 60% da Receita Total, em gastos com pessoal e encargos.

Embora não se possa afirmar, categoricamente, que esses resultados tenham sido motivados pela pressão do próprio Banco Mundial e do próprio FMI em escala local, inclusive, em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que induz claramente ao superávit primário (SANDRONI, 2002). Ou ainda, pela ratificação de uma Governança circunscrita à eficiência, como prevaleceu em grande parte das reformas administrativas do país, durante a década de 1990. Também não se pode dizer que elas não tenham sido responsáveis por esses efeitos. Afinal, as garras do capital não têm fronteiras.

A segunda, flexibilizando e incorporando muita das demandas dos setores sociais, principalmente das minorias, como, por exemplo, Emenda Constitucional nº 23/2001, que reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras, assim como o Estado promoverá a proteção, preservação e incentivará sua autonomia e sua cultura, organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Sem contar que, contrariamente, aos modelos de reforma neoliberal que predominaram na década de 1990 com a redução do Estado, o governo do PT, no Acre, conseguiu brevar o achatamento do Estado e ampliar ainda mais a ação do Estado sem que isso significasse a privatização dos bens públicos.

5.3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

7 a 14	45,2	24,7	--	--	--	--	63,3	83,9
10 a 14	33,2	14,3	78,5	59,3	--	--	66,7	86,9
15 a 17	25,1	10,8	50,2	31,7	90,4	75,8	50,6	69,5
18 a 24	27,7	14,6	45,9	29,5	74,4	60,1	--	--

--Não existem dados

Fonte: Adaptado pelo autor - Atlas do Desenvolvimento No Brasil - 2000

Tabela 9: Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000.

Discrição	1991	2000
Taxa de analfabetismo	38,9	29,7
%com menos de 4 anos de estudo	58,7	47,9
%com menos de 8 anos de estudo	78,4	70,8
Média de anos de estudo	3,6	4,6

Fonte: Adaptado pelo autor - Atlas do Desenvolvimento no Brasil – 2000

Não obstante, tendo por base o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias, bem como o Balanço Geral do Estado, é possível dizer que a Gestão Educacional do governo Jorge Viana ocorreu em dois sentidos: a) modernização da infra-estrutura escolar do Acre, a partir das reformas e construção de escolas na zona urbana e rural em todo Estado, considerando as peculiaridades (o cultural, o ambiente e o pedagógico) de cada município, e, concomitantemente, optando-se por um padrão arquitetônico, que ia das carteiras escolares ao modelo das escolas, de maneira que se garantisse um ambiente escolar de fato. Por exemplo, a dotação de ginásios poliesportivos, bibliotecas escolares e laboratórios de informática em quase todas as escolas de ensino médio, além do reordenamento geográfico na construção de novas

escolas, com vistas a facilitar o acesso à rede de ensino, garantido universalização de acesso a todos os demandantes; b) valorização dos recursos humanos, através da capacitação, de forma continuada, de professores e técnicos em educação; Formação superior através de convênio com a Universidade Federal do Acre para os docentes que ainda não tinham nível superior, posto que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996), prevê que, para atuar no exercício da docência ter-se-á que ser formado em nível superior para a Licenciatura de graduação plena; instalação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), elevação dos os salários dos profissionais em educação em 140%, tornando-o um dos melhores PCCS do país, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2002).

No que tange à questão de um ensino que proporcione a formação de sujeitos críticos e participativos, como ora propõem o PPA e Programa de Governo *A Vida vai melhorar*, há algumas questões relevantes a serem aludidas neste trabalho:

Primeiro, a formação de sujeitos críticos passa necessariamente pela mudança de uma cultura pedagógica autoritária que entende, segundo Freire (2000), o ensino como transferência de conhecimento e vinga, até hoje, em maior ou menor escala, no processo educacional brasileiro, para uma pedagogia de caráter emancipatória, que seja capaz de inserir a Educação no processo dialético, em que o ensino não esteja desvinculado da aprendizagem ou a aprendizagem não esteja desvinculada do ensino, mas ambas façam parte do jogo da vida, ou seja, da construção social do próprio conhecimento. Em outras palavras, é preciso reconhecer que no processo de conhecimento "(...) todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na 'linguagem', está contida uma determinada concepção

de mundo (...)" (GRAMSCI, 2004, p.93). Portanto, o desafio seria concatenar essas concepções, numa direção emancipatória; logo, no nosso entendimento, crítica e participativa.

Nesse sentido, se, por um lado, o governo da Frente Popular conseguiu a partir da revitalização da rede de ensino no que tange aos aspectos físicos e humanos, garantir não só afirmação dos direitos, mas assegurar o acesso à educação, como previsto pela Constituição Federal, como, por exemplo, a inclusão das minorias nas políticas educacionais, como: a indígena e, mesmo, a inserção através dos Planos Curriculares Nacionais de temas transversais (Gênero, negro, drogas, sexualidade, meio ambiente); por outro, seria fórum de um amplo debate o conteúdo deste ensino, nas duas direções que expusemos acima, isto é, a via emancipatória ou a reprodução da velha concepção de ensino que apenas atenua os indicadores educacionais negativos. Isto porque, o receituário neoliberal tem forçado sucessivos governos, e isso não exclui o Governo da Frente Popular, a uma concepção de educação presa ao moldes da globalização neoliberal. Apesar do esforço do Governo da Frente Popular em pensar a educação como um dos direitos fundamentais do indivíduo, bem como pela ampliação dos recursos destinados à Educação como ficou expresso pelo Art. 197, da Constituição Estadual, que obrigava o governo a investir 30% da Receita arrecadada com impostos, nessa área que antes era de apenas 20%. Entretanto, não basta, para a construção de um novo modelo educacional o deslocamento, ou ampliação dos recursos,

Se se quer destruir essa trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de

estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2001, p.49.)

Em se tratando da gestão educacional operada pelo Governo da Frente Popular do Acre, cumpre frisar alguns pontos, que revelam um rompimento com os modelos adotados em administrações pretéritas.

O Governo da Frente Popular, através da Lei nº. 1.362, de 29 de dezembro de 2000, reativou o Conselho Estadual de Educação, como órgão superior de deliberação coletiva inserido no Sistema Estadual de Ensino, composto por membros representativos de todos os setores da Educação e por membros da sociedade, que possuíssem renomado saber e experiência na área de educação. Criou o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), que visa garantir o acesso permanente àqueles estudantes que não tiveram condições de acesso ao ensino em outros momentos de suas vidas. Fortaleceu o Programa de Mobilização de Jovens e Adultos (MOVA), através das parcerias com os setores da sociedade civil, como: a FETACRE, as Ong's e as cooperativas. Implantou o Programa Dinheiro Direto na Escola, garantindo com isso mais eficiência na gestão dos recursos. Incluiu, nos cardápios das escolas, os ingredientes da culinária regional, sob orientação de nutricionistas. Criou as Escolas Modelos nos municípios de Xapurí e Rio Branco. Criou as Escolas Indígenas. Implantou o Programa Saúde na Escola. Implementou as Eleições Diretas para Diretores das Escolas. Ainda que, a nosso ver, essa seja uma questão que mereceria um aprofundamento maior, ainda não se pode dizer que essa prática fortaleça a experiência democrática direta ou simplesmente reproduza os vícios da democracia representativa. No entanto, para aqueles que defendem a teoria da participação como um procedimento educativo contínuo em todas as esferas da vida do indivíduo,

A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição de prática e a habilidades e procedimentos democráticos. (PATEMAN, 1992. p.61)

Essas ações mostram uma nova direção na Política Educacional do Estado que não aparecem em outros governos, pelos menos nos mais recentes. Ao contrário, não há registros de um Plano de Educação Estadual que tenha sido efetivado em gestões anteriores. Salvo, aquele germe que brotou no Governo de José Augusto de Araújo (PTB), em 1962/1963, mas que não germinou porque os generais forçaram o governador à renúncia, naquele fatídico ano de 1964, para os setores progressistas da sociedade acreana.

Outro aspecto importante da política educacional executado pelo governo Jorge Viana (199-2002) consiste na aplicação dos recursos e direção dos gastos quando comparado, por exemplo, a gestão do governo Orleir Cameli (1995-1998). Vide gráfico3.

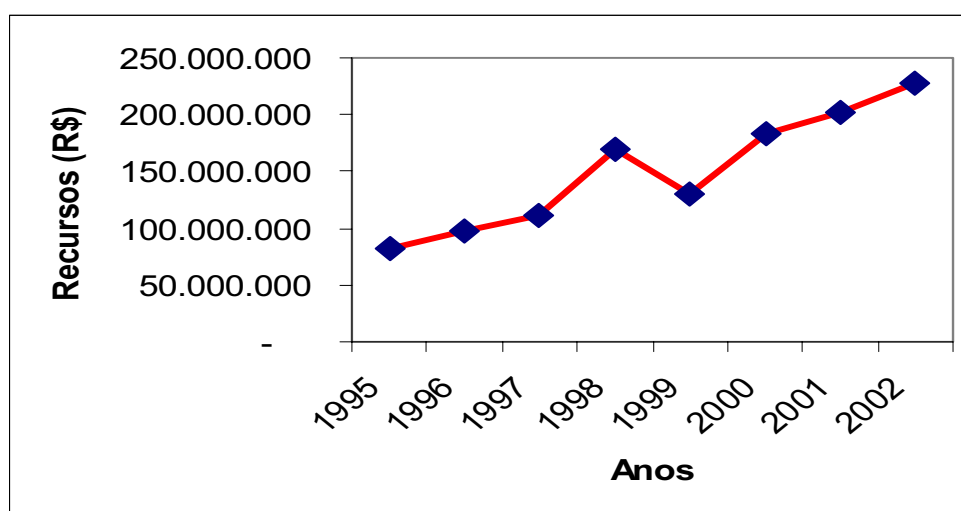


Gráfico 3 – Evolução dos recursos aplicados em educação e Cultura nos governos: Orleir Cameli (1995/1998) e Jorge Viana (1999/2002)

Fonte: Adaptado pelo autor – Ministério da Fazenda/2002

Por esse gráfico é possível analisar que houve uma evolução crescente dos recursos aplicados em Educação e Cultura, durante a administração do governo Orleir Cameli (1995-1998), seguida de uma leve retração, em 1999, primeiro ano de mandato do Governo Jorge Viana; para em seguida continuar sua direção ascendente de crescimento. De modo que, o Governo Jorge Viana (1999-2002) apresenta volume de recursos aplicados em Educação superior ao Governo Orleir Cameli, com exceção do ano de 1999, primeiro ano de mandato do Governo Jorge Viana. Contudo, quando comparamos em termos proporcionais, os recursos aplicados em Educação/Cultura em relação às receitas totais em cada governo, o Gráfico 4 mostra que, em termos relativos, a gestão Orleir Cameli (1995-1998) despendeu um percentual maior de seu orçamento para a Educação e Cultura que a gestão Jorge Viana (1999-2002), exceto quando comparado o segundo ano dos dois governos, momento em que o Governo Jorge Viana apresenta uma ligeira vantagem.

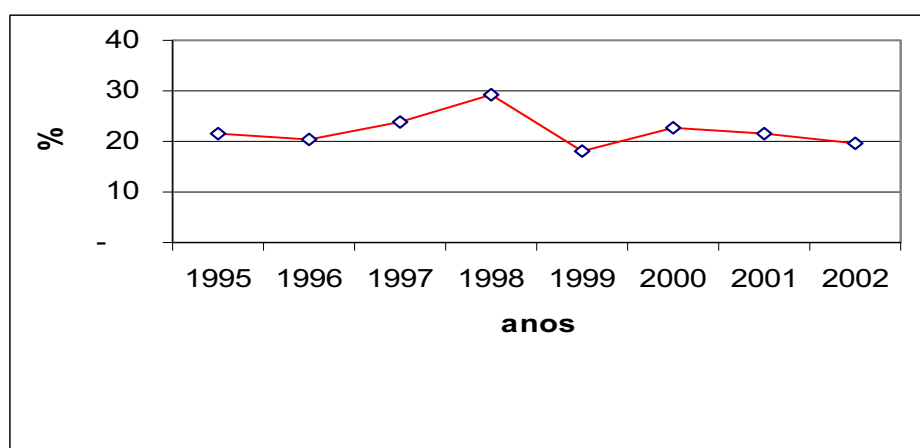


Gráfico 4 – Comparativo (em percentagem) entre receita total e os gastos com Educação nos governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)
Fonte: Adaptado pelo autor – Ministério da Fazenda/2002.

Em contrapartida, quando avaliamos os valores absolutos de recursos aplicados em cada administração, o desempenho da gestão de cada governo, inclusive calculando a média anual desses valores aplicados, tem-se o seguinte panorama: a média anual de recursos aplicados em Educação e Cultura pelo governo Orleir Cameli foi de 115. 407.500,00 (Cento e quinze milhões, quatrocentos e sete mil e quinhentos reais), já o governo Jorge Viana foram de 185.775.201 (Cento e oitenta e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil e duzentos e um reais), isso representa um aumento de 61% dos recursos aplicados anualmente na gestão do governo Jorge Viana em comparação ao governo Orleir Cameli.

Não bastasse essa diferença dos recursos aplicados entre essa duas administrações, os indicadores educacionais também se mostram bastantes favoráveis ao governo Jorge Viana. Afinal, o governo Orleir Cameli chegou ao final de seu mandato à frente do executivo acreano, com o pagamento atrasado dos servidores em educação, a ausência do Ensino Médio (regular) em 14 dos 22 dos municípios do estado, além de apresentar uma variação negativa e alguns indicadores como: diminuição da taxa de aprovação, aumento da taxa de reprovação e de abandono. Vide Tabela 10.

Tabela 10. Taxas de aprovação, reprovação e abandono entre os anos de 1996-1997.

Acre	aprovados		reprovados		abandono	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Ensino Fundamental	66,5	64,9	16,8	16,7	16,7	18,4
Ensino Médio	71,7	70,7	6,8	6,9	21,5	22,4

Fonte: adaptado pelo autor – MEC/2002

O governo Jorge Viana (1999-2002), por sua vez, conseguiu, a partir da ampliação do volume de recursos para Educação/Cultura, resultados expressivos que para apontam evolução no quadro educacional do estado, principalmente no tocante ao *acesso ao ensino, a recuperação do espaço físico e capacitação dos servidores*; sem mencionar a melhora nos indicadores educacionais, como: a taxa de rendimento escolar no ensino fundamental que, em 1999, era de 69, 2% e em 2002 subiu para 75.4% e no ensino médio, que era, de 73,3%, em 1999 e em 2002 atingiu 75,9%; a taxa de reprovação no ensino fundamental que, em 1999, era de 13,2 e em 2002 caiu para 12,5% e no ensino médio que em 1999 era de 4,9% em 2002 caiu para 3,8%; taxa de abandono no ensino fundamental era, em 1999, de 17,1%, em 2002 caiu para 12,1% e no ensino médio, em 1999, era de 21,7%, em 2002, caiu para 20,3%. Além do aumento no número de alunos matriculados e da rede de ensino, como mostra as tabelas 10 e 11.

Tabela 11: Acesso a matrícula

Discriminação	1998	2002
Ensino fundamental	129.151	149.619
Ensino Médio	20.186	25.024
Ensino Supletivo	29.737	52.947
Ensino Especial	655	1.135

Fonte: Adaptado pelo autor - Acre em 1997/98/2001/SEPLANDS.

Tabela 12: Estabelecimentos de Ensino

Discriminação	1998	2002
Estabelecimentos de ensino	1846	2.605

Fonte: Adaptado pelo autor – MEC/INEP/2002

A gestão do Governo Jorge Viana no tocante à Política de Educação leva a duas conclusões relacionadas aquilo que temos tratado por governança. A primeira, refere-se claramente à preocupação com as condições de governabilidade orçamentária, para que sua gestão não fosse inviabilizada; seguindo, com isso, o ritmo natural da própria reforma do governo. A segunda, a preocupação com a *accountability* (em responder) às demandas dos setores sociais e as promessas de Campanha constantes do Programa de Governo, bem como ampliando os espaços de debate da Política Educacional para os setores da sociedade civil através do Conselho Estadual de Educação.

5.4 A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

A história do Acre, como podemos perceber ao longo deste trabalho foi marcada por uma concepção de desenvolvimento “de fora para dentro”, desde os tempos em que a borracha era sua principal fonte de Receita e o Estado ainda era um Território. Sua passagem de Território a Estado da Federação não significou muito, pois não durou mais de duas estações a possibilidade dos acreanos assumirem o leme de seu destino. Os militares tomaram o Poder e continuaram a implantar no Acre uma concepção desenvolvimento de fora para dentro, baseada na pecuária extensiva, como forma de modernização conservadora.

Se a história do Acre foi marcada por essa visão de desenvolvimento do

alienígena pensando os destinos dos filhos do Aquirí¹⁹, convém lembrar que, a história do Partido dos Trabalhadores está fortemente arraigada aos movimentos ligados ao meio ambiente, bem como na busca de se pensar um desenvolvimento de “dentro para fora”, vendo o meio ambiente com elemento principal na construção de uma alternativa de desenvolvimento para o Estado que, se contrapusesse às velhas concepções assumidas por outros governos, centradas, particularmente, no pretérito; ao extrativismo da borracha, e, mais recente na pecuária como principal indutora da atividade econômica do Estado.

Ao assumir o Executivo acreano, o Governo da Frente Popular levou a cabo o legado trazido do campo de batalha para seu Programa de Governo,

No estado do Acre a questão ambiental assumiu a identidade de uma doutrina de governo: a florestania, o Governo da Floresta. O atual governo entende a floresta como base de um novo modelo econômico. Os produtos florestais assumem, nesse sentido, a função de marco diferencial, com o qual o estado poderá competir nos mercados nacional e internacional. Além dos produtos materiais, a cultura e o turismo são considerados elementos significativos no desenvolvimento econômico. O modelo de desenvolvimento sustentável adotado pelo Acre deve fugir da monocultura e buscar a diversidade de atividades econômicas. Há também a preocupação em substituir as importações pela produção local, garantindo o aumento da renda com a exportação, ampliação do mercado interno, a retenção de renda no estado e sua redistribuição sob a forma de empregos. (BURSZTYN, 2003, P.172).

Nessa direção o governo adotou uma série de medidas:

- a) LEI Nº 1.277, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, onde o governo garantia subsídio para a produção de borracha, bem como estabelecia convênios com instituições nacionais e internacionais;

¹⁹ Termo tratado pela literatura sobre o estado que deu origem ao nome Acre.

- b) Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento que possibilitou ao governo fazer um diagnóstico das principais características: culturais, demográficas, políticas, econômicas e ambientais do Estado;
- c) LEI Nº. 1.382, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2001, que disciplina o uso das Terras Públicas do Estado do Acre;
- d) LEI Nº 1.420, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001, que versa sobre contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre;
- e) LEI Nº 1.426, DE DEZEMBRO DE 2001, que se refere à criação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas.

Essas medidas tiveram efeitos importantes na proteção ambiental do Estado do Acre, ou seja, 45,33% das terras acreanas estão em áreas protegidas. Assim como, para um detalhamento, mais rigoroso, das potencialidades econômicas, sociais, demográficas, ambientais e culturais.

Por outro lado, provocou um amplo debate sobre a questão do desenvolvimento com outras forças políticas, e concepções teóricas que divergem dessa perspectiva desenvolvimentista:

Essa política neo-extrativista é um equívoco como política oficial do governo, que ela fosse um dos indicadores, mas não a política econômica oficial. É impossível desenvolver uma política com o neo-extrativismo. Se o Acre é para ser preservado totalmente com essa política, alguém tem que pagar o preço e quem vai pagar o preço é a sociedade brasileira, mas será que os outros estados da federação estão dispostos a pagar por isso? A meu ver, são políticas postas sem discussão, que estão colocadas, amplamente, no receituário do FMI, Banco Mundial, da WWF, é só ver os documentos do Governo do Estado que mais parece um documento de organismo

Internacional. (Informação verbal).²⁰

Para esses segmentos, a concepção de desenvolvimento adotada pelo governo Jorge Viana seria um retorno ao extrativismo, como matriz econômica que, a rigor, mostrou-se inapta como tentativa de desenvolvimento e modernização do Estado do Acre e, portanto, estaria ultrapassada. Além de conter fortes graus de subserviência aos organismos internacionais. Ou ainda,

O extrativismo deve ser assumido e tido como um amortecedor social, ou seja, para evitar que aqueles que já se encontram nas florestas que não venham para a cidade, como de fato vem ocorrendo nos últimos anos, para se defrontar com a violência social. Temos que fortalecer a agricultura familiar com a disseminação de tecnologias, permitir e facilitar a vinda de uma agricultura em larga escala para exportação. O extrativismo em si não adiciona valores às matérias-primas. O interessante disso tudo é que esse pessoal que prega o retorno aos seringais são representantes familiares das velhas elites de seringalistas do Acre, que mandaram seus filhos estudarem fora do Estado, muitas vezes com apoio financeiro do Estado. Nenhum deles tem a coragem de mandar seus filhos para serem seringueiros ou catadores de castanha. (CALIXTO, Jornal A Tribuna, 16 de setembro de 2004).

Segundo Paula (2003), enquanto nos anos 70 procurou-se integrar a Amazônia a um processo de desenvolvimento nacional comandado pelo Estado, na década de 1990 a matriz passa a ser outra: o mercado. As referências não são mais o Estado, o Desenvolvimento ou a Nação. Estas, são consideradas noções superadas, incompatíveis com a globalização. Caberia, a partir de então, potencializar as capacidades dos diversos agentes sociais no sentido destes integrarem-se à lógica dos mercados. Situação que parece bastante nítida, pela mudança revelada por Paula (2003) em relação aos movimentos sociais, que de um discurso de resistência vai

²⁰ Refere-se a entrevista concedida ao autor pelo Prof^o Manoel Coracy Sabóia, membro do PPS, no dia 15/12/2001.

ganhando o tom adaptativo aos imperativos do mercado. Como o Leviatã, obra de Tomás Hobbes, século XVI, revela o poder do Estado Absoluto, que absorve todas as funções da vida dos indivíduos. O mercado em nossa época seria o grande Leviatã, que engole a tudo e todos.

E parece-nos que o Governo Jorge Viana também foi tragado pelas forças do mercado, ainda que, segundo Viana (2002), seja possível um choque no capitalismo e a construção de um governo social. Por exemplo. A LEI Nº 1.426, DE DEZEMBRO DE 2001 em seu Art. 6º. III. Concessão Florestal: mecanismo legal, através, do qual, uma determinada área de floresta ou quantidade de recurso florestal é destinada pelo Governo do Estado a ser explorada pela iniciativa privada. Embora esse dispositivo esteja condicionado aos Princípios determinado pela referida Lei, que são: proteção do patrimônio natural do Estado e da biodiversidade; utilização racional do recurso florestal; participação da sociedade civil organizada nos processos que envolvam o uso do recurso florestal público; equidade no trato aos usuários da floresta e na distribuição de seus benefícios; respeito às orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE e integração entre os órgãos executores da política florestal.

Ainda assim, no nosso entendimento, tal dispositivo abre brecha para que, num governo de modelo conservador, que não reconheça essa perspectiva de desenvolvimento como adequada, poderá utilizar-se desse instrumento para viabilizar a utilização desse expediente em favor das forças do mercado.

Apesar das críticas que se possa ter em relação às perspectivas de desenvolvimento adotadas pelo governo Jorge Viana a respeito do desenvolvimento sustentável, convém reconhecer que em sua gestão houve, pela primeira vez, no Estado do Acre, um deslocamento do debate sobre desenvolvimento, para a esfera

local, levando-se em conta as peculiaridades econômicas e culturais do Estado, acompanhado de um aumento significativo no volume de recursos destinado a setores, como: Desenvolvimento do Extrativismo, Sistemas Agroflorestais, Gestão ambiental, Agricultura familiar e Desenvolvimento Florestal; passam a fazer parte do cardápio orçamentário do Governo da Frente Popular. Cabe frisar que, do ponto de vista da peça orçamentária do governo, os investimentos nos setores acima citados aparecem sob a rubrica – Agricultura. Exceto, a partir de 2001, na gestão do Governo Jorge Viana, quando passa a compor o espelho Orçamentário, o tema Desenvolvimento Florestal.

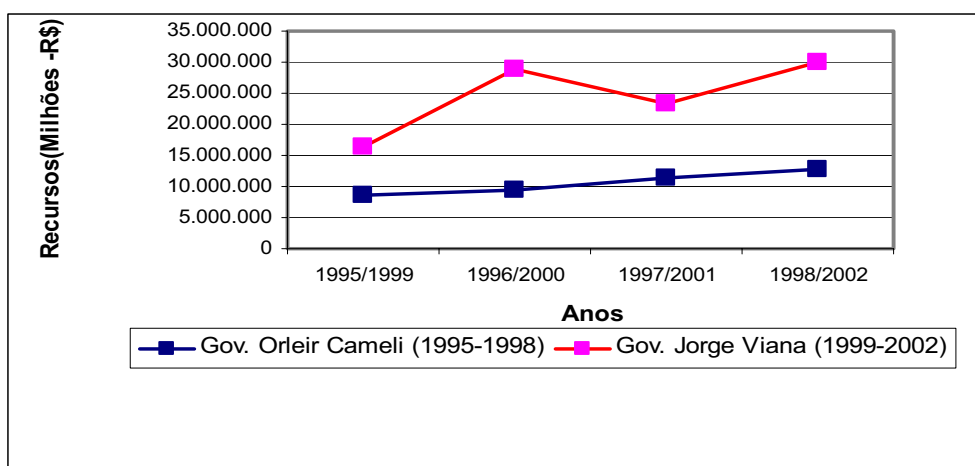


Gráfico 5 - Comparativo de recursos gastos em Agricultura - ano a ano – entre os governos: Orleir Cameli (1995-998) e Jorge Viana (1999-2002)
Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002.

O gráfico acima estabelece uma comparação dos recursos destinados à Agricultura entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999). Nota-se que, apesar da evolução dos investimentos no período da gestão do governo Orleir Cameli (1995-1998), onde este apresenta sua melhor *performance* no último ano de sua gestão, 1998. Ainda assim, a gestão do Governo Jorge Viana apresenta um volume de

recursos sempre superior à gestão do governo Orleir Cameli, ainda que comparemos os investimentos de cada governo, ano a ano. Contudo, acreditamos que a principal distinção entre o governo Jorge Viana e o de Orleir Cameli, tenha sido a diferença de foco em relação aos recursos aplicados, bem como o aumento nos investimentos²¹, assim como o crescimento da atividade florestal como uma das principais atividades econômicas do estado, na participação do Valor Bruto de Produção (VBP), que em 1998 representava 7,8% e em 2002 chegou aos 12,8 %, o que significa um aumento 4,2%.

Na administração do Governo Jorge Viana,

O conceito de sustentabilidade, adotado como diretriz nuclear do governo do Acre assegura a inserção da questão ambiental ao lado do planejamento das atividades produtivas, em todas as ações governamentais. Assim, a vertente ambiental está presente nas políticas e nos programas de agricultura e pecuária, florestas e extrativismo, comércio e indústria e assistência. (BURSZTYN, 2003, p.173).

Na gestão do governo Orleir Cameli (1995-1998), o enfoque estava voltado para a questão da agropecuária como catalisadora desses investimentos. A preocupação ambiental não tinha ainda, uma centralidade tamanha. Até porque, o governo Orleir Cameli representava os interesses dos grandes fazendeiros do Estado do Acre, além de ser ele um grande pecuarista. Além de defender uma visão de desenvolvimento sob um forte princípio liberal, em que o Estado cria as ferramentas necessárias para que o capital possa flutuar livremente.

A liderança da retomada do desenvolvimento será exercida fundamental pelo setor privado, através da expansão da capacidade produtiva e do aumento da

²¹ Ver gráficos em anexos.

produtividade. Assim, o Governo através de suas ações básicas promoverá a criação de um ambiente econômico estável para estimular a competição e a reestruturação produtiva. (ACRE, 1995).

A importância de analisar a política de Desenvolvimento se revela, porque por ela passa, como pudemos notar acima, todas as questões relativas às disputas políticas e, por conseguinte, pelas distinções em torno do desenvolvimento para a região. Assim como, o comportamento dos movimentos sociais no transcurso desse processo, como muito bem observou Paula (2003), acerca da “modernização” do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que caminhou na direção do mercado em detrimento do confronto ao capital.

É importante destacar que um dos traços característicos dos modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes governos no Acre, pelo menos nos últimos anos, está centrado num forte endividamento do Estado. Recurso sem o qual ficaria remota a possibilidade de qualquer desses governos realizarem investimentos, por menores que fossem, em função da forte dependência do Estado aos recursos da União. De forma que, o governo do Partido dos Trabalhadores não foi exceção. Ao contrário, o Governo da Frente Popular recorreu a esse expediente de forma literal, inclusive com financiamento junto aos órgãos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, como ficou expresso acima.

A política de desenvolvimento perpetrada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, de um lado, incorpora um debate puxado pelos movimentos sociais que vêm desde os finais da década de 1960. Entretanto, como revela Paula (2003), partes desses movimentos foram, ao longo das duas últimas décadas do século XX, tragados pela lógica do mercado. De outro lado, revela a gama de interesses que passam pela

“mística” do desenvolvimento sustentável, fortemente conduzido pelo discurso de uso racional dos recursos naturais ou pela idéia de sustentabilidade. Nossa pergunta é: será possível no sistema capitalista, cuja essência é lucro-consumo, haver utilização racional da natureza? Além do mais, como nos alertou Furtado (1998), a continuidade de um padrão de consumo com vistas ao modelo adotado pelos países industrializados seria uma catástrofe porque a natureza não absorveria tamanha demanda.

Em linhas gerais, o governo do Partido dos Trabalhadores apresenta importantes avanços na política de desenvolvimento, ancorado na questão ambiental através de marcos regulatórios como as Leis que disciplinam o Uso da Terra, criação do Conselho Estadual de Florestas, o aumento dos investimentos no setor; mas por outro lado, acena para a penetração de interesses com vistas à mercantização da floresta, como a Lei que abre prerrogativas de concessão de florestas públicas para empresas privadas. Esse é o grande impasse que percebemos, numa administração capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores. Afinal, Segundo Bittar (1992), o PT chegou aos executivos com um acúmulo de concepções desenvolvidas pelo movimento ecológico e apresentadas ao Partido como propostas de ação que deveriam perpassar todos os setores da administração, criticando qualquer ação de governo, segundo visões produtivistas e predatórias.

6 ANCORANDO O BARCO

A idéia de participação funciona como uma das diretrizes gerais, dentro do Partido dos Trabalhadores, ainda que seja um tema bastante complexo, a começar pela concepção que cada Tendência tem, desse conceito. Na eleição de 1992, para Prefeitura de São Paulo, por exemplo, essa questão veio à tona. O candidato Plínio de Arruda Sampaio mostrava-se favorável à participação dos Conselhos Populares em caráter consultivo, enquanto que Luíza Erundina defendia um papel mais deliberativo. Segundo Sader (1993), essa postura assumida por Luíza Erundina dar-lhe-ia maior apoio entre as Tendências mais radicais do PT, bem como expunha sua posição por uma participação da sociedade, mais direta, no processo político. Não por acaso, Luíza Erundina acabou escolhida candidata à Prefeita de São Paulo.

Não obstante ao fato dessa participação se dar de maneira direta ou indireta, consultiva ou deliberativa, ela faz parte do itinerário do Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua história, no Brasil. Contrapondo-se a uma cultura política, que se caracterizou pela exclusão dos setores subalternos das decisões políticas.

Frente a isso, o Partido dos Trabalhadores sempre reivindicou, dos diversos atores políticos e dos governos, uma efetiva participação no processo político. Não apenas quando essa participação se dava na luta pela redemocratização do país, mas pela participação nas decisões de governos (locais, estaduais e nacional), em outras palavras:

[...] o modelo participativo como aquele onde se exige o input máximo (participação) e onde o output inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um feedback do output para o input (PATEMAN, 1992, p. 62).

Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores procurou implantar, desde suas primeiras experiências nos executivos municipais, em 1982, a idéia de uma participação que não se resume à democracia eleitoral e ao ato de votar. Mas, provocando a sociedade a uma participação no processo político, orientada, no sentido da construção de uma cultura de participação da sociedade nos assuntos públicos. Exemplo, Orçamento Participativo de Porto Alegre, que se tornou uma referência como ferramenta de participação da sociedade nas demandas e decisões políticas.

O orçamento participativo, os conselhos municipais temáticos ou setoriais, além de outras formas de participação popular, são instrumentos que superam a democracia representativa do Estado liberal, em direção a mecanismos de democracia mais amplos e diretos. Ao lançar mão desses instrumentos

balizamos nosso desejo de construir uma democracia superior. Sinalizamos nosso desejo de ultrapassar os limites e vícios dos parlamentos e dos executivos que se baseiam no clássico distanciamento entre governantes e governados. (VARGAS, 1999, p. 179).

Como podemos perceber, no início desse trabalho, a participação é uma *idéia-força* no debate do Modo Petista de Governar para compreender como o PT capitaliza isso em seus governos, o que nos parece essencial para entender o Governo do Partido dos Trabalhadores no Acre.

A experiência de participação introduzida pelo governo da Frente Popular do Acre (1998-2002), ocorreu em duas direções:

a) resgate, reestruturação dos Conselhos Estaduais (Conselho Estadual de Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente-Ciência e Tecnologia) e criação de novos Conselhos (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual de Juventude, Conselho Estadual de Cultura e Conselho Estadual do Idoso).

Cabe frisar, que a idéia desses Conselhos constituiu-se num dos legados da luta pela redemocratização do Brasil, que ganhou corpo a partir da Carta Constitucional de 1988. Ela estabelecia a necessidade da sociedade estar representada no debate sobre as mais diversas políticas, através desses Conselhos. Em uns, de forma deliberativa, e em outros, consultiva.

No Acre, os primeiros Conselhos estão datados do início dos anos 1990. São desse período, por exemplo, o Conselho Estadual de Saúde criado pela LEI COMPLEMENTAR Nº 29/1990, pelo governador Edson Simões Cadaxo (PMDB) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.022/92, criado na gestão do governador Edmundo Pinto (PDS). Esses Conselhos, embora revelassem formalmente seu caráter deliberativo, sua ação não aparecia, no

sentido de uma ampliação da participação da sociedade nos assuntos públicos. Eles existiram mais pela formalidade da Lei que exigia, que propriamente por uma prática participativa.

Na gestão do Governo da Frente Popular do Acre (1999-2002), esses Conselhos foram retomados com prioridade, para seu caráter deliberativo.

Ao analisar os Conselhos criados por esse Governo, como os supra mencionados, destaca-se a ênfase para o caráter deliberativo, assim como sua presença mais efetiva na discussão e elaboração das políticas de cada setor, e para ampliação de suas composições aos mais diversos setores, garantindo, com isso a representação mais plural da sociedade. Até porque, a sociedade civil multiplicou-se e diversificou-se bastante na década de 1990.

Apesar da reativação do papel dos Conselhos na discussão dos assuntos públicos, dada pela gestão do Governo da Frente Popular, no nosso entendimento, surge um problema de difícil compreensão para uma gestão petista no governo. Ao reestruturar, por exemplo, o Conselho Estadual de Educação, pela LEI N. 1.362, DE DEZEMBRO DE 2000. Art. 13º. § 1º e § 2º o governo concedeu remuneração para o Presidente do Conselho e o pagamento de diárias para os membros do Conselho a cada quatro reuniões extraordinárias. Ao fazer isso, o governo marcou uma distinção entre os Conselhos, pois em nenhum outro está prevista a remuneração de seus membros. Tal atitude ameaça a participação enquanto, “[...] espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”. (PUTNAM, 1996, p.104)

Por outro lado, é preciso conceber que a participação da sociedade através dos Conselhos, ainda que seja um alicerce para a construção de uma cultura

participativa, não pode ser compreendida apenas pelo alargamento democrático do espaço de governo para os setores da sociedade. A participação deve ser uma construção permanente, aspirada pela sociedade e radicalizada nas bandeiras dos governos progressistas.

Diante desse contexto é possível dizer que, no Acre, os Conselhos conquistaram, ao longo da última década, cada vez mais, relevância na proposição e deliberação sobre as políticas de governos, bem como nos espaços de decisões governamentais, com destaque para a Gestão da Frente Popular, pois os Conselhos saíram da retórica do Governo para a mesa de negociação. Todavia, cabe ressaltar que uma coisa é a presença dos Conselhos nos processos decisórios das ações de Governos. Outra, é o teor dessa participação.

b) Orçamento. O governo da Frente Popular do Acre instituiu, pela LEI N. 1.376, DE 2 DE MARÇO DE 2001, que tornava obrigatória a participação da sociedade organizada e/ou representada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Essa representação dar-se-ia em três instâncias: os Seminários Municipais, onde o corpo de representantes definiria as prioridades na esfera local que subsidiariam as Plenárias Regionais por onde seriam conciliadas as prioridades, por setor de atividade. Esta, por sua vez, subsidiaria a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária a ser encaminhado ao Poder Legislativo e, por último, o Seminário Estadual de Avaliação realizado no decorrer da execução financeira, e responsável pelas diretrizes metodológicas do orçamento seguinte. Contudo, as Leis de Diretrizes Orçamentárias: Nº 1.346/2000, Art. 37 e Nº 1.399/2001, Art.39 minimizam a participação popular, lhe conferindo um papel na elaboração da Lei Orçamentária Anual, em regime de colaboração, por intermédio de audiências públicas e fóruns regionais.

Alguns problemas de fundo aparecem quando o assunto é pensar a participação popular via Orçamento. O primeiro, é o desafio de compatibilizar a agenda da sociedade com a do governo. Afinal, ao ser eleito, o Governo já tem seu primeiro Orçamento Anual regido por uma discussão orçamentária estabelecida pelo seu antecessor, portanto, com as prioridades daquele governo. Além disso, tem as restrições constitucionais que regem a aplicação dos recursos para fins determinados, sejam esses fiscais, previdenciários ou investimentos. Sem contar os prazos constitucionais para formalização e apresentação do Plano Plurianual, que fixam prioridades e metas em longo prazo; as Leis de Diretrizes Orçamentárias, que estabelecem os marcos prioritários para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, que, por conseguinte, é responsável pelo detalhamento de toda execução orçamentária do governo para aquele ano. O Plano Plurianual e o Projeto de Lei Orçamentária Anual devem ser encaminhados até 30 de setembro, para apreciação do Poder Legislativo, enquanto que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser dirigida ao Poder Legislativo até o dia 15 de maio, consoante o Art. 159 da Constituição Estadual.

O segundo impasse refere-se às estratégias adotadas em torno da participação, na experiência petista do Rio Grande Sul; o Orçamento Participativo tinha nitidamente uma função de ampliar os espaços de participação direta da sociedade na esfera do governo, sobretudo, em construir um elo entre o governo e a sociedade, onde Executivo não fosse submetido apenas aos imperativos do Poder Legislativo.

Quando o PT chegou ao poder no Rio Grande do Sul em 1999, ele buscou promover uma agenda progressista e se tornar uma força política hegemônica no estado, assim como fez na capital. Um dos principais mecanismos utilizados para consolidar essa agenda foi a inovação institucional do orçamento participativo. O OP mobilizou militantes do PT, eleitores de baixa renda e setores de classe média através de vínculos diretos com executivo e de

promessas de redistribuição e transparência. Tais vínculos enfraqueceram a base institucional dos oponentes na Assembléia Legislativa ao passo que aumentaram o apoio às prioridades de gasto progressista do Partido. Sem dúvida, a participação direta de centenas de milhares de cidadãos nas assembleias de orçamento é, por si só, uma façanha notável. (SCHNEIDER; GOLDFRANK, 2005, p.245).

A experiência do Orçamento Participativo operado pelo PT no Rio Grande do Sul trazia consigo o legado de uma experiência de 12 anos de exercício contínuo à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Ao contrário do Acre, que não promoveu o Orçamento Participativo como um elemento estratégico para consolidação de uma nova hegemonia. Apesar da tentativa feita na gestão do Governo do Partido dos Trabalhadores à frente da Prefeitura de Rio Branco (1993/1996). Afora esta, em nenhuma das outras experiências municipais (Xapurí-1996, Tarauacá-1996, Manuel Urbano-1996), o PT adotou o Orçamento Participativo como viga mestra para construção de uma nova forma de participação da sociedade.

Diferentemente da experiência gaúcha, que não contava com uma maioria na Assembléia Legislativa daquele estado, o governo da Frente Popular do Acre elegeu doze, das vinte e quatro cadeiras da Assembléia Legislativa e ainda contou com a migração do Dep. Helder Paiva do PFL para o PSDB. Com isso, o governo obteve uma maioria simples no Poder Legislativo. Além de contar com votos de outros parlamentares de oposição nos projetos do governo. Isso lhe permitia navegar por mares mais calmos. Cabe frisar que, no período de 1999-2002, o governo não perdeu uma votação na Assembléia Legislativa. Em outras palavras, as condições de governabilidade eram perfeitas para o governo Jorge Viana, legitimidade nas urnas, maioria no Poder Legislativo, legado de bandeiras progressistas do movimento social e ainda por cima uma aliança estratégica com o PSDB, que indicou o Vice-Governador na

chapa da Frente Popular, que lhes foi favorável, pois o PSDB elegeu o Presidente da República (Fernando Henrique Cardoso) e isso significava apoio aos projetos do governo, bem como repasses de recursos garantidos como de fato ocorreu.

Nessas condições parece-nos que a estratégia de consolidar uma alternativa de participação via orçamento pelo governo, no Acre, não se mostrou tão relevante, pois somente no terceiro ano de mandato o Governo formalizou a Lei que tornava obrigatória a participação da sociedade na elaboração do orçamento. Ainda que pela Lei Nº. 1.307, de 24 de DEZEMBRO DE 1999, o Governo deixasse clara sua intenção de criar mecanismos para participação popular de forma direta. O orçamento participativo seria uma ferramenta importante para se alcançar isso, mas ele não se converteu numa prática de governo.

Após declinarmos a respeito desses dois mecanismos (Conselhos e Orçamento) introduzidos pela gestão do PT no Acre, como ferramentas para fortalecer a participação popular no governo, algumas reflexões são possíveis.

A primeira delas é que a participação popular de forma direta ainda não é uma realidade no Acre, mesmo os Conselhos tendo assumido um papel importante na deliberação de muitas políticas de governo e a discussão do Orçamento tornar obrigatória a participação da sociedade. Fatos que revelam, de um lado, o reconhecimento por parte do governo, da importância dos setores da sociedade da discussão dos seus rumos ou, segundo Souza (2005), o aumento da participação das comunidades no processo decisório de políticas públicas ou *empowerment*. De outro lado, a ampliação dos espaços democráticos tornou-se mais clara com o fortalecimento desses nichos dentro do Estado, a partir do reconhecimento legal.

A segunda é que, ao assumir a participação na estrutura do Estado, o

governo do Partido dos Trabalhadores responde, ainda que timidamente, ao seu compromisso histórico junto aos movimentos sociais, de fortalecer a gestão democrática do Estado, além de ratificar uma de suas diretrizes que é Participação Popular. Contudo, o conteúdo dessa participação ainda pauta muitas discussões dentro e fora do PT. Afinal, é preciso que não nos esqueçamos que, tanto o PT como os movimentos sociais, passaram por significativas mudanças ao longo dos últimos 20 anos. Os discursos de resistências e superação preconizados por esses sujeitos, estão, gradativamente, rumando para a conciliação.

A terceira questão importante na análise da participação é que os governos, cada vez mais, são pressionados por uma multiplicidade de forças externas: “Numa democracia várias forças políticas competem entre si dentro de estruturas institucionais” (PRZEWORSKI, 1994, p.26). De modo que essas forças já não são dirigidas apenas pelo e para o capital, outras forças surgem na luta pela direção e ocupação de espaços legais no Estado, como ficou expresso acima.

Apesar de tudo isso, é preciso considerar que essa discussão sobre a participação não é um tema de fácil compreensão. Até porque, ela remonta toda uma tradição no âmbito das ciências humanas, que vem desde os gregos. Ainda assim, cremos que, para os objetivos deste trabalho é possível dizer que o Partido dos Trabalhadores conseguiu avançar no sentido de uma abertura maior para a participação da sociedade no que se refere aos espaços institucionais. O desafio agora seria torná-los espaços efetivos de luta pela hegemonia. Ou, segundo Wood (2001), a política democrática deve procurar “utilizar” o poder do Estado para controlar os movimentos do capital e colocá-los sob o alcance de uma *accountability* democrática, em consonância com uma lógica distinta da competição e da rentabilidade capitalista.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhar sobre esse terreno de areia movediça que é o mundo da política, nem sempre é fácil. Aliás, cremos ser uma das tarefas mais difíceis do gênero humano. Tarefa que, por sinal, muitos gigantes da literatura política trataram magistralmente, em obras como a Política, de Aristóteles, a República, de Platão, a Utopia, de Thomas Morus, o Príncipe, de Maquiavel, o Manifesto Comunista, de Marx e Engels.

Longe da genialidade desses clássicos, nosso trabalho também se deteve ao estudo da política pelas bandas da Amazônia Ocidental, procurando enxergar a novidade política que surge entre as florestas demarcadas pelos índios e pela saga nordestina, que enxergou naqueles rios e florestas uma oportunidade de materializar

seus sonhos de um lugar ao sol. Montamos sobre os ombros dos que nos precederam, encontramos obras empoeiradas nas estantes, outras ainda com cheiro da gráfica. Elas nos ajudaram a traçar um fio condutor desse trabalho; também nos despertaram para uma série de espaços vazios sobre a história política do Acre. Por exemplo, um estudo mais específico da Região do Vale do Juruá, dos partidos políticos, da imprensa e da cultura política.

Mergulhar nessas obras permitiu-nos compreender melhor as especificidades do processo político no Acre, a organização política administrativa, os modelos de desenvolvimento adotados na região, a cultura política de fundo autoritário, clientelista e patrimonialista que vigoraram na região e, pelo que vimos, ainda não foram totalmente superadas. Também propiciou-nos um olhar mais metuculoso para a dinâmica dos movimentos sociais no Acre.

Essas referências foram fundamentais para que entendêssemos, de fato, o que significava a presença do Partido dos Trabalhadores à frente do executivo acreano e chegássemos a conclusões mais sólidas.

Inicialmente, nossa premissa baseava-se na suposição de que os elementos distintivos da gestão do Partido dos Trabalhadores à frente do governo do Acre caracterizar-se-iam pelos pressupostos da participação popular, da inversão de prioridades e ética na gestão dos recursos. Questões que estão presentes em toda a reflexão que utiliza o Modo Petista de Governar, para diferenciá-lo das formas tradicionais de governar no Brasil. Todavia, quando nos detivemos para a análise do material de pesquisa (Plano Plurianual, Plano de Governo, as Leis de diretrizes Orçamentárias, Leis Complementares, Balancetes Gerais, as entrevistas, os jornais), eles nos revelaram que esses princípios não se confirmaram como elemento diferencial,

pelo menos na perspectiva do Modo Petista de Governar. Afinal, o governo não criou um instrumento de democracia direta para a participação popular. A inversão de prioridades esbarrou nos limites constitucionais. A ética na gestão dos recursos públicos foi abalada por uma série de denúncias da oposição.

Por outro lado, se pode afirmar que a gestão do Partido dos Trabalhadores à frente do Executivo acreano está mais para Governança, no sentido de uma governabilidade democrática, que para o Modo Petista de Governar. Isto porque, o Partido dos Trabalhadores conseguiu reformar o aparelho de governo, dando-lhe maior eficiência sob os pilares da responsabilidade fiscal, como ampliando os espaços institucionais e catalisando certas demandas da sociedade civil através de políticas públicas inclusivas. Em outras palavras, o Governo do PT foi um *bom governo*, na medida em que sua gestão aponta para uma maior incorporação de políticas exigidas por setores subalterno da sociedade.

Outra novidade da gestão do Partido dos Trabalhadores foi a adoção da idéia de “Desenvolvimento Sustentável” para a região, pois ao incluí-la na sua agenda de governo, ele trouxe à tona uma reflexão necessária sobre que tipo de desenvolvimento é possível para região. Com isso, provocou-se um debate com outros correntes que divergem dessa opção de desenvolvimento. Ainda que, do ponto de vista econômico, a discussão sobre o do desenvolvimento seja mais complexa, afinal, há toda uma Escola de Pensamento que discute essa temática no Brasil. De maneira que, a concepção de desenvolvimento adotada pelo Governo do PT, parece-nos, tenta reunir os vários princípios adotados nas varias perspectivas dos vários modelos de desenvolvimento (MANTEGA, 1990) implantados no Brasil, desde as vantagens comparativas à diversificação do sistema produtivo, sob a carapaça de um modelo “sustentável”.

Por essas razões, podemos dizer que o Partido dos Trabalhadores não foi apenas uma novidade na vida partidária do Acre, mas, principalmente, uma grande novidade no Governo, trazendo significativos avanços para a vida administrativa do Estado. Contudo, não se pode afirmar que ele tenha se constituído numa forma de ruptura com as demais formas de administrar, no Acre. Em termos gramscianos poderíamos dizer que o que houve foi uma transição pelo alto (COUTINHO, 1998).

Por fim, reconhecemos que para navegar por um rio tão denso e sinuoso como são os rios amazônicos, corre-se o risco de perder a rota principal e adentrar nos inúmeros riachos e igarapés pelo caminho. Temos clareza de que muitas das paisagens desse rio não puderam ser contadas em função de sua imensidão e de nossas limitações. De modo que, muitos espaços estão abertos e poderão ser explorados, inclusive os riachos e igarapés, por aventureiros mais sagazes, que se sintam motivados para essa viagem.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento do Acre. **Anuário Estatístico do ACRE 1997/1998**. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br>. Acesso em: 10 mar de 2005>.

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **ACRE EM NÚMERO 2003**. Rio Branco, 2004.

BRASIL. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **ACRE EM NÚMERO 2005**. Rio Branco, 2006.

BRASIL. **Constituições do Estado**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003.

ACRE. Lei nº. 1.106, DE 17 de dezembro de 1993. Estima a receita, fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1994, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.017, de 20 de dezembro de 1991. Estima a receita, fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1992 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 965, de 19 de dezembro de 1990. Estima a receita, fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1991, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre. Acre, Rio Branco**. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 922, de 06 de dezembro de 1989. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1990. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 909, de 01 de dezembro de 1988. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1989. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.276, de 13 de janeiro de 1999. Estima a Receita, fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1999, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.152, de 19 de janeiro de 1995. Estima a receita, fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1995, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.257, de 22 de dezembro de 1997. Estima a Receita e fixa Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1998, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.307, de 24 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br2>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.140, de 29 de julho de 1994. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1995 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.075 de 31 de dezembro de 1992. Estima a receita, fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1993, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.005, de 14 de novembro de 1991. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1992 - 1995 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>> Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.174, de 22 de dezembro de 1995. Estima a Receita, Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1996, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.184, de 14 junho de 1996. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1997 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.257, de 22 de dezembro DE 1997. Estima a Receita e fixa Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1998, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.307, de 24 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.162, de 27 de outubro de 1995. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.428, de 2 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Acre, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.429, de 4 de janeiro de 2002. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado do Acre, altera a lei que institui o seu Quadro de Servidores dos Serviços Auxiliares, cria a Estrutura Organizacional Básica da Procuradoria Geral de Justiça e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em: 5 de março 2004.

ACRE. Lei nº. 1.434, de 17 de janeiro de 2002. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - FADES. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br)>. Acesso em: 5 de março 2004.

ACRE. Lei nº. 1.439, de 4 de março de 2002. Institui o Programa Estadual de Combate à Violência Intrafamiliar. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.440, de 4 de março de 2002. Dispõe sobre o atendimento emergencial às vítimas de violência sexual. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.446, de 7 de março de 2002. Institui, no âmbito da rede de hospitais públicos do Estado do Acre, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstrução da Mama. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.454, de 7 de março de 2002. Determina à Secretaria de Estado de Educação incluir nos programas referentes à aquisição de material, percentual específico para aquisição de obras de referência, em linguagem braile, para as bibliotecas das escolas públicas do Estado do Acre. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.457, de 7 de março de 2002. Institui a obrigatoriedade do Governo do Estado do Acre especificar, nas planilhas orçamentárias de obras de construção e terraplanagem, a verba destinada a café da manhã e almoço. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.460, de 3 de maio de 2002. Institui o Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: < [http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.462, de 3 de maio de 2002. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Microcrédito para Micro e Pequenos Empreendedores com investimentos no Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

BRASIL. Lei nº. 1.363, de 28 de fevereiro de 2001. Cria o Programa Adjunto da Solidariedade e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http](http://www.aleac.ac.gov.br). www.aleac.ac.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. LEI N. 1.366, DE 1º DE MARÇO DE 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Frentes de Trabalho no Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.375, de 2 de março de 2001. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Acre. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.376, de 2 de março de 2001. Torna obrigatória a participação da sociedade organizada e/ou representada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual do Governo do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.377, de 5 de março 2001. Dispõe sobre a reserva de recursos públicos, destinados à habitação, em benefício da mulher arrimo de família e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.382, de 5 de março DE 2001. Dispõe sobre as terras públicas do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Acre, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.383, de 13 de março de 2001. Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1º da Lei n. 887, de 30 de junho de 1988. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.384, de 24 de maio de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Polícia Civil do Estado do Acre. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.388, de 30 de maio de 2001. Disponibiliza aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, acesso por meio eletrônico a todas as informações relativas às execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial e despesas com pessoal. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.394, de 28 de junho de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.396, de 11 de julho de 2001. Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM revoga a Lei n. 857, de 5 de dezembro de 1986 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.397, de 18 de julho de 2001. Institui nas escolas da Rede Estadual de Ensino Público, programas específicos de prevenção às DST/AIDS, como conceito a ser ministrado. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.413, de 19 de setembro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR do Departamento de Estradas de Rodagens do Acre – DERACRE e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

BRASIL. Lei nº. 1.415, de 24 de setembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a abrir créditos adicionais para os programas de desenvolvimento urbano e social e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.416, de 24 de outubro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre – F.D.R.H.C.D. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.418, de 24 de outubro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Instituto do Meio-Ambiente do Acre – IMAC. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.419, de 1º de novembro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: < [http. www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.420, de 18 de dezembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a abrir créditos adicionais para o programa de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <[http. www.aleac.ac.gov.br/M001/](http://www.aleac.ac.gov.br/M001/)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.425, de 27 de dezembro de 2001. Estima a Receita, fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2002 e dá outras providências. **Assembléia**

Legislativa do Estado do Acre. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.326, de 9 de fevereiro de 2000. Institui o Programa Bolsa Escola, para atendimento às famílias carentes cujas crianças se encontrem em precária situação social, familiar e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.362, de 29 de dezembro de 2000. Reestrutura o Conselho Estadual de Educação – CEE. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº 1.276, de 13 de janeiro de 1999. Estima a Receita, fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1999, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 86, de 13 de julho de 2000. Acrescenta o § 3º ao art. 17; dá nova redação ao § 4º do art. 29, todos da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, dentre outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 87, de 25 de julho de 2000. Acrescenta e remunera incisos aos arts. 13 e 14 da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 91, de 14 de fevereiro de 2001. Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Acre, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 92, de 1º de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 95, de 29 de junho de 2001. Altera e acrescentam dispositivos às Leis Complementares n. 45, de 26 de julho de 1994 e n. 71, de 5 de julho de 1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 96, de 24 de julho de 2001. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 97, de 24 de outubro de 2001. Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 98, de 24 de outubro de 2001. Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 100, de 18 de dezembro de 2001. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 55, de 9 de julho de 1997 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 102, de 26 de dezembro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR dos servidores da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 104, de 4 de janeiro de 2002. Acresce e altera dispositivos da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/M001/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 105, de 17 de janeiro de 2002. Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 109, de 25 de Junho 2002. Altera a Lei Complementar n. 84, de 28 de fevereiro de 2000 – Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os servidores públicos da Secretaria de Estado de Saúde e Saneamento do Estado do Acre e institui adicional aos servidores da Fundação Hospital do Estado do Acre – FUNDHACRE. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Acre, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 110, de 28 de junho de 2002. Altera a Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre.** Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 62, de 13 de janeiro de 1999. Fixa o limite máximo de remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos do Estado do Acre, altera disposições da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993, e dá

outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 63, de 13 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a reorganização da Administração Pública e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 67, de 29 de junho DE 1999. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 61, de 13 de janeiro de 1999. Cria a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 80, de 29 de dezembro de 1999. Institui o Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.334, de 27 de junho de 2000. Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial para o fim que especifica e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 88, de 4 de dezembro de 2000. Acresce e altera dispositivos da Lei Complementar n. 8, de 18 de julho de 1983 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.341, de 19 de julho de 2000. Cria o Sistema de Defesa do Consumidor do Estado do Acre – SIDCEAC; institui o Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON; o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor – CONDECON; institui o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – FEDDD e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.333, de 26 de junho de 2000. Disciplina a adequação do Poder Executivo em matéria orçamentária à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Celebração de Convênios e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.426, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.346, de 20 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar 2004.

ACRE. Lei nº. 1.399, de 30 de julho de 2001. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2002 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em:<<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.340, de 19 de julho de 2000. Estabelece tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 83, de 15 de fevereiro de 2000. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 77, de 30 de setembro de 1999 e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 84, de 28 de fevereiro de 2000. Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os servidores públicos da Secretaria de Estado de Saúde e Saneamento do Estado do Acre e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.417, de 24 de outubro de 2001. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Fundação do Bem-Estar Social do Acre - FUNBESA. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.343, DE 21 de julho de 2000. Institui a Política Estadual do Idoso - Lei e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei nº. 1.402, de 20 de agosto de 2001. Autoriza o Poder Executivo a alocar recursos do Orçamento do Estado para implementar programa de habitação, em especial o Programa de Arrendamento Residencial – PAR e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

ACRE. Lei Complementar nº. 85, de 3 de julho de 2000. Altera o parágrafo único do art. 84 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999. **Assembléia Legislativa do Estado do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2004.

BECKER, Berta K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria et al. **Reforma política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BITTAR, Jorge. **Governos estaduais: desafios e avanços e reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BITTAR, Jorge (org). O Modo Petista de Governar. In: **Caderno Especial de Teoria e Debate**. São Paulo: Publicação do Partido dos Trabalhadores, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O Futuro da Democracia**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Direita e Esquerda (razões e significados de uma distinção política)**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. **Estado, Governo e Sociedade (para uma teoria geral do estado)**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol I e II. 5 ed. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOITO JUNIOR, Armando et al. **A obra teórica de Marx (atualidades, problemas e interpretações)**. São Paulo: Xamã, 2000.

BORGES, André. **Governança e Política educacional: agenda recente do Banco Mundial**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS). Vol.18, nº 52, 2003.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução na Esquerda e a reinvenção do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **ACRE EM NÚMERO 2005**. Rio Branco, 2006.

BRASIL. **Constituições do Estado**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003.

BRASIL. Eleições. **Tribunal Superior Eleitoral**. Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Coordenação Geral de análise financeira de estados e municípios. Disponível em: <http://www.Tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_estados_municipios/download/exec_orc-estados_xls>. Acesso em: 20 nov. 2005.

BRASIL. ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 8 jan. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/básica/censo/escolar/sinpse/sinopse.asp>>. Acesso em: 10 de mar de 2005.

BRASIL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE)**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. 2002. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br>>. Acesso em: 15 de nov. de 2004.

BRUM, J. Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 18 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CADERNO POVOS DA FLORESTA. **Chico Mendes Vive**. Ministério do Meio Ambiente. S/d.

CADERNO ESÉCIAL DE TEORIA E DEBATE. **O PT e o Marxismo**. São Paulo: Publicação do Partido dos Trabalhadores, 1991.

CARTA AOS ACREANOS. **O Rebate**, Cruzeiro do Sul, 3 de maio de 1964. Folha 2.

CASTELLS, Manuel. A Política Informacional e a Crise da democracia. In: **O Poder da Identidade**. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. **Governabilidade, Governança e Democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente**. In: DADOS. Vol 40, nº 3, 335-76, 1997.

_____. **Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol 44, nº 4, 2001.

CALAME, Pierre e TALMANT, André. **A Questão do Estado no Coração do Futuro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CAMARGO, Aspársia. Governança para o século 21. In: **Meio Ambiente para o Século XXI**, Brasília: Sextante, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados*. [online]. 1997, vol.40, no.2 [citado 24 Março 2006] Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0011-5258.

CERRONI, Umberto. **Teoria do Partido Político** (História e Política 15). São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

COHEN, Jean L. **Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias**. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol 46, nº 3, 2003. p.p.419-59.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito da Natureza Intocada**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1996.

DOSSIÊ ORLEIR. **Página 20**, Rio Branco, 31 de dezembro de 1998.

COSTA, Homero de Oliveira. **Partidos políticos no Acre (1945-1978)**. In: *Cadernos UFAC. Série "A", nº 2*. Rio Branco-Acre, 1992.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

COSTA, Silvio (org). **Concepções e formação do Estado**. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci e a América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DANTAS, Juliana. **As especificidades do PT local e Nacional**. 2002. 76F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

DIAS, Manoel Coracy Sabóia. **Alianças de 1998**. Raimundo França (entrevistador). Rio Branco, 2001. Cassete (45 min).

DINIZ, Eli. **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado**. Os desafios da construção uma Nova Ordem no Brasil dos anos 90. In: Dados. Rio de Janeiro, vol 38(3), 1995.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ENTREVISTA Jorge Viana. **Pagina 20**, Rio Branco, 28 de dezembro de 2002.

ENTREVISTA Jorge Viana. **A Tribuna**, Rio Branco, 1º de dezembro de 2002.

ENTREVISTA Luiz Calixto. **A Tribuna**, Rio Branco, 16 de setembro de 2004.

FERNANDES, M. Inácio. **O PT no Acre: construção de uma terceira via**. 1999. 166F. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil (Ensaio de interpretação sociológica)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **O PT em movimento**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES FILHO, Ildfonso. **A Fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre: do sonho da terra à sem sonho**. 1995. 83F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

FERNANDES, LUÍS. **O Enigma do Socialismo Real (um balanço Crítico das Principais Teorias Marxistas e Ocidentais)**. Rio de Janeiro: Manad, 2000).

FONSECA, Jô. L. A. **Um balanço da Administração da Frente Popular na PMRB – 1993-1996**. 1998. 53F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico: Unidades da Federação. Microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FURTADO, Celso. **Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. **PT: Alianças e construção de uma contra-hegemonia no Executivo acreano -1992/1996/1998**. 2001. 71F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global Gaia, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALO JUNIOR, Adão A. **PT no Acre – relação partido-bases: uma transformação ideológica**. 2003. 73F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

GOMES, Wilson. **Transformação da política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOVERNO DO ACRE É ASSASSAINADO EM HOTEL EM SÃO. **FOLHA de S. Paulo**. 18 de maio de 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins fontes, 1978.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Vol I e III. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HADDAD, Fernando. **Em defesa do socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível – A esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HIRST, Paul. **A Democracia Representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação básica: Censo Escolar**. Brasília: Instituto, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOURI, Hélio. O governo José Augusto de Araújo. Marina Jardim (entrevistadora). Rio Branco, 2005. Cassate (45 min).

KUNCISKI, Bernardo. O Partido Tardio dos Trabalhadores. In: **O Brasil Não é mais aquele... MUDANÇAS SOCIAIS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO**. Organizadora Maria Ângela Dincao. São Paulo: Cortez, 2001.

LACERDA, Alan Daniel Freire. **O PT e a Unidade Partidária como Problema**. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 45, nº 1, 2002. p.p 39/75.

LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas (O processo partidário eleitoral brasileiro 1945-1964)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partido político e Consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura (Racionalidade ambiental, Democracia participativa e desenvolvimento sustentável)**. Blumenau: ED. da FURB, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. 2 ed. Belém: Cejusp, 2004. (Coleção Amazoniana).

MAGALHÃES, Inês et al. **Governo e Cidadania: balanço sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Cadernos UFAC – Séire “C”, 1995.

MAZZOTTI-ALVES, Alda e GEWANDSZNAJER, Fernando. **O Método nas Ciências Sociais Naturais e Sociais (Pesquisa Quantitativa e Qualitativa)**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

MELO, Marcus André B. C. Globalização, Crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O Novo Brasil Urbano** (org). Porto Alegre Mercado Aberto, 1995.p.p249-260.

MELO, Hélio Holanda. **O Caucho, a Seringueira e seus Mistérios e História da Amazônia**. Rio Branco: BOBGRAF/Editora Preview, 1996.

MENDES, Francisco das Chagas. **Governo de José Augusto de Araújo: Amor ao povo ou paixão pelo poder?** 1995. 83F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

MERCADO DE VOTOS. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 14 de novembro, 1997.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia – bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

MIGUEL, Luís Filipe. **Os Meios de Comunicação e a prática política**. In: Lua Nova. Nº 55-56, São Paulo, 2002. (p.156-83).

MILANI, Carlos, ARTURI, SOLINÍS, Germán (orgs). **Democracia e Governança Mundial**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002.

NASCIMENTO, Eloísa W. **PT - impasses da esquerda no Brasil**. 1999. 246F. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Rumo da Terra: rumo da liberdade (um estudo dos migrantes rurais do sul no Estado do Acre)**. 1985. 169F. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

MOURÃO, Nilson. **A formação do Partido dos Trabalhadores**. Marcos Inácio Fernandes (entrevistador). Rio Branco, 1997. Cassete (60 min).

NEPOMUCENO, Francisco. **O governo e Partido**. Raimundo França (entrevistador). Rio Branco, 2004. Cassete (60min).

NICOLAU, Jairo (org). **Banco de Dados Eleitorais do Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ. Disponível em: <<http://www.jaironicolau.iuperj.br/database/port/cap/4/votos-candidatos>>. Acesso em: 30 set. 2005.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Sociedade civil entre o político estatal e o universo gerencial**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 18, nº52, junho/2003. Rio de Janeiro: ANPOCS, 2003. (p. 186-99).

_____. **Um Estado para Sociedade Civil (Temas éticos e políticos da gestão democrática)**. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, Paulo Giovanni A. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do Partido no Estado (1980-1990)**. João Pessoa: Sal da Terra, 2004.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Francisco, PAOLI, Maria Célia, REZEK, Cibele Saliba. Orçamento Participativo – Uma invenção da política. In: **Reforma Política e Cidadania**. Organizadores Maria Victoria Benevides, Fábio Kerche, Paulo Vannuci. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA, Elder Andrade. **Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. 2003.

255F. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PAULA, Elder Andrade. **O Governo do PT no Acre**. Raimundo França (entrevistador). Rio Branco, 2005. E-mail.

PAULANI, Leda. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativa para América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANCO, Ronald. **A relação do governo com Assembléia Legislativa do Acre**. Raimundo França (entrevistador). Rio Branco, 2004. Cassete (50 min).

POULANTZAS, Nico. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 3 ed. RJ: Graal, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ACRE. **PROGRAMA DE GOVERNO: A Vida vai Melhorar**. Partido dos Trabalhadores, 1998.

PLENÁRIA ESTADUAL DO PT. Marcos Inácio Fernandes (entrevistador). **Discussão das alianças para eleição de 1998**. Rio Branco, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Estado e Economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **Democracia e mercado: reformas econômicas na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 36 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **A Democracia na América Latina rumo a cidadania de cidadãos e cidadãs**. Tradução de Mônica Hirts. Santana da Parnaíba. SP: LM & X, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

REGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas** (a reocupação econômica durante o regime militar). São Luís: EDUFMA, Rio Branco-Acre – UFAC, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Fábio Wanderlei. **Governabilidade, instituições e partidos**. Novos Rumos. Cebrap, nº 41, p.p. 40-59, 1995.

Relatório de análise econômica dos sistemas de produção familiar rural do Vale do Acre – 1996/1997. Departamento de Economia/UFAC, 2004.

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico. Disponível em: <www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/encerradas/cpinarco/relatorio.html>. Acesso em: 15 de nov de 2005.

Relatório Américas WATCH. **Violência Rural no Brasil**. Núcleo de Estudos, USP. Comissão Teotônio Vilela, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.

ROSENAU, James N. e Czempiel, Ernst-Otto (organizadores). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUBIM, Antônio A. C. **Novas Configurações das eleições na Idade Mídia**. In: Opinião Pública, 7(2), 2001, Campinas, CESO/UNICAMP (pp. 172-85).

SADER, Emir (org). **Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SADER, Emir. **Anjo Torto – Esquerda e (Direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995;

_____. **Governo para todos**. São Paulo: Página Aberta LTDA, 1992.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena** (experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10 ed. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

SALLUM JR, Brasílio. **Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS). Vol.18, nº 52, 2003.

SARTORI, G. A. **Teoria da Democracia Revisitada**. V.2. São Paula: Ática, 1994.

SEMERARO, Giovanni. O marxismo de Gramsci. In: **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, Francisco Bento. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964**. 2002. 141F. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. **Da Democracia Proscrita à Democracia Prescrita: A Ditadura e Transição política de 1982 no Acre**. 1998. 76F. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

SOUZA, Amaury. O sistema político partidário. In: **Sociedade, Estado e Partidos**. Hélio Jaguaribe (org). São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, M^a do Carmo Campelo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Celina. Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. In: **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Catia Lubambo, Denílson Bandeira Coelho e Marcus André (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, 2004.

SOUZA, Márcio. Amazônia e Modernidade. In: **Estudos Avançados**. Vol. 16, nº 45. Maio/Agosto, 2002.

_____. **Galvez, Imperador do Acre**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SCHNEIDER, Aaron e GOLDFRANK, Benjamin. Construção institucional competitiva: o PT e o Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul. In: **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Catia Lubambo, Denílson Bandeira Coelho e Marcus André (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THIOLLENT, Michel J. M. Crítica **metodológica, investigação social e enquête operária**. Coleção Teoria e História 6. São Paulo: editora polis, 1980.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Formação Histórica do Acre**. Vol I e II. 4ª edição. Brasília: Senado Federal, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro. Estado e Desenvolvimento capitalista no Brasil. **In: Concepções e formação do Estado brasileiro**. COSTA, Silvio (org). São Paulo: A Garilbaldi, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

WOOD, Elen. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. **In: Resistências mundiais**. De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes/CLACSO, p. 99-121.

VINCENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

APÊNDICE

APÊNDICE A – INVESTIMENTOS APLICADOS POR SETOR

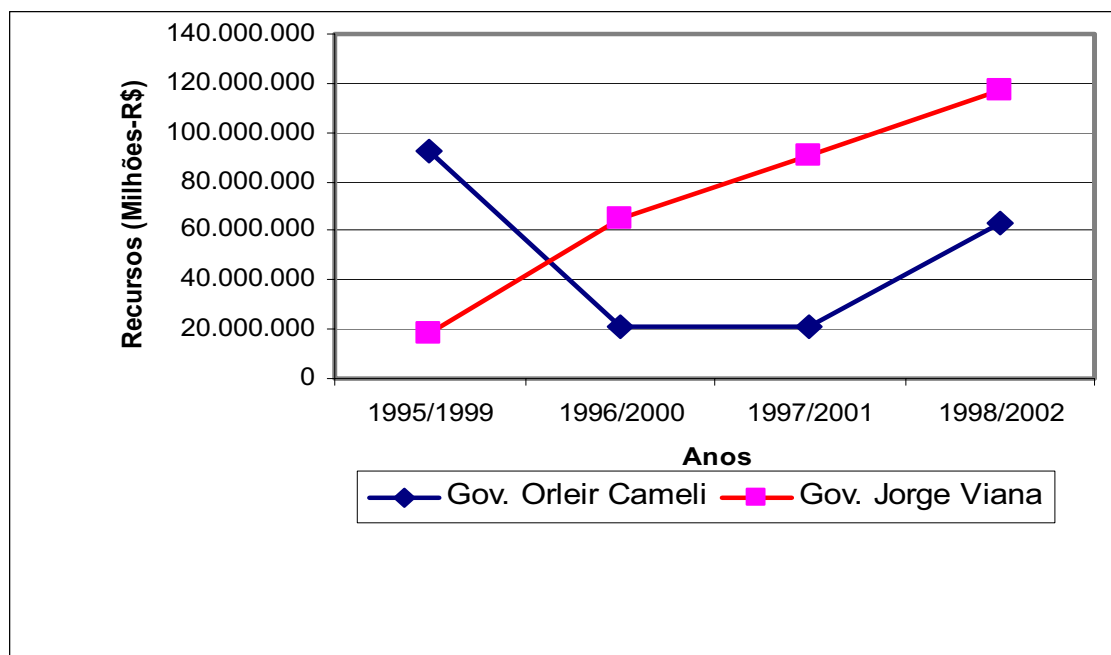


Gráfico 6 - Comparação dos investimentos em Transporte – ano a ano – entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)
Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

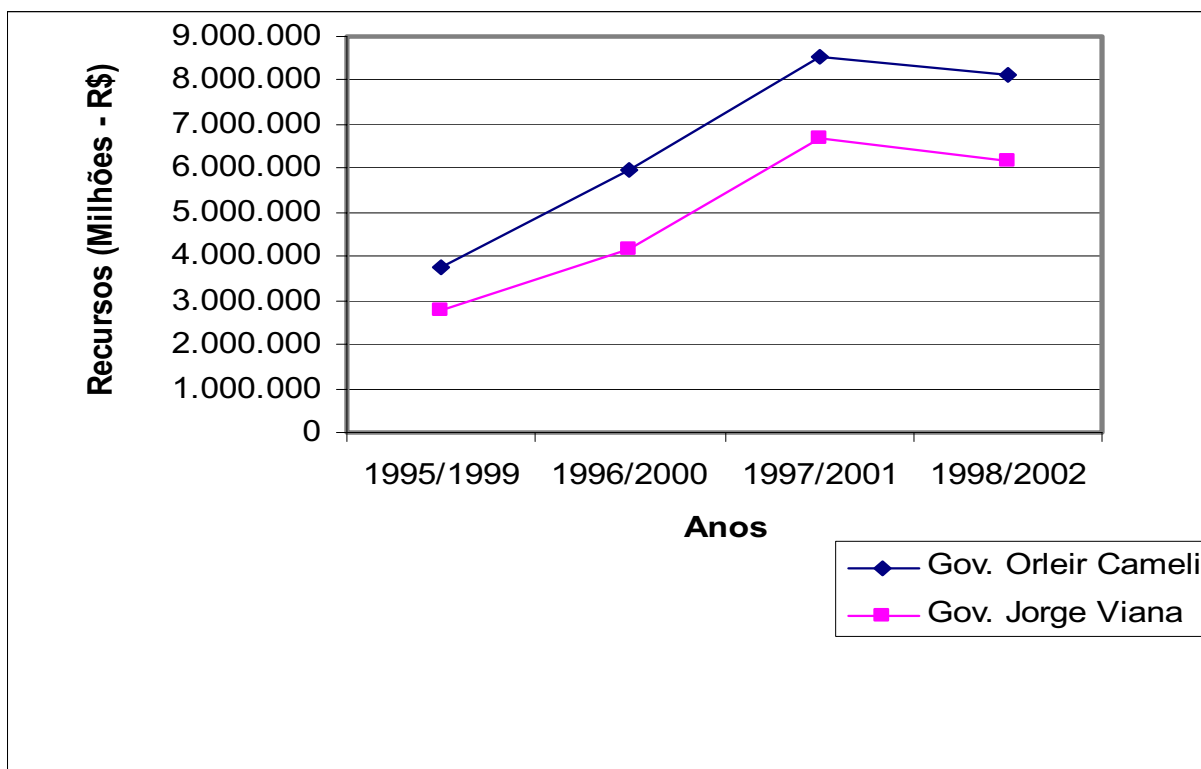


Gráfico 7 - Comparativo de gastos em Comunicação – ano a ano – entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)
Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

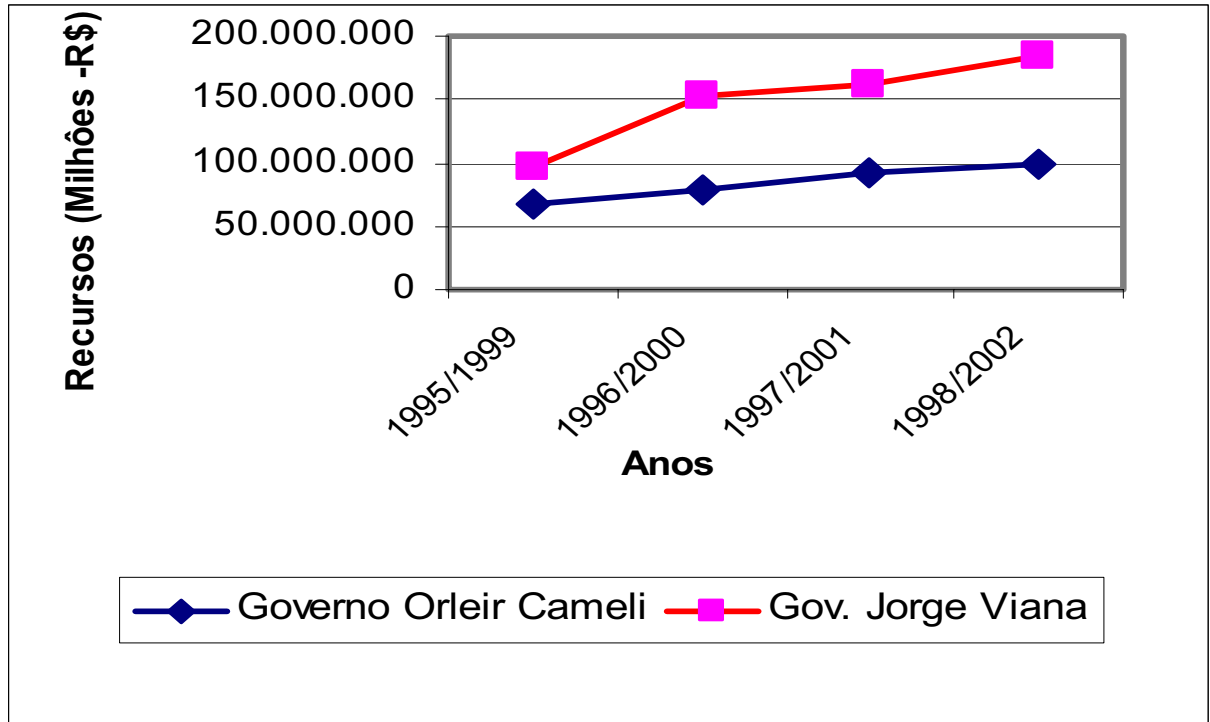


Gráfico 8 - Comparativo dos investimentos em Saúde – ano a ano – entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002).
 Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

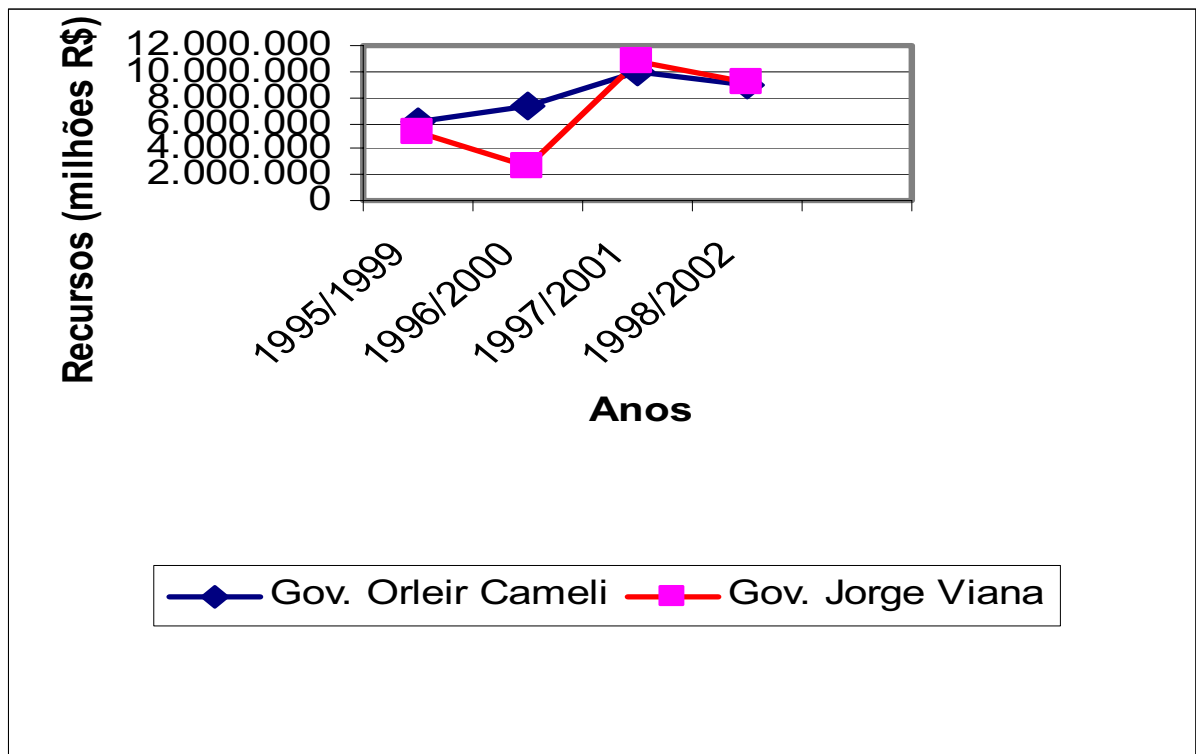


Gráfico 9 - Comparativo dos investimentos em Assistência e Previdência Social - ano a ano - entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)
 Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

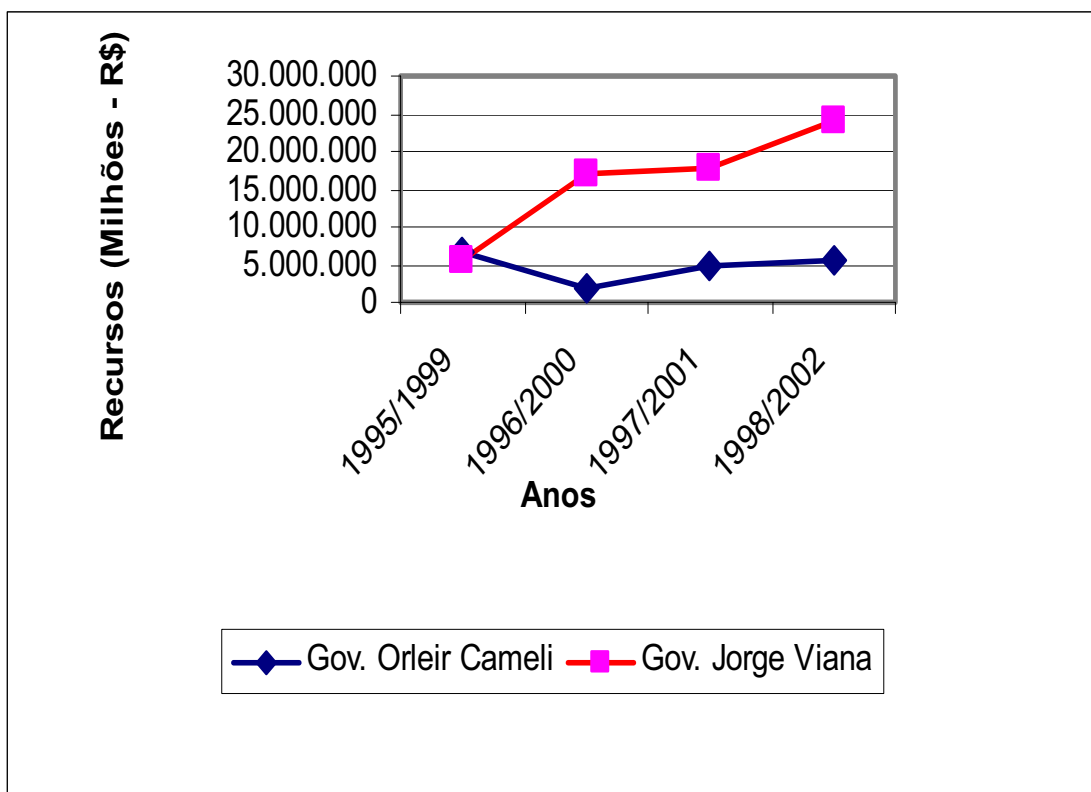


Gráfico 10 - Comparativo dos investimentos em Habitação e Urbanismo – ano a ano – entre os governos: Orleir Cameli (1995-1998) e Jorge Viana (1999-2002)
Fonte: Adaptado pelo autor - Ministério da Fazenda/2002

